PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL

Centros de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração

JULIANO MARIO DA SILVA

UMA LEITURA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO EMPREENDEDORISMO EM MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE - AMUSEP

MARINGÁ
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL

Centros de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração

JULIANO MARIO DA SILVA

UMA LEITURA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO EMPREENDEDORISMO EM MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE - AMUSEP

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Administração – Mestrado em Gestão de Negócios – da Universidade Estadual de Maringá em consórcio com a Universidade Estadual de Londrina, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Administração.
Orientadora: Profª. Dra. Hilka Pelizza Vier Machado.

MARINGÁ
2007

JULIANO MARIO DA SILVA

UMA LEITURA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO EMPREENDEDORISMO EM MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE - AMUSEP

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:
.

Aprovada em 31 de Agosto de 2007

Profª. Dra. Hilka Pelizza Vier Machado.

Prof. Dr. Miguel Moreno Añez.

Profª. Dra. Wânia Rezende Silva

À minha sempre perseverante esposa Mara Rúbia pelo incentivo e ajuda em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Judith e meus irmãos Lusitânia, Junior e Lisângela, pessoas que sempre me incentivaram nos estudos desde os primeiros anos de vida.

A minha orientadora Professora Dra. Hilka Vier Machado, admirável por sua sabedoria e humildade. Sua orientação foi primordial para elaboração desse trabalho e principalmente para meu desenvolvimento acadêmico.

A Dra Wânia Rezende Silva, por sua indispensável contribuição nesse trabalho.

Aos meus amigos Silvio Cesar de Castro, Carmen Lucia Cuencas Moraes e Marcelo Marchime Ferreira pela preocupação, deste que entrei no programa de mestrado até os momentos finais.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da UEM e a todos os colegas de turma que contribuíram diretamente neste estudo.

E principalmente sou grato a Deus por ter colocado todas essas pessoas na minha vida e permitir que eu concluísse esse trabalho, e mais importante, ter conseguido crescer como pessoa.

RESUMO

O empreendedorismo como campo de estudo tem diversificado suas abordagens de análise em todo o mundo. Apesar de recente, autores têm estudado a relação do empreendedorismo e desenvolvimento econômico. O Global Entrepreneurship Monitor (Relatório GEM) vem pesquisando o ambiente empreendedor em vários países e sinalizado iniciativas que promovam o empreendedorismo nos respectivos países. O objetivo deste estudo é identificar e analisar as políticas e programas voltados ao empreendedorismo nos três municípios que tiveram maior variação do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e nos três municípios integrantes da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP) que tiveram menor variação nesse índice, nas duas últimas medições (1991 e 2000). O estudo justifica-se pela necessidade do conhecimento de condições de criação de competitividade de pequenas e médias empresas brasileiras, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e interpretativa tendo como instrumento de coleta de dados entrevista semi-estruturada. Para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Constatou-se na pesquisa a existência da relação entre o IDH-M e políticas públicas voltadas ao empreendedorismo. Entre os agentes promotores do empreendedorismo identificados na pesquisa destacam-se as instituições regionais, Universidades, as associações comerciais e as secretarias de indústria e comércio. Percebe-se, no entanto, problemas como a descontinuidade dos programas e projetos e em alguns casos a dependência das gestões municipais das instituições regionais promotoras do empreendedorismo. E por fim, observou-se deficiência na utilização de ferramentas e variáveis para acompanhamento dos programas implantados nos municípios, além disso, identificou-se que o foco das políticas e programas públicos está em trazer de outras cidades empresários para empreender no município em contraponto ao limitado incentivo a novos empresários que residem nos respectivos municípios.

Palavras-Chave: empreendedorismo, políticas públicas, desenvolvimento econômico.

PUBLIC POLICIES ON ENTREPRENEURSHIP IN THE MUNICIPALITIE INTEGRATING THE MUNICIPAL ASSOCIATION OF THE NORTHERN RE(OF THE STATE OF PARANÁ, BRAZIL, AMUSEP

ABSTRACT

As a field of study, entrepreneurship has diversified its approach worldwide and recently authors have analyzed the relationship between entrepreneurship and economic development. The Global Entrepreneurship Monitor (GEM Report) has been researching on the entrepreneur environment in several countries and has indicated initiatives that promoted entrepreneurship therein. The policies and programs on entrepreneurship in three municipalities with the highest and lowest HDI-M variation per group within the Municipal Association of the Northern Region of the State of Paraná (AMUSEP) in 1991 and 2000 have been identified and analyzed. Analysis is justified by the need to understand the environmental conditions of competitiveness of small and medium-sized Brazilian firms with regard to jobs, salaries and income distribution. Current investigation is an exploratory and interpretative research through data collection and a half-structured interview. Content analysis was employed for data analysis. Research discovered a relationship between DHI-M and public policies favoring entrepreneurship. Regional institutions, such as universities, commercial associations and industrial and commercial secretariats, are highlighted as entrepreneurship-promoting agents. However, lack of continuity of programs and projects and, in certain cases, the dependence of municipal managements on regional entrepreneurship-promoting institutions, have been pinpointed. Lack of utilization of tools and variables for the following-up of programs in the municipalities has been reported. Further concern lies on the fact that public policies and programs endeavor to import entrepreneurs from other towns and cities rather than give incentives to new entrepreneurs that have their domicile in the same municipalities.

Key words: entrepreneurship; public policies; economical development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mobilidade Demográfica no Estado do Paraná entre 1991 e 2000..... 24
Figura 02: Mobilidade Demográfica na Região da AMUSEP entre 1991 e 2000..... 25
Figura 03: Empreendedorismo: Um campo heterogêneo..... 30
Figura 04: Modelo Conceitual - Prior Knowledge and the discovery of entrepreneurial opportunities. 32
Figura 05: Ligando o Empreendedorismo ao Crescimento econômico..... 34

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: O papel complementar do Estado, (JULIEN, 2005)..... 35
Quadro 02: Desafios e vantagens de políticas públicas.. 50
Quadro 03: Políticas e programas de incentivos ao empreendedorismo nos países analisados 53
Quadro 04: Unidades de Análise da Pesquisa 63
Quadro 05: Síntese dos resultados do município de Munhoz de Mello 80
Quadro 06: Síntese dos resultados do município de Colorado..... 96
Quadro 07: Síntese dos resultados do município de Presidente Castelo Branco 109
Quadro 08: Síntese dos resultados do município de Astorga..... 125
Quadro 09: Síntese dos resultados do município de Floresta..... 140
Quadro 10: Síntese dos resultados do município de Ivatuba..... 150
Quadro 11: Agentes promotores do empreendedorismo nos municípios 153
Quadro 12: Resultados da pesquisa em Munhoz de Mello e os objetivos da pesquisa 155
Quadro 13: Resultados da pesquisa em Colorado e os objetivos da pesquisa 156
Quadro 14: Resultados da pesquisa em Presidente Castelo Branco e os objetivos da pesquisa 157
Quadro 15: Resultados da pesquisa em Astorga e os objetivos da pesquisa..... 158
Quadro 16: Resultados da pesquisa em Floresta e os objetivos da pesquisa 159
Quadro 17: Resultados da pesquisa em Ivatuba e os objetivos da pesquisa 160
Quadro 18: Dados consolidados dos municípios pesquisados. 163

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Apresentação IDH-M 1991 X 2000 dos melhores índices estaduais e brasileiros 18
Tabela 02: Condições mais citadas que afetam o empreendedorismo no Brasil, segundo percepção dos empreendedores..... 19
Tabela 03: Condições mais citadas que afetam o empreendedorismo no Brasil, na visão de especialistas. 19
Tabela 04: Apresentação IDH-M 1991 X 2000 municípios da AMUSEP e Paraná.. 26
Tabela 05: Municípios da Região da Amusep com maior e com menor variação no IDH. ... 60
Tabela 06: Distribuição das Atividades Econômicas – Munhoz de Mello 67
Tabela 07: Distribuição das Atividades Econômicas – Colorado. 81
Tabela 08: Distribuição das Atividades Econômicas - Presidente Castelo Branco..... 97
Tabela 09: Distribuição das Atividades Econômicas - Astorga 112
Tabela 10: Distribuição das Atividades Econômicas - Floresta..... 126
Tabela 11: Distribuição das Atividades Econômicas - Ivatuba..... 141

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13
1.2. JUSTIFICATIVA 17
1.3 O PROBLEMA DA PESQUISA 23
1.4 OBJETIVOS 27
1.4.1 Objetivo Geral 27
1.4.2 Objetivos Específicos 27
2. QUADRO TEÓRICO REFERENCIAL 29
2.1 O EMPREENDEDORISMO COMO CAMPO DE ESTUDOS 29
2.1.1 Considerações sobre o empreendedorismo social 36
2.2 SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS 37
2.2.1 Análise de Políticas Públicas 40
2.2.2 Considerações sobre políticas públicas no Brasil 43
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO 52
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 59
3.1 A PESQUISA 59
3.2 COLETA DE DADOS 60
3.2.1 Definição dos Municípios Estudados 60
3.2.2 Dados primários 61
3.2.3 Preparação e elaboração da entrevista semi-estruturada 62
3.2.4 Dados Secundários 63
3.3 ANÁLISE DOS DADOS 64
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 67
4.1 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELLO 67
4.1.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Munhoz de Mello 67
4.1.1.1 Dados do perfil do município 68
4.1.1.2 Composição do mercado de trabalho 68
4.1.2 Sobre o empreendedorismo 70
4.1.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local 71
4.1.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo 72
4.1.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo 74
4.1.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo 75
4.1.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo 75
4.2 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO 81
4.2.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Colorado 81
4.2.1.1 Dados do perfil do município 81
4.2.1.2 Composição do mercado de trabalho 82
4.2.2 Sobre o empreendedorismo 84
4.2.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local 86
4.2.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo 87
4.2.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo 89
4.2.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo 90
4.2.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo 92

4.3 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO 97
4.3.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Presidente Castelo Branco . 97
6.3.1.1 Dados do perfil do município 97
4.3.2 Sobre o empreendedorismo 100
4.3.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local 101
4.3.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo 101
4.3.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo 103
4.3.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo 104
4.3.3 Políticas públicas e programas para a promoção do empreendedorismo 106
5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS MUNICÍPIOS COM MENOR VARIAÇÃO NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 112
5.1 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA .. 112
5.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Astorga 112
5.1.1 Setores da Economia e origem da renda..... 113
5.1.1.1 Composição do mercado de trabalho 114
5.1.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local 117
5.1.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo 118
5.1.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo 120
5.1.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo..... 121
5.2 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE FLORESTA . 126
5.2.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Floresta 126
5.2.1.1 Dados do perfil do município 126
5.2.1.2 Composição do mercado de trabalho 128
5.2.2 Sobre o empreendedorismo 130
5.2.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local 131
5.2.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo 132
5.2.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo 132
5.2.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo 135
5.2.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo..... 136
5.3 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE IVATUBA ... 141
5.3.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Ivatuba 141
5.3.1.1 Dados do perfil do município 141
5.3.1.2 Composição do mercado de trabalho 142
5.3.2 Sobre o empreendedorismo 143
5.3.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local 144
5.3.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo 145
5.3.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo 146
5.3.2.4 Dificuldades apontadas para a promoção do empreendedorismo 147
5.3.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo..... 148
6 ANÁLISE GERAL DOS DADOS 153
7 CONCLUSÃO 164
8 REFERÊNCIAS..... 166
ANEXO 01 – Relação entre questões e os objetivos da pesquisa 175
ANEXO 02 – Registro das datas e tempo de duração das entrevistas nos municípios 177

1. INTRODUÇÃO

Estudos que avaliaram a influência histórica e atual do empreendedorismo desenvolvimento econômico e social (WENNEKERS; THURIK, 1999), chegam à conclusão que as nações que promoveram o empreendedorismo em nível individual, assim como nos ambientes macroeconômicos, se destacaram no cenário econômico mundial. No entanto, apesar da aparente relação entre o desenvolvimento socioeconômico e o empreendedorismo, pouco foi estudado no Brasil em relação às evidências empíricas das políticas e programas públicos voltadas ao campo do empreendedorismo.

Recentemente, o empreendedorismo, como campo de estudo tem despertado o interesse das mais variadas áreas do conhecimento, por meio da pesquisa, onde se tem procurado entender as diferentes abordagens do fenômeno. Entre estes estudos, destaca-se o relatório GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) que é uma pesquisa atualmente utilizada para medição da capacidade empreendedora em diversos países. Trata-se de uma pesquisa internacional liderada pela *London Business School e o Babson College* (EUA) juntamente com instituições locais dos países pesquisados, cuja proposta é avaliar o empreendedorismo no mundo a partir de indicadores comparáveis. Além de avaliar a TEA (Taxa de Atividade Empreendedora), o GEM (2005) aponta as dificuldades para se empreender em países como o Brasil e sinaliza pontos importantes que gestores públicos devem considerar para elaboração das respectivas políticas públicas voltadas ao empreendedorismo.

No caso brasileiro, alterações na sociedade e na economia decorrentes da mobilidade social, o "enxugamento organizacional", as influências tecnológicas na produção e gestão administrativa das empresas, levou a sociedade a se preocupar com a geração e distribuição da renda, e, conseqüentemente cobrar dos governos questões relacionadas a políticas que promovam estas melhorias, entre elas, políticas que incentivem a geração de emprego e promoção do empreendedorismo.

Para Davidsson (2005) o estudo do empreendedorismo é consideravelmente diversificado, em que a abordagem ocorre sob várias óticas acerca do fenômeno, sendo as principais: a criação de novas empresas, a orientação de iniciantes nos negócios, o aproveitamento de oportunidades com as combinações de recursos disponíveis, as questões financeiras que envolvem o empreendedorismo, as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e estudos de gênero e empreendedorismo.

Neste trabalho serão apresentadas abordagens sobre o campo do empreendedorismo procurando entender a influência de políticas públicas nesse contexto. Como conceito de empreendedorismo será adotado a visão de Schumpeter (1983). Ele destaca que o empreendedorismo está associado ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades de negócios contrariando assim a ordem econômica existente, transformando o processo de mercado. No que se refere à política pública, o conceito deste trabalho é o de Ruediger e Riccio (2005 p. 23): "as políticas públicas são ferramentas utilizadas pelo Estado para tomar ações com o objetivo de garantir os direitos fundamentais (individuais e coletivos) da sociedade", e a visão em que: uma política pública seria algum tipo de ação governamental que tenha reflexos na sociedade, ou em partes dela. Cabe destacar que o termo *policy* não possui tradução direta na língua portuguesa, *policy* seria sim, um princípio, um plano ou um curso de ação seguido por um governo, uma organização ou um indivíduo (CARVALHO, 2005).

De acordo com Julien (2005), o Estado tem um importante papel na articulação de um ambiente que promova o empreendedorismo. Esta atuação do Estado pode ocorrer por incentivos ou transmissão de conhecimentos ao empreendedor nos mais variáveis locais do seu território, promovendo o crescimento econômico, atuando de forma estruturada e mais organizada alocando os recursos disponíveis existentes nessas variadas regiões, desde formação de mão-de-obra especializada, agrupamento de empresas com interesses em comum, até o incentivo à inovação em um setor estratégico empresarial. Para Julien (2005) esse papel complementar do Estado pode-se resumir a cinco ações: Orientar, Ligar, Apoiar, Estimular e Facilitar. No que se refere à forma de atuação das políticas públicas, Bridge, O´Neill e Cromie (2003), sugerem conceitos distintos para três áreas relacionadas ao empreendedorismo:

- *Políticas públicas para pequenos negócios*: refere-se a políticas de estímulo ao crescimento de pequenos negócios já estabelecidos, variações pela qual tem também sido ligada a políticas de crescimento de negócios com uma política de "apoio a vencedores". Esse tipo de política tende a focar em negócios estabelecidos com necessidade de crescimento, não sendo o foco o principal os empreendedores;
- *Políticas públicas voltadas a empreendedorismo*: essas são políticas para encorajar e facilitar mais pessoas a mudar em sua realidade, como por exemplo, a geração do auto-emprego. Essas políticas são centradas nas pessoas e no que persuadirá ou as permitirá a iniciarem um novo negócio, apesar de que estas políticas podem ser

referidas como estimuladores de novos negócios ou relacionadas a taxa de natalidade de negócios.

- *Políticas públicas para empresas:* essas políticas são claramente focadas em pessoas, tal como indivíduos e em grupos, e procuram desenvolver habilidades e atitudes, estimulando estas a terem mais sucessos na escolha de carreiras ou em seu empenho profissional. Todavia, a descrição "empresa" pode também ser aplicada em políticas na qual tente focar cada empreendedor no crescimento de pequenos negócios, ou ainda, o termo políticas públicas para empresas pode ser usado para descrever uma combinação de cada política pública voltada ao empreendedorismo ou pequenos negócios. Sendo assim, essas são políticas que se preocupam com o estímulo a empresas estabelecidas, mas podem ser aplicadas a novas empresas.

Considerando a importância do sucesso de implantação de uma política pública, Carvalho (2005) afirma que passam a ter cada vez mais importância as alternativas de mensurações dessas políticas públicas, sendo que novos atores envolvidos no processo de implantação e gestão tenham condições de acompanhar o andamento das atividades. Uma dificuldade corrente, relacionada às políticas públicas é a negligência a métodos seguros para a mensuração dos resultados sociais, econômicos e políticos no país, região ou município. As políticas têm sido propostas e implementadas sem que exista um estudo mais aprofundado dos setores que serão supostamente beneficiados a curto, médio e longo prazo.

Políticas públicas podem resultar em melhoria no desempenho de pequenos negócios, dada a importância que desempenham na vida de dezenas de milhões de brasileiros, resolvendo problemas da economia brasileira relacionada ao segmento empresarial, como condições econômicas nitidamente adversas enfrentadas por pequenos empresários, o convívio permanente com exigências burocráticas e encargos que dificultam sua própria existência legal, com restrições de mercado e barreiras intransponíveis para obtenção de créditos, além das próprias carências técnicas e gerenciais.

Características específicas brasileiras em relação às políticas públicas como os problemas relacionados com a grande dimensão territorial, o desconhecimento da real necessidade de promoção ao empreendedorismo pelos agentes envolvidos como as potencialidades e problemas regionais, além da falta ou inadequado planejamento por parte dos órgãos públicos responsáveis pelas políticas públicas (HASTENREITER-FILHO SOUZA, 2005; PECI; COSTA, 2002) podem explicar possíveis resultados indesejados da

realidade brasileira. Assim, este trabalho procura identificar e analisar políticas, nos últimos 10 anos, voltadas ao empreendedorismo a partir de dados empíricos de municípios do Paraná, localizados na região noroeste do estado.

1.2. JUSTIFICATIVA

Autores como Shane e Venkataraman (2000), Julien e Bruyat (2000) e Gartner (2001) têm discutido o empreendedorismo como um crescente campo de pesquisa. Nesses estudos tem-se enfatizado a importância sócio-econômica da atuação do empreendedor na atual conjuntura econômica mundial, e com isso, a importância do suporte para a promoção do empreendedorismo pelo Estado. Para que esse empreendedorismo transforme a realidade de forma sustentável, cada vez mais é discutida a responsabilidade que o setor público tem nesse processo.

Um índice também utilizado para avaliação do desenvolvimento socioeconômico é o Índice de Desenvolvimento Humano, que no Brasil, assim como em outros países, é medido por municípios, designado IDH-Municipal. O IDH-M[1] utiliza os seguintes indicadores para representar condições de desenvolvimento:

- Demográficos (Esperança de vida ao nascer; Mortalidade entre faixas etárias; Probabilidade de sobrevivência entre faixas etárias);
- Educação (Acesso entre crianças, jovens e adultos; Taxa de analfabetismo);
- Renda (Nível de composição; Desigualdade; Pobreza);
- Habitação (Acesso a bens e a Serviços básicos; Condição domiciliar).

Segundo dados do PNUD (2003), nos dois últimos levantamentos sobre o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – o Estado do Paraná, considerando os dados municipais, situa-se na sexta posição entre os melhores índices das unidades da federação. Além disso, entre os melhores índices, o Paraná foi o estado que registrou, na ultima medição no ano de 2000, o maior crescimento com 10,69% posicionando-se acima do IDH brasileiro de 0,699. Porém, divergências são notadas no Estado paranaense em relação ao IDH Municipal. Registram-se índices de economias desenvolvidas, como o índice da cidade de Curitiba com 0,856 e no oposto, com o pior índice paranaense encontra-se a cidade de Ortigueira que apresenta índice de 0,62 abaixo da média brasileira e comparável a economias consideradas subdesenvolvidas. A tabela 01 apresenta os melhores IDH-M dos estados brasileiros, assim o maior índice e o menor índice municipal, apontados no estado do Paraná.

[1] Segundo critério do IDH-M do Atlas do Desenvolvimento Humano (2003) a escala para avaliação do índice varia de 0 à 1,0, sendo que de 0 à 0,4 a economia é considerada subdesenvolvida, de 0,4 à 0,8 é considerada como uma economia em desenvolvimento e de 0,8 à 1,0 considera-se uma economia desenvolvida.

Ranking	Estado	Índice de Desenvolvimento Humano - 1991	Índice de Desenvolvimento Humano – 2000	Crescimento
1	Distrito Federal	0,799	0,844	5,63%
2	Santa Catarina	0,748	0,822	9,89%
3	São Paulo	0,778	0,82	5,40%
4	Rio Grande do Sul	0,753	0,814	8,10%
5	Rio de Janeiro	0,753	0,807	7,17%
6	**Paraná**	**0,711**	**0,787**	**10,69%**
Maior IDH.M - Paraná	Curitiba	0,799	0,856	7,13%
Menor IDH.M - Paraná	Ortigueira	0,528	0,62	17,42%
-	**BRASIL**	**0,611**	**0,699**	**14,40%**

Tabela 01: Apresentação IDH-M 1991 X 2000 dos melhores índices estaduais e brasileiros. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Já como forma de monitoramento do empreendedorismo mundial, um dos relatórios consultados é o GEM [2]– *Global Entrepreneurship Monitor*. O Brasil participa do GEM desde 2000, sendo que no ano de 2005 participaram da pesquisa mais de 40 países. No relatório 2005 foi aplicado um método diferenciado no recorte principal das análises dos estágios dos negócios, onde são avaliados os negócios "iniciais" (empreendimentos com até 42 meses de existência), este subdividido em "nascentes" (que estão em fase de implantação com menos de três meses na época da pesquisa), "novos" (que já estão gerando remuneração a pelo menos três meses) e negócios "estabelecidos" (empreendimentos com mais de 42 meses de existência).

O GEM (2005) apresenta entre suas análises, a dificuldade de se empreender no Brasil. Neste item foram avaliados fatores denominados condições nacionais que afetam o empreendedorismo, sendo estas:

- Apoio financeiro;
- Políticas e programas governamentais;
- Educação e treinamento;
- Pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia;
- Infra-estrutura comercial e profissional;
- Abertura de mercado e barreiras a entrada;
- Acesso a infra-estrutura física;
- Capacidade empreendedora;
- Características da força de trabalho;
- Composição da população percebida;

- Contexto político institucional e social.

Como formas de avaliar estas variáveis apresentadas no relatório GEM foram entrevistados empreendedores iniciais e estabelecidos, além de especialistas no campo do empreendedorismo brasileiro. Os resultados apresentam os seguintes índices, conforme tabela 02 e tabela 03:

CONDIÇÕES	CITAÇÕES (%)			
	Empreendedores iniciais			Empreendedores Estabelecidos
	Nascentes	Novo	TOTAL	
Clima econômico	19,0	12,1	13,9	14,9
Políticas governamentais	15,5	9,1	10,9	10,8
Acesso a infra-estrutura física	11,2	7,8	8,7	4,4
Apoio financeiro	6,9	5,5	5,9	4,6

Tabela 02: Condições mais citadas que afetam o empreendedorismo no Brasil, segundo percepção dos empreendedores. Fonte: Pesquisa de campo – GEM 2005**.**

CONDIÇÕES	CITAÇÕES (%)
	Especialistas
Educação e treinamento	16,2
Políticas governamentais	20,2
Apoio financeiro	20,4

Tabela 03: Condições mais citadas que afetam o empreendedorismo no Brasil, na visão de especialistas. Fonte: Pesquisa com especialistas - GEM Brasil 2001, 2002, 2003, 2004.

Nos últimos dois anos o GEM (2005) assim como o GEM (2004) apresentaram sinalizações para os formuladores de políticas e programas públicos. Apesar destes relatórios apresentarem estas sinalizações, destacam também que as ações já existem no Brasil, porém ainda são muito recentes para que sejam avaliados seus impactos no meio empresarial brasileiro. Com isso têm-se as sinalizações apresentadas para os países de baixa renda nos dois últimos anos pelo *Global Entrepreneurship Monitor*:

- Focar mais nas condições nacionais gerais do que nas condições para iniciar novos negócios;
- Fortalecer o setor de pequenas e médias empresas;
- Centrar a atenção nas empresas existentes (mais do que no empreendedor individual), proporcionando: apoio financeiro, apoio gerencial, treinamento e redução do fator regulatório;

- Comprometer-se com o ensino formal fundamental e médio, pois o baixo nível educacional leva ao empreendedorismo por necessidade ou a empregos com baixa remuneração;
- Fortalecer as condições para que empresas estabelecidas possam se desenvolver.

Considerando a realidade específica brasileira, o GEM (2005) aponta algumas sinalizações quanto às políticas e programas públicos que possam melhorar o ambiente empresarial e a promoção do empreendedorismo:

- As instituições financeiras devem adequar as linhas de crédito existentes no país às diferentes características e peculiaridades dos empreendedores, em empreendimento e realidades regionais;
- Identificar indivíduos que por qualquer razão saem do mercado formal de trabalho, e prestar-lhes assessoria sobre oportunidades efetivas de negócios e sobre como abrir e conduzir empresas de maneira profissional;
- Fornecer orientação financeira e técnico-gerencial diferenciada para empreendedores por necessidade ou por oportunidade;
- Os operadores de crédito nas instituições financeiras devem ser capacitados a desenvolver, além de suas responsabilidades burocráticas, a função de consultoria financeira dos empreendedores;
- Formuladores de políticas e programas devem otimizar o processo de abertura e fechamento de empresas a partir de experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas;
- O governo deve fazer uso de seu poder de compra (em processos de licitação, tomada de preços, etc.) aplicando este poder no incentivo ao nascimento e principalmente ao fortalecimento de novas empresas;
- O governo em suas diferentes instâncias deve utilizar a mídia para difundir programas de estímulo ao desenvolvimento da cultura empreendedora, motivação e capacitação de empreendedores;
- O Ministério da Educação deve incentivar que as instituições de ensino em todos os níveis mesclem em seus projetos pedagógicos, formação técnica com desenvolvimento de habilidades empreendedoras;

- As instituições de ensino devem detectar alunos ”talentosos” em suas respectivas áreas de atuação e oferecer oportunidades diferenciadas no processo educacional;
- As instituições de ensino devem fortalecer programas de capacitação virtual para empreendedores (Educação a Distância) dado o seu baixo custo e grande capacidade de abrangência;
- Melhorar as condições dos empreendedores por necessidade. Estes continuam tendo dificuldades para obter recursos no mercado formal que viabilizem seus negócios;
- Fortalecer a criatividade como elemento essencial do empreendedorismo. O GEM (2005) demonstra que a maioria dos empreendimentos opera em poucos segmentos, de alta concorrência e baixo nível de inovação;
- Preparar melhor as pessoas que estão pensando em se tornar empreendedoras para que compreendam o mercado em que desejam atuar – principalmente a dinâmica da concorrência, o potencial de aceitação do produto etc. – antes de despender recursos e energias, seus e de seus familiares;
- Orientar potenciais empreendedores quanto às atividades relacionadas ao fornecimento de produtos a empresas, de maior valor agregado;
- Introduzir modificações na legislação trabalhista, com incentivos para que pequenos empreendedores contratem mão-de-obra formal, expandindo a força de trabalho protegida por direitos;
- Facilitar o acesso a espaço físico para os empreendedores estabelecerem seus negócios, mediante financiamento para compra ou medidas de diminuição da burocracia – como fundos de aval em substituição à fiança – e dos preços de aluguéis – com incentivos fiscais para construção e locação de imóveis comerciais e de produção.

Para um ambiente empreendedor é necessário fatores como: recursos naturais, empreendedores com iniciativa e atuação governamental. Conforme enfatiza o GEM (2005) estes fatores estão presentes na economia brasileira, o que é necessário então é a articulação deles.

Com isso, o estudo do empreendedorismo pode ser considerado um importante campo que retrata a dinâmica das evoluções sócio-econômicas, considerando que procura explicar como ocorrem as mudanças em áreas consideradas prioritárias para a promoção do desenvolvimento. Esta evolução, abordada pelo empreendedorismo, considera relações

empresariais e as possíveis influências no desenvolvimento social, como: a abertura de novas empresas e a geração de empregos; a inovação tecnológica e a melhoria dos níveis de renda; o crescimento empresarial e o aumento dos recursos públicos para reinvestimento na sociedade; a criação de novos negócios e a diminuição de taxas de desemprego; o conhecimento do risco de investimento e a racionalidade do aproveitamento dos recursos produtivos; gênero e minorias na sociedade e as emancipações individuais na promoção da igualdade social; a nova abordagem na gestão rural e as mudanças na dinâmica da população rural e, também, o nível educacional e a influência na identificação de oportunidades.

Assim, pretende-se estudar a relação entre condições ao empreendedorismo de uma sociedade com o seu índice de desenvolvimento, partindo do pressuposto da importância da atuação governamental, através das políticas e os programas públicos, para a promoção do empreendedorismo.

Apesar da aparente relação entre o desenvolvimento a partir do empreendedorismo, pouco foi estudado no Brasil, nos últimos anos, em relação às evidências empíricas dessa relação. Diante deste contexto, pode-se compreender a importância da relação das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo com a promoção do desenvolvimento de comunidades. Além disso, é importante entender como as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo podem contribuir para o desenvolvimento desse campo de estudo, especificamente entender como esse fenômeno ocorre e os resultados dessa influência nos locais onde as políticas são implementadas.

1.3 O PROBLEMA DA PESQUISA

Com a revolução da produção no modelo capitalista reorientam-se os movimentos sociais, intensificando-se as mudanças de famílias dos seus locais de origem, aumentando o grau de mobilidade social, sendo este um dos fatores relacionados ao conceito moderno de desenvolvimento econômico. Isso motivou as pessoas mais capazes a aproveitarem as oportunidades desse sistema. Bresser-Pereira (1973) afirma que existe uma relação entre o desenvolvimento econômico e as mobilizações sociais, como as acontecidas no Brasil.

Porém, ao mesmo tempo em que para o desenvolvimento econômico é importante a mobilidade social, essa mesma mobilização pode levar às "deseconomias urbanas" que conforme destaca Spindel (1976) ocorreu não somente nos grandes centros urbanos e suas regiões metropolitanas brasileiras, levando a problemas causados pela necessidade de infra-estrutura básica para atender essa população em grandes centros, mas, também, na diminuição da disponibilidade de força de trabalho e conseqüentemente renda nas localidades de onde originam essas populações migrantes.

Quanto à forma como isso ocorreu, segundo Jannuzzi (2004), a mobilidade social brasileira do meio rural para o meio urbano, analisados no período de 1982 à 1996, ocorreu de forma diferenciada entre as classes sociais, e a de mão-de-obra menos qualificada registrou maior mobilidade. O processo passa por períodos de grande mobilidade nos anos 1980 e de menor mobilidade nos anos 1990 por efeito da abertura do mercado e, conseqüente, ajuste no cenário industrial brasileiro. Esse movimento contribuiu para o pouco desenvolvimento econômico de municípios que viram suas taxas de crescimentos populacionais estabilizarem ou diminuírem no interior do Brasil.

Além disso, os anos 1990 representaram para a economia brasileira mudanças significativas se comparado ao ciclo que se iniciou nos anos 30 do século passado, sendo uma das principais mudanças a abertura de mercado ocorrida, principalmente, durante a década de 90. Ainda, a privatização de empresas públicas e políticas efetivas de controle da inflação acarretam profundos ajustes nos mercados de produto e de trabalho brasileiros. Conseqüentemente, as baixas taxas de crescimento médio do produtos interno bruto (PIB), trouxeram crescimentos do desemprego e forte expansão da informalidade (OLIVEIRA; BERNARDES; CARVALHO-NETO, 2004).

No Estado do Paraná houve grande mobilidade a partir da década de 1970, influenciada pela expansão industrial brasileira e agravadas pela crise no setor agrícola, exemplo disso foi a cultura do café. Essa mobilidade pode ser observada mesmo na década de

1990. Na comparação entre os estudos feitos no ano de 1991 e os dados de 2000 se registra uma diminuição da população rural em 8% nestes nove anos e conseqüente aumento da população urbana, que podem ser observados na figura 01.

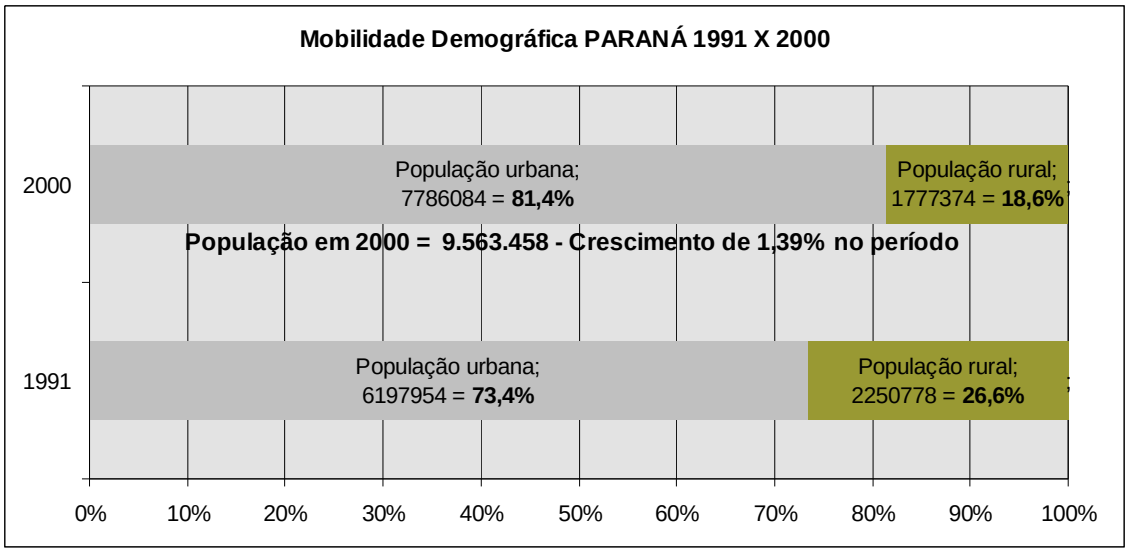

Figura 01: Mobilidade Demográfica no Estado do Paraná entre 1991 e 2000. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Considerando a região que compreende os municípios da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP)[3], nota-se que esta mobilidade é menor, ou seja, a população rural diminui 5% no período de nove anos em relação ao aumento da população urbana. Porém, se os dados entre o Paraná e a AMUSEP forem comparados, percebe-se que na região dos municípios que compreendem a AMUSEP a participação da população urbana é 10,9%, proporcionalmente maior que a do Estado como um todo, considerando os dados de 2000. Deve-se considerar que o crescimento demográfico desse período na região foi de cerca de 1,89% acima da média paranaense que foi de 1,39% para o mesmo período, conforme figura 02.

[3] A Amusep reúne 30 municípios associados, que totalizam uma população com cerca de 700 mil habitantes (IBGE), ocupando uma área de 6.629,42km², o que equivale a 3% da área total do Estado do Paraná (199.708,34 km²), abrangendo os seguintes municípios: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, São Jorge do Ivaí, Santo Inácio, Sarandi e Uniflor (AMUSEP, 2005).

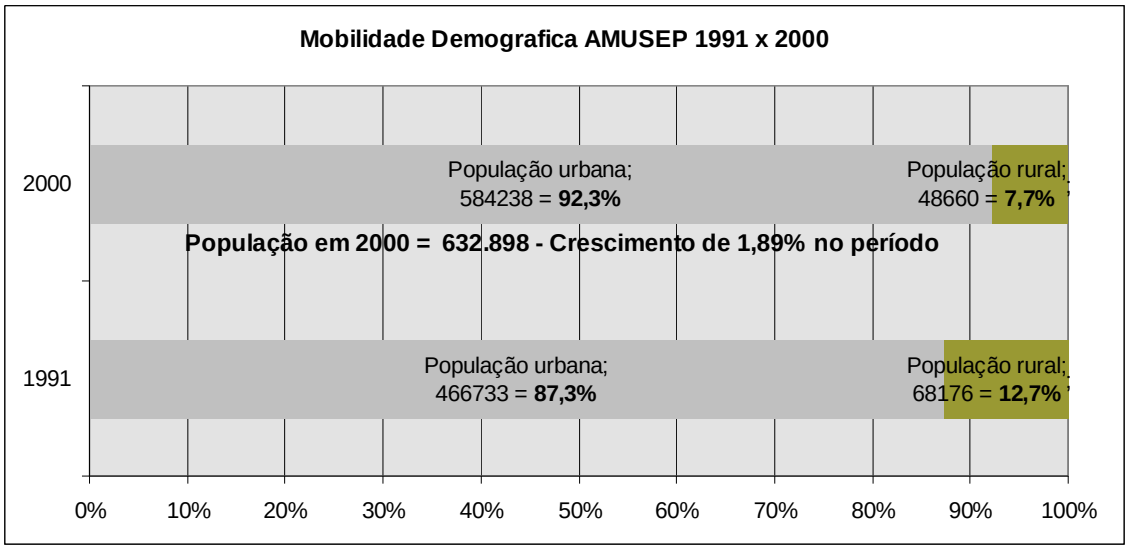

Figura 02: Mobilidade Demográfica na Região da AMUSEP entre 1991 e 2000. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

É possível notar assim que a população urbana da região da AMUSEP é maior que a população rural, em comparação com números do mesmo período no Estado do Paraná. Cabe mencionar que, o que é considerado urbano e o que é rural no estudo do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento segue o critério do IBGE que considera urbana toda a sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. Assim, podem existir divergências nas visões relacionadas ao assunto, como por exemplo, a abordagem de Veiga (2002), que afirma que o Brasil é mais urbano que se imagina. Esta metodologia combina os critérios como o tamanho populacional do município com pelo menos outros dois critérios: sua densidade demográfica e sua localização. Veiga (2002) afirma que considerando esses dois cortes, o Brasil tem mais de 30% da sua população no meio rural.

De acordo com a tabela 04, o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios da Região da AMUSEP apresenta grandes desproporções quanto ao seu crescimento nas últimas duas medições. Incluindo nesse estudo dados totais do Estado do Paraná nota-se que 50% dos municípios da AMUSEP apresentam crescimento maior que a média estadual, os demais apresentam crescimento menor que a média estadual.

Ranking	Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000	Crescimento
1	Munhoz de Melo	0,661	0,767	16,04%
2	Colorado	0,678	0,782	15,34%
3	Presidente Castelo Branco	0,648	0,742	14,51%
4	Atalaia	0,669	0,765	14,35%
5	Santa Fé	0,679	0,773	13,84%
6	Santa Inês	0,639	0,726	13,62%
7	Paiçandu	0,66	0,746	13,03%
8	Ângulo	0,658	0,742	12,77%
9	Itaguajé	0,644	0,723	12,27%
10	Mandaguari	0,705	0,791	12,20%
11	Mandaguaçu	0,682	0,762	11,73%
12	Flórida	0,698	0,775	11,03%
13	Santo Inácio	0,665	0,738	10,98%
14	Doutor Camargo	0,692	0,767	10,84%
15	Marialva	0,708	0,784	10,73%
0	**Paraná**	**0,711**	**0,787**	**10,69%**
16	Floraí	0,697	0,771	10,62%
17	Maringá	0,762	0,841	10,37%
18	Sarandi	0,696	0,768	10,34%
19	Nova Esperança	0,681	0,748	9,84%
20	Lobato	0,725	0,795	9,66%
21	São Jorge do Ivaí	0,723	0,792	9,54%
22	Itambé	0,704	0,769	9,23%
23	Paranacity	0,681	0,742	8,96%
24	Ourizona	0,707	0,77	8,91%
25	Uniflor	0,677	0,734	8,42%
26	Iguaraçu	0,686	0,74	7,87%
27	Nossa Senhora das Graças	0,668	0,719	7,63%
28	Astorga	0,705	0,75	6,38%
29	Floresta	0,729	0,773	6,04%
30	Ivatuba	0,73	0,768	5,21%

Tabela 04: Apresentação IDH-M 1991 X 2000 municípios da AMUSEP e Paraná. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Considerando a necessidade que a atuação pública governamental tem quanto ao desenvolvimento econômico, e considerando ser o empreendedorismo uma das alternativas de desenvolvimento, o interesse desta pesquisa é responder: Quais são as políticas públicas voltadas para o empreendedorismo, nos últimos dez anos nos três municípios com maior variação do IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e nos três municípios com menor variação, que fazem parte da AMUSEP?

A dimensão transversal de tempo de dez anos se dá, pois, é neste período que se divulgam os primeiros dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o que permite as comparações dos crescimentos desses índices nos municípios estudados. Além disso, é neste período que a abertura de mercado brasileiro se intensifica, exigindo uma maior

participação do setor público ao ambiente empresarial a fim de aumentar a competitividade das empresas. Como já apresentado, essas variações entre as duas últimas medições diferem-se consideravelmente entre municípios, o que exige um estudo longitudinal, no caso dez anos, para o entendimento das suas causas.

Ao responder essa questão procura-se entender também como a atuação do governo municipal, por meio da promoção do empreendedorismo, interferiu na promoção do desenvolvimento econômico e social de cada município estudado, uma vez que, segundo Hisrich (2004), o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que o aumento da produção e renda. Envolve também, mudanças e melhorias estruturais na sociedade, resultado de uma atuação governamental que promova ambiente propício à inovação, cooperação e melhoria no sistema regulatório voltado à produção.

O problema é uma questão que mostra uma situação que necessita de discussão, investigação, decisão ou solução, mais especificamente, "Um problema é uma questão que pergunta como as variáveis estão relacionadas" (KERLINGR, 1980 p.35). Assim, considera-se neste estudo a relação do empreendedorismo, tendo como variáveis as políticas públicas voltadas para a área nos municípios estudados, com o desenvolvimento econômico e social, representado pela variável IDH-M.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar políticas e programas voltados ao empreendedorismo nos três municípios que tiveram maior variação do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e nos três municípios integrantes da AMUSEP, que tiveram menor variação nesse índice, nas duas últimas medições (1991 e 2000).

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar os agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo dos municípios analisados;
- Compreender significados de empreendedorismo em pequenos municípios;

- Identificar ações que permitam aos indivíduos adquirirem autonomia nas políticas públicas municipais analisadas.
- Identificar programas e projetos municipais relacionados ao Empreendedorismo, derivados de políticas públicas nos municípios estudados.

2. QUADRO TEÓRICO REFERENCIAL

2.1 O EMPREENDEDORISMO COMO CAMPO DE ESTUDOS

De acordo com Schumpeter (1949) o empreendedor está associado ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades de negócios, contrariando assim, a ordem econômica existente, pois transforma o processo de mercado. No entanto, para Bruyat e Julien (2000), essa abordagem do empreendedor é puramente funcionalista, os empreendedores são pessoas que realizam a função de reformar ou revolucionar o sistema produtivo e eles continuam sendo empreendedores somente se executarem essa função.

Nesse sentido, Baumol (1993) divide o estudo do empreendedorismo em duas tendências básicas que permanecem em oposição uma a outra. A primeira deriva dos trabalhos de Turgot; Say *apud* Baumol (1993), que considera o empreendedor sendo uma pessoa que cria e desenvolve novos negócios de vários tipos. A segunda leva a visão de (CANTILLON; SCHUMPETER apud BAUMOL, 1993), que apresenta o empreendedor como um inovador e por essa razão uma pessoa extraordinária, que muda a economia em alguns sentidos ou outros. Esta primeira tendência, ratificada pela abordagem austríaca representada por Kirzner (1997), difere da visão de equilíbrio de mercado dos economistas neoclássicos, que consideram a influência do empreendedorismo quanto a diferentes percepções de oportunidades na economia. Para o autor o empreendedorismo se caracteriza como um comportamento competitivo que dirige o processo de mercado.

Hisrich (2004) afirma que o empreendedorismo leva à abertura de novas empresas que, aliado ao processo de inovação, promovem o desenvolvimento econômico, pois contribuem para uma melhor distribuição da riqueza na comunidade onde estas empresas estão surgindo. Na visão de Gifford (1998), isso significa a alocação de recursos empresariais como esforço para descobrir novas oportunidades de retorno financeiro podendo, assim, “aquecer” determinado setor do mercado.

Bruyat e Julien (2000) sugerem um diagrama que ilustra a heterogeneidade do fenômeno do campo do empreendedorismo, sendo que dois elementos, o individual e a nova criação de valor levam à mudanças tanto individuais com mudanças ambientais, conforme figura 03:

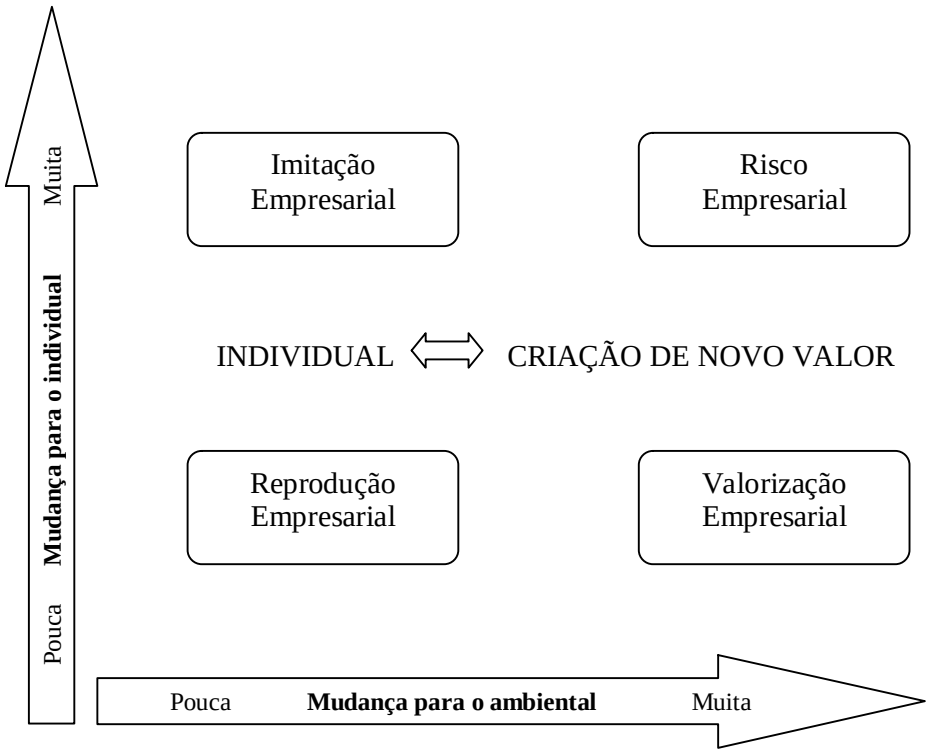

Figura 03: Empreendedorismo: Um campo heterogêneo (BRUYAT; JULIEN, 2000).

O diagrama revela quatro arquétipos empresariais, sendo o individual e criação de novo valor, deste modo enfatizando a heterogeneidade do fenômeno, sendo:

a) Reprodução empresarial*:* é uma situação onde o negócio envolve uma baixa criação de valor, sendo usualmente pouco inovador, e pouco inclinado a mudanças individuais. Esse seria o caso, por exemplo, de criação de um negócio clássico, um restaurante padrão iniciado por um cozinheiro que resolveu entrar no mercado depois de vários anos de experiência no ramo. O empreendedor proporciona um auto-emprego por sua boa performance na atividade;

b) Imitação empresarial: Apesar de não ter uma criação significante de valor, os empreendedores fazem mais mudanças a partir do seu conhecimento, rede de relacionamentos, habilidades. Esse processo é, deste modo, um risco inovando com grande incerteza, sendo um processo de aprendizagem freqüentemente longo. Um exemplo pode ser um grande executivo de negócios procurando uma mudança radical para criação de um restaurante padrão.

c) Valorização empresarial: Neste caso um engenheiro que esteve desenvolvendo projetos inovadores numa grande empresa e que desenvolve um novo projeto

para si mesmo, no campo que conhece bem, com um bom projeto para crescimento. Esta pessoa é uma das poucas nesse campo que conhece o projeto em questão e tem uma rede de relacionamento única. Isto é inovação e criação significante de novo valor por meio da valorização de uma qualidade específica do empreendedor.

d) Risco empresarial: Este caso é raro (Microsoft, Apple[4]). Quando se consegue sucesso, levam à mudanças radicais do ambiente em que atuam através de criação de um significante novo valor, normalmente uma inovação, e em alguns casos, um novo setor da economia. O individual também passa por uma considerável transformação, desde o objeto da criação, até uma mudança radical geral no indivíduo que a criou. É interessante que essa mudança, tanto no objeto como no indivíduo, causa grande incerteza. Os resultados desse processo trazem novos predicativos porque eles dependem de capacidades individuais para modificar o conhecimento e as redes de relações e a velocidade com o qual a inovação está alterando o ambiente. Os dois pontos são conectados pelo diálogo. O processo e a adaptação tornam-se extremamente importante na tentativa de entender o risco empresarial.

Já na visão de Gartner (2001), essa criação de novos negócios pode ser composta por quatro perspectivas principais: Características dos indivíduos que iniciam um negócio, a natureza da organização ao qual eles criam, o ambiente onde a nova firma está envolvida e o processo pelo qual as novas firmas são iniciadas. Com essas perspectivas Gartner (2001) analisa as diferenças entre novas firmas e firmas estabelecidas, além de sugerir diferenças entre pessoas empreendedoras e suas firmas.

Shane e Venkataramam (2000), consideram importante a exploração da oportunidade na conceituação do empreendedorismo. A definição de um empreendedor somente como uma pessoa que estabelece uma nova organização provavelmente não seja o suficiente, pela falta de estudo da própria variação da oportunidade, sendo assim destaca-se nesse contexto a necessidade de estudo dessa oportunidade. Além disso, Shane (2000) sugere como novo elemento para o estudo do empreendedorismo a influência dos conhecimentos adquiridos por cada empreendedor, desta forma, sugere um modelo que apresenta os aspectos

[4] *A Microsoft* e a *Apple* se destacaram como empresas, pois criaram verdadeiros segmentos de mercados muitas vezes com tecnologia e idéias que outros empreendedores não acreditavam nem que poderiam levar a algum retorno econômico.

idiossincráticos formados pelos empreendedores durante suas trajetórias, como decisivos a tomada de decisões diante das oportunidades e até mesmo na identificação dessas oportunidades, conforme disposto na figura 04:

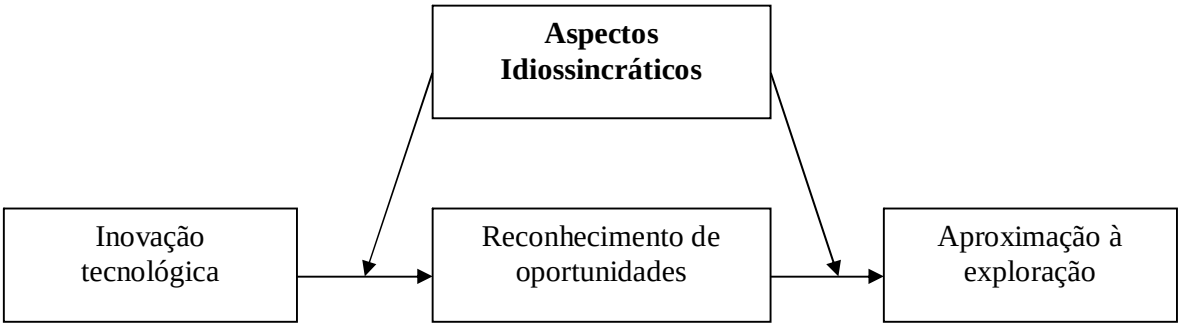

Figura 04: Modelo Conceitual - Conhecimento anterior e a descoberta de oportunidades empresariais (SHANE, 2000).

Nesse sentido, Shane (2000) considera importante para a definição do empreendedorismo responder questões relacionadas à oportunidade como: Por que, quando e como a oportunidade para a criação de bons negócios são descobertas? Por que, quem e como algumas pessoas e não outras descobrem e exploram essas oportunidades? Por que, quando e como diferentes modelos de ação são usados para explorar oportunidades empresariais?

Conseqüência dessa visão é a criação de valor. Para Hisrich (2004) o empreendedorismo é um processo de criação de algo novo com valor de mercado, dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal.

Para Hisrich (2004) em quase todas as definições de empreendedorismo há um consenso no que se refere ao comportamento do empreendedor, sendo ingredientes desse comportamento: a tomada de iniciativa, a organização e reorganização de mecanismos sociais e econômicos com a finalidade de transformar recursos e situações para proveito prático e o convívio com o risco calculado e algumas vezes com o fracasso.

Já Davidsson (2005) argumenta que a diferença na definição de empreendedorismo atualmente refere-se a duas realidades sociais relativamente distintas. A primeira enfatiza que esse é o fenômeno que estuda pessoas que antes ou depois de serem empregadas, tenham tentado um novo negócio ou tenham conquistado o sucesso em seu próprio empreendimento, muitas vezes com certo grau de inovação. Já a segunda, diz respeito à realidade social que emerge como um destaque da definição de empreendedorismo, onde o desenvolvimento e renovação de toda a sociedade, economia ou organizações requerem atores no micro nível que

tenham a iniciativa, interação e a persistência de fazer com que as mudanças aconteçam. Neste caso, instituições bem como o mercado e estruturas organizacionais podem facilitar ou dificultar mudanças e o desenvolvimento.

Estas abordagens do estudo do empreendedorismo também apresentam diferenças e similaridade entre os países. De acordo com Aldrich (2000), é perceptível que nos Estados Unidos a pesquisa se apóie mais em métodos quantitativos voltados a geração e aplicação de novas tecnologias e a inovação, enquanto que na Europa existe uma maior diversificação da pesquisa, sendo percebido maior incidência de pesquisas qualitativas em estudos em áreas similares as pesquisas americanas, além de uma considerável preocupação com a parcela da sociedade marginalizada, como jovens, mulheres, imigrantes e desempregados. No que se refere a objetivos desses estudos, quando relacionados a políticas públicas, estes tendem a serem diferentes. Para Silva e Machado, (2006 p. 14):

> a intenção de cada país, através do empreendedorismo, é resolver seus problemas específicos, enquanto a maioria dos países europeus se preocupa com a questão dos imigrantes e sua inclusão no mercado, no Brasil a preocupação ainda se restringe, geralmente, na formação de um gestor profissional, sendo que o objetivo dos países desenvolvidos é a formação de empresas direcionadas a criação de tecnologia e na inclusão de pequenas empresas no mercado internacional.

No entanto, essas características empreendedoras não estão definidas, o campo de estudos do empreendedorismo mostra-se dinâmico, conforme apontam Stearns e Hills, (1996, p.1):

> Nos últimos anos o campo de estudo do empreendedorismo vem se desenvolvendo e testemunhando a descrição de várias características relacionadas a modelos dos estudos, incluindo, o ambiente e o sistema econômico; as pessoas envolvidas no empreendedorismo; o comportamento empreendedor; nas organizações; as oportunidades, a inovação; o risco; alocação de recursos e criação e conversão de valor para indivíduos e sociedade.

Considerando essas características empreendedoras é de se esperar que um ambiente propício ao empreendedorismo possa mudar uma realidade econômica. Wennekers e Thurik (1999), estudando a influência atual e histórica do empreendedorismo chegam à conclusão que as nações que promoveram em nível individual assim como os macros ambientes, propícios ao empreendedorismo, se destacaram no cenário econômico mundial. Em sua pesquisa propuseram uma ligação entre o empreendedorismo e o crescimento econômico, apresentado na figura 05.

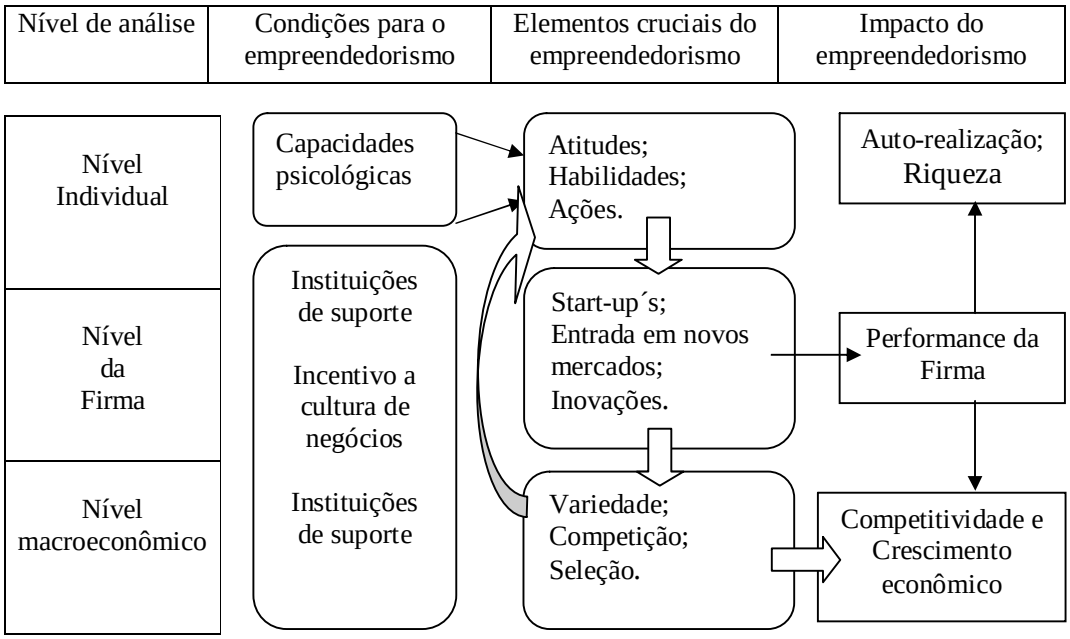

Figura 05: Ligando o Empreendedorismo ao Crescimento econômico (WENNEKERS; THURIK, 1999).

Nesse esquema estariam garantidas as principais condições para a promoção de um ambiente empreendedor nos níveis individual, da firma e o nível macroeconômico, estimulando os elementos cruciais para a formação do empreendedorismo. Isso resultaria em impactos pessoais e nas firmas e, conseqüentemente, o empreendedorismo, estimulando o crescimento econômico.

Para promoção desse ambiente, Julien (2005), apresenta o papel complementar do Estado. Essa atuação do Estado, no estímulo ou transmissão de conhecimentos ao empreendedor nos mais variáveis locais do seu território, estaria promovendo o crescimento econômico atuando de forma estruturada e mais organizada alocando os recursos disponíveis existentes nessas variadas regiões, desde formação de mão-de-obra especializada, agrupamento de empresas com interesses em comum até o incentivo à inovação em um setor estratégico empresarial.

Para Julien (2005) esse papel complementar do Estado pode-se resumir a cinco ações: Orientar, Ligar, Apoiar, Estimular e Facilitar. No Quadro 01 apresenta-se um resumo do papel do Estado, seus objetivos, condições, atores complementares e os possíveis efeitos.

Papel do Estado	Objetivos	Condições	Atores Complementares	Efeitos
Orientar	Iniciar ou reforçar os estudos dos principais potenciais	Obter a informação complexa sobre a estrutura industrial	Consultores com experiência e conhecimento da região	Aumentar as chances de sobrevivência e de desenvolvimento das firmas
Ligar	Dinamizar as redes	Organismos que difundam a informação entre os que têm e os que necessitam	Os centros de pesquisa, os Colégios e as Universidades.	Identificar os sinais fracos para promoção da inovação
Apoiar	Aumentar a perenidade e desenvolver as novas firmas com grande crescimento	A ajuda pode ser multifuncional, complexa e adaptada.	Os agentes intervenientes e outros agentes de mudança.	Aumentar a exportação.
Estimular	Compensar as carências importantes do tecido industrial	Um conhecimento profundo desse tecido, que excede aos dados estatísticos.	Os chefes de redes e os centros de transferências	Tornar os serviços dinâmicos
Facilitar	Aumentar as capacidades de aprendizagem coletiva	Diminuir as barreiras inúteis.	Os intervenientes e os empresários de sucesso.	Aumentar o caráter distintivo da região.

Quadro 01: O papel complementar do Estado, (JULIEN, 2005).

Assim, "o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda *per capita*; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade. Tal mudança é acompanhada pelo crescimento e por maior produção, o que permite que mais riqueza seja dividida pelos vários participantes" (HISRICH, 2004 p. 33).

Estas mudanças que consideram o empreendedorismo no modelo de desenvolvimento econômico, de acordo com Bridge, O´Niell e Cromie (2003), podem ser organizadas a partir de alguns objetivos, conforme o modelo britânico, sendo eles:

- Crescimento da riqueza através do crescimento econômico;
- Criação de empregos;
- Promoção e expansão da inovação e tecnologia;
- A diversificação e oportunidade de escolha;
- Revitalização de setores tradicionais e competitividade internacional;
- Aumento e fortalecimento de cadeias produtivas;
- Melhoria da eficiência de mercado;
- Melhoria na distribuição social.

Estes objetivos do empreendedorismo têm também sido relacionados como de considerável importância para o sucesso no comércio internacional, principalmente em países desenvolvidos, onde as barreiras da gestão profissional das empresas e do conhecimento do mercado interno já foram superadas (McDONALD *et al*, 2003).

É percebido que o campo de estudo do empreendedorismo tem sido foco de estudo quando se abordam as questões econômicas. Assim, o papel do Estado enquanto estimulador do empreendedorismo por meio de políticas públicas se torna importante para se atingir os objetivos macroeconômicos. Outro ponto que se deve mencionar são as realidades sociais que o empreendedorismo pode transformar.

2.1.1 Considerações sobre o empreendedorismo social

O termo Empreendedorismo Social é consideravelmente recente. Inicialmente foi adotado por Drayton (fundador e presidente da Ashoka - uma instituição que oferece apoio a pessoas que trabalham para promover mudanças sociais na Ásia, África, América Latina e Europa Central) em 1980 e nos últimos anos tem sido aplicado com maior constância no Brasil (OLIVEIRA, 2004).

Para Moura *et. al.* (2002) o foco em questões sociais tem possibilitado o empreendedorismo superar desigualdades sociais relacionadas à formação do capital social, por meio da implantação de programas de desenvolvimento locais de órgãos, como agências de desenvolvimento e instituições de ensino que objetivam a melhoria da qualidade de vida para pequenos produtores e conseqüentes melhoria da distribuição da renda.

Para Schwab (apud Oliveira, 2004, p. 125):

> Empreendedores sociais são agentes de intercambiação da sociedade por meio de: proposta de criação de idéias úteis para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; criação de parcerias e formas/meios de auto-sustentabilidade dos projetos; transformação das comunidades graças às associações estratégicas. Utilização de enfoques baseados no mercado para resolver os problemas sociais; identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social. [...] características comuns aos empreendedores sociais: apontam idéias inovadoras e vêem oportunidades onde outros não vêem nada; combinam risco e valor com critérios e sabedoria; estão acostumados a resolver problemas concretos, são visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas.

Outra compreensão é enfatizada por Melo Neto; Froes (apud Oliveira, 2004):

> Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se sim, do

> negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia.

Considerando a forma como os empreendedores sociais atuam no mercado, Mort, Weerawardena e Carnegie (2003) alertam para a necessidade de mudanças nos elaboradores de políticas públicas. Uma vez que esses empreendedores têm preocupações com o ambiente em que estão atuando, é necessário dos gestores de políticas públicas agilidade para perceber as decisões a serem tomadas no sentido da potencialização dessas formas de atuação públicas e privadas.

Duarte e Santos (2003) apontam a tendência de mudança na relação do Estado e o empreendedorismo social. O Estado tem se preocupado em incentivar instituições que promovam o empreendedorismo social. Essa mudança é conseqüência do crescimento dos problemas sociais que gerou o paradigma da exclusão social no Brasil e no mundo, esso vem exigindo de todos os atores políticos e sociais uma nova atitude de mudança, inovadora em sua natureza e essência, voltada para o desenvolvimento sustentável das comunidades em geral (MELO NETO, 2002).

Assim, Melo Neto, (2002) enfatiza o empreendedorismo social como decorrente de condicionamentos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. O empreendedorismo social tem na comunidade o seu principal eixo de atuação, diferentemente do empreendedorismo convencional, cuja principal força motriz é o mercado. Oliveira (2004) apresenta, ainda, como desafio a necessidade de criação de capital social, como sendo a base para o empreendedorismo social e o empoderamento dos sujeitos do processo, que faz com que pessoas marginalizadas assumam posturas cidadãs e sejam protagonistas da transformação que o empreendedorismo social possibilita.

2.2 SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em seus primórdios a Ciência Política considerava as políticas públicas quase que exclusivamente resultado do sistema político, ou seja, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma sub área, os estudos recaíam consideravelmente sobre a análise da formação dessas políticas públicas. A partir da década de 1950 passa-se a definição das próprias políticas públicas como unidade de análise, levando gradualmente ao destaque de aspectos dinâmicos do chamado *"policy process"* e aos distintos atores estatais e não estatais.

Na sua origem, a expressão portuguesa "Políticas Públicas" vem do inglês *public policy*. Assim, *policy* não se confunde com *politics*, esta última corretamente traduzida para *política* em português. De acordo com Carvalho (2005) referenciado pelo Professor Paulo Calmon, o termo *policy* não possui tradução direta na língua portuguesa. *Policy* seria sim "um princípio, um plano ou um curso de ação seguido por um governo, uma organização ou um indivíduo". Uma política pública seria, então, algum tipo de ação governamental que tenha reflexos na sociedade, ou em partes dela.

Para Ruediger e Riccio (2005) as políticas públicas são as ferramentas utilizadas pelo Estado para tomar ações com o objetivo de garantir os direitos fundamentais (individuais e coletivos) da sociedade. No entanto, para Sampaio (2003), as políticas públicas não surgem de geração espontânea a partir da pura intenção dos representantes do Estado. Elas são sim, o resultado de um conjunto de decisões de ações do poder público, motivado por lutas de interesses relacionados à questões de poder demandadas por parte do atores sociais, ou seja, "As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo" (CUNHA;CUNHA, 2002 p. 12).

Na visão de Melazzo *et al*, (2003), a limitação constitutiva de uma política pública passa por análises compreensivas que levam às múltiplas respostas de acordo com as diferentes possibilidades de análise e contribuição de diversas áreas de investigação. Enquanto para a economia o termo remete a discussão para o plano de escolhas racionais de agentes que tomam decisões, isto é, o porquê de determinados rumos de ação, para as teorias da administração e da organização o debate principal se encontra nos resultados que podem ser alcançados pela organização governamental.

Para a ciência política e para a análise sociológica trata-se de investigar a política como resultante de interações (barganhas, conflitos ou consensos) entre diferentes grupos, segmentos ou classes sociais (MONTEIRO, 1982). Se o termo "política pública" encerra um grande conteúdo polissêmico, para muitos ainda, pode parecer uma redundância, na medida em que toda política é, em essência, pública, uma vez que desde sua origem esta palavra só faria sentido e só se construiria seu significado pleno no âmbito das relações entre indivíduos em sociedade, expressando a dimensão coletiva da vida social.

Para Davidsson (2005) políticos e suas políticas podem decidir mudanças em como a sociedade é organizada e introduzir regulamentações ou outras mudanças institucionais na qual criam oportunidades no mercado e conseqüentemente no incremento do comportamento

competitivo que direciona o processo de mercado. Não são os políticos os únicos responsáveis pelo incentivo ao empreendedorismo, e sim, os agentes que tomam decisões que possam facilitar condições ao empreendedorismo através de mudanças políticas, porém, esse processo deve ser organizado de tal forma que se torne sustentável.

Assim, promover a distribuição de recursos, a qualificação profissional, o acesso ao sistema judiciário e o auxílio técnico em pequenos empreendimentos funcionaria também como fomento ao civismo. Desta forma, as iniciativas de promoção do desenvolvimento precisam ainda incorporar a dimensão local em que o Estado pode estimular a criação de agências de desenvolvimento nas próprias comunidades, de natureza pública e não-estatal, preocupadas com uma abordagem participativa e empreendedora desse processo. Iniciativas no plano Federal, Estadual e Municipal poderiam estabelecer regras facilitando o crédito a pequenos ou micro empresários locais. A distribuição dos recursos, por sua vez, poderia estar condicionada a metas de desenvolvimento social (RUEDIGER; RICCIO, 2005).

Pereira (1994, p.42) reafirma que, para pensar em política pública é necessária a compreensão do termo público e da sua real dimensão:

> ... o termo público, associado à política, não é referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos.

Isso se caracteriza cada vez mais como um desafio, enfatizado por Peci e Costa (2002), em que a complexidade das políticas públicas relaciona-se à própria natureza dos problemas correntes, podendo intensificar a ampliação da sociedade civil na gestão de políticas públicas acompanhadas por um Estado regulador, colocando o desafio da perspectiva integrada de formulação e implementação das políticas públicas.

Desta forma, Ruediger e Riccio (2005, p.21) afirmam:

> Iniciativas visando à racionalização do Estado, à formação de cidadãos, à garantia de direitos ao cumprimento de deveres se tornam objeto de políticas públicas. A concessão de um benefício estatal, por exemplo, pode ser condicionada à participação de questões de sociedade. Buscar estabelecer laços de solidariedade a partir do interesse individual pode ser uma variável importante das políticas públicas adotadas pelo país [...] no entanto, esse novo papel pluralístico do Estado se define em termos de sua permeabilidade à

sociedade civil, onde o Estado deve fortalecer sua dimensão articuladora e catalisadora no decorre do processo de políticas públicas.

2.2.1 Análise de Políticas Públicas

Tem crescido, na visão dos governos, a importância de pequenas empresas para o desenvolvimento econômico. Muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento estão agora intervindo, em algum sentido, com o objetivo de promover a habilidade dos empresários, incentivando novos empreendedores, assim aumentando o auto-emprego e se preocupando com a informalidade (BRIDGE, O´NIELL; CROMIE, 2003). No entanto, em estudo feito em países europeus, desde a década de 1970, muitas políticas, programas e instituições para a promoção do empreendedorismo existiram ou existem, porém, a grande questão centra-se em objetivos, metas, estratégias de implantação e a adequada forma de medição dos resultados destes mecanismos.

Diante disso, passam a ter cada vez mais importância as alternativas de mensurações dessas políticas públicas, onde novos atores envolvidos no processo de implantação e gestão tenham condições de acompanhar o andamento das atividades. Uma dificuldade (CARVALHO, 2005) corrente, relacionada a políticas públicas é a negligência a métodos seguros para a mensuração dos resultados sociais, econômicos e políticos no país, estados ou municípios. As políticas públicas em alguns casos são propostas e implementadas sem que exista um estudo mais aprofundado dos setores que serão supostamente beneficiados a curto, médio e longo prazo. Ruediger e Riccio (2005) sugerem basear essa análise na utilização de indicadores fidedignos, numa combinação adequada de metodologias quantitativas e qualitativas, orientadas para a interpretação da realidade, ou seja, basear o processo de reflexão em bases de dados que não apenas alimentam, mas também conferem uma dimensão temporal às estratégias implementadas, trazendo a vantagem de uma visão de longo prazo e a possibilidade de continuidade do processo.

Stokey e Zeckhauser (1978) apresentam uma estruturação prévia da análise de políticas públicas, necessária segundo os autores, a um exame mais aprofundado, com objetivo de definir as etapas a serem realizadas. As etapas para a análise de políticas públicas, segundo os autores, seriam:

1. A análise do contexto: Estabelecer qual o problema com que se vai lidar, e quais seriam os objetivos específicos que serão buscados ao enfrentar o problema afim da melhoria dos resultados da implantação da política pública;

2. Identificação e listagem das alternativas: Quais seriam as alternativas de ação dentro dos recursos disponíveis, e, como é possível se conseguir as informações sobre as alternativas que se pretende listar e estudar;

3. A Previsão de conseqüências: Listadas as alternativas, quais seriam as conseqüências de cada uma das ações implementadas, e, quais as técnicas que poderiam ser utilizadas para se prever as conseqüências;

4. Atribuição de valores aos resultados: Quais serão os critérios adotados para mensuração de sucesso dos objetivos das políticas públicas implantadas, reconhecendo quais alternativas serão superiores as outras e quais as combinações que podem ser feitas;

5. Tomada de decisão: A partir da comparação, desenhar e definir todos os aspectos relacionados à análise decidindo qual será o sentido da ação preferido a partir da comparação dos modelos de implantação e resultados esperados.

Vencidas estas etapas iniciais, pode-se definir e aplicar um método de avaliação de políticas públicas, que segundo Carvalho (2005), torna a análise palpável uma vez que o todo é reduzido para níveis mais simples de exame.

Estes modelos de análise de políticas públicas podem ser classificados em três categorias:

- Modelos Descritivos: que apresentam a maneira que o mundo opera; como as variáveis vão impactar o objeto de estudo e as mudanças no sistema que está sendo analisado. Eles especificam como a realidade funciona e como a realidade se afasta do que seria o ótimo, o ideal;
- Modelos Prescritivos: que vão indicar como se deveria ou poderia agir, como as instituições deveriam ser, ou como as decisões deveriam ser tomadas. Isto é, eles prescrevem o curso das ações sem referência a um ideal.
- Modelos Normativos: que vão descrever como seria o ideal para a situação de estudo.

Considerando esta classificação, Carvalho (2005) apresenta três métodos de análise de políticas públicas:

- *A análise custo benefício*: O modelo de custo benefício é o modelo de análise de políticas públicas mais conhecida e, possivelmente, uma das mais utilizadas para avaliar programas que envolvam gastos públicos em situações excludentes.

A análise custo-benefício dá os meios para sistematicamente comparar os valores dos resultados dos projetos com os valores dos recursos utilizados para atingir os resultados desejados. O modelo de Custo-benefício utiliza uma enumeração sistemática de todos os benefícios e custos, tangíveis ou intangíveis, facilmente quantificáveis ou não, que irão afetar todos os membros da sociedade se um projeto em particular for adotado. Este modelo procura entender a atuação governamental por dois objetivos de uma política pública, que são, a melhoria da atuação pública. Neste caso, a política é tida como eficiente se maximizar o total de benefícios no seu balanço (benefícios – custo) para a sociedade, independentemente de quem receba estes benefícios, além do objetivo de aumentar a eqüidade na sociedade. Desta maneira, não se preocupa com o tamanho dos ganhos ou do retorno para a sociedade, e sim como este é dividido pela coletividade.

- *As árvores de decisão:* Considerando a complexidade das políticas que envolvem várias decisões, isso exige o uso de ferramentas analíticas que possam aprofundar no entendimento do problema dando ao gestor público a perspectiva mais realista das decisões a serem tomadas. As árvores de decisão (*decision trees*) trabalham com problemas complexos mostrando através de gráficos, os caminhos da decisão tomada. Uma das vantagens deste tipo de modelo está na facilidade da análise de sensitividade, pois as chances de ocorrerem eventos futuros podem ser facilmente trabalhadas.
- *Modelos de atributos múltiplos:* Existem políticas públicas que podem ser mensuradas em uma só dimensão. Isso está associado à lógica formal de maximização dos resultados presente na racionalidade humana. No entanto, os resultados de algumas políticas públicas não podem ser mensurados em uma só dimensão. As decisões vêm sempre relacionadas a valores, são, portanto, decisões que acontecem num cenário complexo. No cenário de decisões complexas encaixa-se o uso dos modelos de utilidade de multiatributos. Este método ajuda o gestor a estruturar o problema, incluindo a determinação dos critérios aos quais as alternativas serão julgadas, quão importantes são estes critérios em relação aos outros (pesos) e como as alternativas podem ser visualizadas em comparação aos critérios.

As etapas para o desenvolvimento de um modelo de multiatributos (LAUFER, 1990), são: A primeira é definir as alternativas e os atributos (ou critérios) relevantes. A segunda etapa é quando os valores qualitativos são transformados em quantitativos. O terceiro passo é dar peso aos atributos, isto é, identificar dentre todos os atributos utilizados no modelo qual é o de maior importância. Na quarta etapa agregam-se as medidas de utilidade de cada alternativa com os pesos de importância dos atributos

A condição mais importante para a utilização dos Modelos de Utilidade de Multiatributos é que os atributos sejam separados e independentes. Se estes atributos ou critérios forem realmente independentes, a aplicação deste modelo garante que a decisão feita maximiza a escolha do gestor (BARON, 1988). Outro ponto importante é que os atributos não sejam referentes a efeitos.

2.2.2 Considerações sobre políticas públicas no Brasil

De acordo com FREY (2001), no Brasil, estudos sobre políticas públicas são recentes. Nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. Predominam micro abordagens contextualizadas, porém, dissociados dos macros processos ou ainda restritas a uma única aproximação e limitadas no tempo. Normalmente, tais estudos carecem de um embasamento teórico que deve ser considerado um pressuposto para que se possa chegar a um maior grau de generalização dos resultados adquiridos. Além disso, em conseqüência da maior interação entre o setor público e privado nacional e internacional, atualmente os modelos tradicionais têm se mostrados incapacitados para explicar de forma completa a elaboração das políticas públicas (FARIA, 2003).

Historicamente, a capacidade empresarial brasileira teve influência dos programas e políticas dos governos em diferentes épocas, seja no período colonial, no Império ou após a proclamação da república. Segundo Hardman e Leonardi (1991), no período colonial existiram grande influência dos interesses portugueses no tardio desenvolvimento da indústria brasileira e posteriormente o empresariado brasileiro teve grande influência das pretensões da burguesia britânica, conseqüência dos acordos bilaterais entre Portugal e Inglaterra naquele período. A indústria brasileira somente inicia seu desenvolvimento a partir de 1889, em decorrência da expansão cafeeira que geraria superávits que permitiram o investimento na indústria nacional.

Entre o final do século XIX e início do século XX, prevaleciam as idéias liberais do Estado, trazendo grandes limitações aos indivíduos na sociedade, somente mudando essa realidade após a crise econômica de 1929. Além disso, segundo Cunha (2002), o desenvolvimento do capitalismo monopolista determinou novas relações entre capital e trabalho e entre estes e o Estado, levando as elites dominantes da economia a admitir os

limites do mercado como auto-regulador e admitindo o papel do Estado como o mediador e o civilizador dessa dinâmica de mercado.

O Estado, então, toma para suas responsabilidades a formulação e execução das políticas econômicas e sociais, tornando-se arena de interesses, uma vez que as políticas públicas envolvem conflitos de interesses entre classes sociais, e as respostas do Estado para essas questões podem atender a interesses de um em detrimento do interesse de outros.

Nesse contexto de responsabilidades do Estado, vários foram os projetos federais para o apoio regional ao desenvolvimento, iniciados a partir de 1951 e 1952, quando se iniciam as divulgações das Contas Nacionais do Brasil, que apresentaram grandes desníveis entre o volume e o crescimento das rendas nacionais. Assim surge a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ainda em meados da década de 1950 onde se criam a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônica - SPVEA, transformada em 1966 na SUDAM, assim como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País – SPVERFDP, que se transformou em 1967 na SUDESUL.

Em 1961 criava-se a CODECO – Comissão de Desenvolvimento do Centro Oeste que se transformou em SUDECO em 1967 e neste mesmo ano a SUFRAMA instituindo-se a Zona Franca de Manaus. Porém, segundo Cano (1998), várias foram as dificuldades destes órgãos na tentativa da promoção do desenvolvimento. Existiram interesses políticos locais em manter privilégios à custa do atraso e do obscurantismo do povo e a própria limitação profissional, além dos interesses políticos do sudeste e do sul, desviando assim o principal interesse dessas políticas públicas (ARAÚJO, 2003).

Na década de 1970 apesar do crescimento em sua fase inicial, as crises do petróleo vividas nesse período reformularam o papel do Estado, reduzindo sobremaneira a capacidade fiscal dos governos, de modo que os investimentos em infra-estrutura até então realizados, foram reduzidos drasticamente no final desse período. Uma das soluções para manter o fluxo de investimentos e garantir o crescimento econômico, foi a transferência de ativos de infra-estrutura ao setor privado, bem como a concessão para a exploração de novos serviços de infra-estrutura (ARAÚJO, 2003).

Para Hastenreiter-Filho e Souza (2005), o último programa importante de políticas de desenvolvimento no Brasil foi o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento 1974-1979), que proporcionou um contexto favorável para a substituição de importações, em especial de bens de capital e de Indústria intermediária. Tal estratégia, apesar de garantir a convergência

com o padrão tecnológico Indústrial da época, não teve êxito no que se refere à competitividade e diversificação da base Indústrial brasileira. Com o início da década de oitenta, esse modelo não possibilita a adaptação das indústrias às novas tecnologias, evidenciando o esgotamento de um padrão de desenvolvimento. Assim, para Hastenreiter-Filho e Souza (2005), desde o final da década de setenta, o Brasil não tem utilizado políticas públicas específicas, voltadas para a utilização de instrumentos que visem à alocação adequada de recursos no meio empresarial.

Para Santos (1985), neste período, a matriz de Estrato-Central já apresentava sinais de desgaste lenta e gradual, em conseqüência das profundas mudanças, desencadeadas pelos projetos desenvolvimentistas posto em prática pela ditadura militar, cujo êxito levou ao declínio da ordem regulada e ao desenvolvimento de uma sociedade complexa e diferenciada. No entanto, a desarticulação desta matriz ainda não se constituíra em objeto de uma política deliberada do governo, na qualidade de condição necessária para o ingresso numa nova fase.

Seguindo os anos 1980, caracterizados pela falta de investimento, em 1988 a dinâmica administrativa brasileira muda, como se referem Santos e Ribeiro (2004), "uma mudança inconseqüente", visto que ao longo do processo constituinte de 1988, verifica-se uma disputa entre os níveis de governo pela fração da renda nacional apropriada pelo setor público. Na qualidade de perdedora, a União redireciona as suas ações, dando prioridade maior à política de combate a inflação, deixando em segundo plano os programas de investimentos em setores sociais e de infra-estrutura econômica.

Nesse contexto, para Diniz (2003), os anos 90 representaram efetivamente uma década de mudanças, desencadeados por um conjunto de políticas voltadas para a liberação das forças do mercado, como a privatização do patrimônio público, a abertura para o exterior, o estreitamento dos vínculos com o mercado internacional, além das reformas constitucionais. Tais mudanças levaram a um profundo corte com o passado, com impacto sobre a sociedade, a economia e a ordem política. Desta maneira, as alterações atingiram o modelo econômico, o tipo de capitalismo, a modalidade de Estado, as formas de articulação Estado-sociedade e o regime político. Desestrutura-se o chamado modelo do tripé, sustentado pelo pacto desenvolvimentista, representado pela ênfase nas empresas de capital nacional, estatal e estrangeira, com a drástica redução do setor estatal, o enfraquecimento do segmento privado nacional e o fortalecimento da empresa estrangeira, promovendo-se um acentuado processo de desnacionalização da economia.

2.2.2.1 Dificuldades apontadas referentes às políticas públicas

Considerando as mudanças ocorridas nos anos 80, após 1988, a desarticulação do modelo de formulação e implementação de políticas públicas no Brasil passa a exigir dos gestores públicos vinculados às esferas municipais e estaduais maiores esforços de racionalidade e probidade no processo de gerenciamento dos recursos públicos, conseqüência dessa menor solidariedade do governo federal com as políticas regionais, estaduais e municipais. Segundo Pacheco (1999), isso impõe aos municípios um novo desafio, devendo estes serem mais competitivos, utilizando-se de estratégias que não se baseiem na guerra fiscal, pois esta leva a um jogo sem resultados, sendo o mais importante estabelecer um sistema virtuoso onde os resultados sejam positivos, com competição, com objetivos de desenvolvimento e, principalmente, com colaboração entre municípios e seus atores sociais.

Para Junqueira (1998), o processo de levar a decisão sobre políticas públicas para o âmbito do município, portanto, para seus cidadãos, exige, para sua operacionalização, a presença e a participação da sociedade civil. No entanto, esse processo vem promovendo reflexões nos analistas de políticas públicas, no que se refere às verdades consideradas incontestáveis do discurso neoliberal, especialmente quando o enfoque é desenvolvimento social, eqüidade e justiça.

Na atualidade, em que a abertura de mercado vem crescendo considerávelmente, diferentes formas de condução de políticas públicas surgem. É é o caso da atuação regional com vistas ao mercado globalizado e a tecnologia no meio empresarial.

> A questão regional vem adquirindo um caráter estratégico para a inserção dos países na economia internacional. Entretanto, é preciso reconhecer que o novo paradigma tecno-econômico, bem como os processos de globalização e regionalização trazem consigo novos parâmetros para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional e integração nacional". (FERES; KEINERT, 2001, p.13).

As exigências de um mercado globalizado e altamente competitivo, no qual produtividade e qualidade passaram a ser elementos chaves, envolveram não só mudanças técnicas, mas também de comportamentos e de valores. Na busca por esses valores e comportamentos os países em desenvolvimento procuraram se posicionar para receber investimentos de todos os cantos do mundo. O Brasil conquistou, nos últimos anos, a posição de segundo no *ranking* dos países que mais recebem investimento externo, ficando atrás

apenas da China. Isso significa importantes avanços tecnológicos e de circulação de mercadorias, mas tem um impacto perverso na competição com pequenas e médias empresas e principalmente sobre o mercado de trabalho, necessitando, nesse caso de políticas públicas mais eficientes (SIQUEIRA; GUIMARÃES, 2001).

Nesse cenário, Pacheco (1999) ressalta que na busca por estes investimentos, a atuação pública, seja em qual for o nível, federal, estadual ou municipal, tem sido levada a repensar sua própria organização. Isso tem ocorrido principalmente no governo local, por meio de redes de relacionamentos de agentes capazes de impulsionar novas soluções. No entanto, Hastenreiter-Filho e Souza (2005) afirmam que, apesar de existirem políticas públicas no Brasil direcionadas a pequenas e médias empresas, essas políticas estão ainda desconsiderando as diferenças entre os vários setores em que serão implementadas. Para Tendler e Amorim (1996) as políticas públicas no Brasil têm maior preocupação com demandas sociais como a desigualdade, a pobreza e o desemprego do que efetivamente com o impacto que pode causar no desenvolvimento econômico, o que as torna, de certa forma paternalistas.

Esta imperfeição, segundo Pacheco (1999), poderia ser amenizada com o estudo das políticas públicas a partir da introdução da administração pública gerencial. No que diz respeito as suas propostas, considera que, ao lado de maior agilidade e eficiência, é fundamental recuperar a capacidade do núcleo estratégico do Estado em formular políticas públicas. Considera também que as relações entre entidades públicas, da Administração direta e indireta, devem ser firmadas por meio de um contrato, no qual compromissos, recursos e resultados esperados são previamente definidos.

Além dessa necessidade, o despreparo de grande parte das pequenas e médias empresas brasileiras, pode levá-las ao fracasso caso as mesmas não estejam atentas às transformações do ambiente externo. Isso porque desde a Administração Clássica até os dias de hoje as empresas deixaram de competir numa economia mais fechada para uma economia globalizada. Assim, a competitividade das organizações está intimamente ligada à sua capacidade de perceber os estímulos do ambiente externo a ela e prover as adaptações necessárias, que devem ser potencializadas por políticas regionais de desenvolvimento, como estratégia de posicionamento global (LOPES, *et al*, 2003).

Quanto à forma de implantação, para Biderman e Barberia, (2005), não existe uma regra geral para implantação de políticas públicas relacionada às esferas, seja Federal, Estadual ou Municipal. Verificam-se resultados satisfatórios na implantação de políticas

públicas, ora na esfera Municipal, ora Estadual e ora Federal. Porém, nota-se uma maior eficiência das políticas públicas quando a esfera municipal está envolvida no projeto, seja de forma isolada ou em parceria com o Estado ou com a Federação.

Oliveira (2005) argumenta que a dificuldade na implantação de políticas públicas não é um privilégio brasileiro, ocorre em todo o mundo, porém tem se mostrado um problema recursivo no Brasil. Na tentativa de responder o porque costuma-se falhar na implantação de políticas públicas, a resposta estaria relacionada à ênfase que se dá no Brasil ao planejamento como forma de se tentar o controle da economia e da sociedade, em vez de vê-lo como um processo de decisão construído politicamente e socialmente com os diversos sujeitos interessados e afetados pela decisão. Essa construção deveria ser baseada em informações precisas e capacidade de articulação e compreensão do processo e dos temas debatidos pelos diversos atores envolvidos.

Além disso, para Westphal e Ziglio (1999) existe grande dificuldade na realidade brasileira em motivar atores governamentais a assumirem uma nova racionalidade governamental intersetorial no município. As autoridades municipais têm se voltado para os problemas relacionados unicamente às áreas de seu interesse ou competência, ou seja, falta uma atuação coesa entre setores administrativos municipais, onde não se têm a prática e muito menos o hábito e a cultura política na busca de soluções integradas para os múltiplos problemas dos diferentes segmentos sociais.. Assim muitas secretarias responsáveis por diferentes setores no município resistem à mudança dos seus modelos de prestação de serviços com medo de perder o poder e os recursos, com isso, colocam inúmeros obstáculos à criação de novos desenhos de implementação de políticas.

Um agravante dessa realidade poderia estar no fato da própria consciência dos empresários quanto às políticas públicas. Para Castanhar (2005, p.167), cabe observar que:

> o sucesso de uma política pública setorial dependerá tanto da qualidade e consistência das políticas propriamente dita quanto da capacidade das empresas para: a) tomar conhecimento de que essas políticas existem; b) saber quais são os instrumentos disponíveis e como utilizá-los; c) qualificar-se para ter acesso aos benefícios dessas políticas; d) utilizar com eficácia e competência os recursos (financeiros ou de qualquer outra natureza) obtidos através dessas políticas.

Dessa forma, tem-se como uma possível alternativa para melhorar os resultados das políticas públicas o investimento na capacitação empresarial, mas, é necessário o reconhecimento da realidade empresarial para que a política pública mude a realidade. Esse

investimento na capacidade empreendedora pode gerar retorno, não só pelos resultados diretos que se podem obter, como também pela melhoria de outras políticas governamentais que dependem de empresários mais qualificados para serem bem-sucedidas.

Outro obstáculo, no caso brasileiro em relação às políticas públicas, são as dificuldades com a grande dimensão territorial, diversidade e contrastes regionais; a falta ou inadequado planejamento; o desconhecimento da real necessidade e potencialidade e problemas de ordem administrativa nos próprios ministérios que elaboram as políticas públicas (PECI; COSTA, 2002) e (HASTENREITER-FILHO; SOUZA, 2005). Paralelo a isso, de acordo com Carvalho (2005), a análise de políticas públicas é ainda pouco utilizada no Brasil, seja devido ao seu alto custo de formulação ou pela falta de informação de métodos para aquele fim.

Um exemplo disso é a comparação entre políticas públicas para a promoção de empreendimentos para o comércio eletrônico no Brasil e nos Estados Unidos. Vieira-Filho e Marcelino (2001), descrevem que a posição do Estado brasileiro tem sido de perplexidade, onde existe muita discussão e pouca ação sobre as políticas públicas, ou seja, há uma política de não-intervenção, a realidade apresenta uma dinâmica muita acelerada, as tendências observadas beneficiam visivelmente a liderança econômica dos EUA. Um exemplo é o *Softex*, programa Federal para exportação de *software*. Revelou em estudos elaborados por Furlan e Almeida (2004) problemas, onde sua efetiva presença junto às empresas acontece no ultimo processo que é a exportação. Ao contrário do que acontece em outros países como Taiwan, por exemplo, sendo a percepção dos empreendedores brasileiros de *software* em relação ao Estado como de pouca presença para a efetiva viabilidade para este tipo de empresa.

Neste contexto, Latres, Arroio e Lemos (2003), apontam os desafios e vantagens para políticas públicas para a promoção de micro e pequenas empresas. O estudo parte de um cenário de dificuldades, mas com boas oportunidades que podem ser aproveitadas, principalmente via mobilização de algumas importantes sinergias. Isto pode ser visualizado na sumarização no quadro 02.

Políticas Públicas...	Vantagens...	Desafios...
...que promovam a inserção e atuação em redes de empresas de menor porte, como os arranjos produtivos locais	Exploração das complementaridades; integração vertical e horizontal entre as MPMEs e com parceiros de diferentes formas institucionais e portes.	Necessidade de que as especificidades dos arranjos produtivos locais e seus ambientes sejam bem conhecidas afim de formulação de políticas públicas considere sua estrutura, formas de governança, mercados atingidos e territorialidade das atividades produtivas e inovativas.
...que promovam a ocupação de nichos e aproveitamento das oportunidades associadas às novas tecnologias e bens e serviços, novas áreas do conhecimento e novas formas de atuação.	Obtenção de benefícios derivados da participação em redes globais, participando da competitividade internacional em segmentos de ponta.	As políticas públicas, neste caso, devem buscar adequar-se às especificidades das MPMEs e evitar dispersão. Aumento da disponibilidade de infra-estrutura nesta área especificamente.
...que estimulem os programas de incubação de empresas	Aprendizado mais intenso e maior capacidade de sobrevivências de empresas submetidas a esse processo	Articulação das políticas públicas para que estas empresas atuem efetivamente da rede de inovação proporcionada pelo sistema de incubação
...que permitam o acesso MPMEs em segmentos mundiais de comercialização.	O desenvolvimento de capacidade tecnológica regional.	Incluir efetivamente as MPMEs nos seguimentos de maior tecnologias.
...que foquem segmentos específicos com potencial e necessidade de desenvolvimento	Melhorar o aparato institucional de apoio as MPMEs.	Superar a cristalização de um quadro de inadequações, superposições e descoordenações de ações, as quais não têm continuidade.
...que promovam a modernização de agências de promoção ao empreendedorismo, assim como de sistemas de fomento a financiamentos	O atendimento eficaz nas necessidades pertinentes as MPMEs, potencializando assim sua capacidade de promoção de desenvolvimento nos mercados em que atua.	Adequar esses sistemas a realidades de MPMEs, considerando que o sistemas atualmente foram estruturados para atendimento de empresas de maior porte.
...que promovam a descentralização do atendimento à MPMEs.	Atuam sobre as reais necessidades das empresas de acordo com as diferenças regionais de cada uma delas.	Flexibilização do sistema gerencial das políticas públicas. Diminuir custos inerentes a esse modelo.
...que promovam o empreendedorismo a segmentos sociais e regionais marginalizados.	Adequada inclusão ao sistema produtivo de categorias que mais se expandiram nos últimos anos, estimulando de forma eficiente o sistema produtivo.	Requer estruturas especializadas e condições específicas que contemplem as particularidades de empreendimentos de segmentos marginalizados

Quadro 02: Desafios e vantagens de políticas públicas. (LASTRES, H. M.; ARROIO, A.; LEMOS, 2003).

Latres, Arroio e Lemos (2003), destacam ainda a necessidade de reconhecer e tratar adequadamente os desafios colocados tanto ao desenvolvimento dessas empresas quanto às políticas para a sua promoção, os quais incluem:

- A falta de estatística e mesmo conceitos que captem a realidade destas empresas e particularmente as MPEs;
- O problema de as MPEs serem numerosas, heterogêneas, dispersas e pequenas demais;
- As inadequações, superposição e pouca coordenação de ações, as quais não têm continuidade;
- A ausência de enfoque de MPE como empreendimento economicamente viável, o que compromete a identificação de aproveitamento de oportunidades que levam a uma atuação sustentável.

Esses desafios que são identificados como derivados de:

- Aprofundamento da tendência das cadeias globais controlarem as atividades mais estratégicas, repassando para os países e regiões menos desenvolvidos as atividades menos complexas e deixando poucas margens para a inserção e o crescimento de pequenas empresas locais;
- Círculo vicioso do reduzido poder político dessas empresas implicando pequeno poder econômico, associado à predominância de um paradigma segundo o qual apenas grandes estruturas podem ser competitivas no atual estágio do capitalismo;
- O Modo de inserção do Brasil e outros países menos desenvolvidos no cenário global.

Apesar da várias políticas voltadas ao empreendedorismo já implantadas no Brasil e em outros países, nota-se que como em qualquer segmento de mercado atualmente, os governos também necessitam de considerável agilidade para o acompanhamento das mudanças impostas pelo mercado. Essas mudanças tem sido resultado das forças da globalização do mercado e da tecnologia, assim o desenvolvimento de condições adequadas para o empreendedorismo atualmente, requerem grande mudança na forma de atuação do governo municipal, estadual e federal, no caso brasileiro.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO

No início do Século XXI, em conseqüência das transformações ocorridas nas últimas décadas, as economias vêm experimentando novas oportunidades e desafios para o desenvolvimento econômico mundial. Dentre estes, destacam-se a emergência e difusão de um novo padrão de acumulação e reestruturação produtiva. No que se refere ao empreendedorismo, duas conseqüências associadas a estas transformações têm particular interesse: a maior atenção às possíveis contribuições das pequenas empresas ao desenvolvimento econômico e social e as preocupações em reorientar e dinamizar as políticas de sua promoção (LASTRES; ARROIO; LEMOS, 2003).

Entre os estudos que abordam o empreendedorismo no âmbito de políticas públicas, são focados em problemas tais como: a criação de novos negócios (TURGOT; SAY apud BAUMOL, 1993; HISRISH, 2004); a inovação (SCHUMPETER, 1983; GARTNER, 2001) e (MACHADO; CASTRO; SILVA, 2006); o aproveitamento das oportunidades (KIZNER, 1997; GIFFORD, 1998), (SHANE; VENKATARAMAM, 2000, 2005), a mudança no indivíduo e no ambiente (BRUYAT; JULIEN, 2000), a influência de aspectos idiossincráticos no empreendedorismo (SHANE, 2000), a classificação dos tipos empreendedores (GARTNER, 2001); a pesquisa no empreendedorismo (DAVIDSSON, 2005), a dinâmica do campo de estudo do empreendedorismo (STEARNS; HILLS, 1996), o empreendedorismo e o crescimento econômico (WENNEKERS; THURIK, 1999), o papel do estado na promoção do empreendedorismo (JULIEN, 2005), a influência do empreendedorismo no comércio internacional (MCDONALD, 2003), as desigualdades sociais relacionadas à formação do capital (MOURA ET. AL., 2002), o empreendedorismo e gênero (MACHADO, 2003), o empreendedorismo e a governança eletrônica (FREY, 2002; FERGUSON, 2002; SILVA; CORREA, 2006) e finalmente o empreendedorismo juvenil (MACHADO; SILVA, 2006).

Pode-se notar aumento da preocupação com fatores de maior interesse para micro e pequenas empresas. Inicialmente percebe-se o paralelo que usualmente existe entre o desenvolvimento de novas pequenas e médias empresas e formas de inovar, produzir e comercializar novos bem e serviços. Neste caso, o aspecto central é que estas empresas tanto representam o potencial e a flexibilidade para aproveitamento das novidades, como não oferecem usuais resistências à sua incorporação. Nos anos 1990 houve o acirramento da competição internacional e as políticas voltadas ao empreendedorismo refletem a ênfase sobre a competitividade, flexibilidade e inovatividade. O Quadro 03 apresenta as principais

iniciativas de políticas e programas brasileiros e de diversos países. Estes dados resultam de pesquisa bibliográfica tendo como referência Stevenson & Lundsrom (2001) e *Observatory of European SME's* (2003).

	Capacitação empresarial	**Promoção da competitividade**	**Incentivos ao empreendedorismo feminino**	**Incentivos ao empreendedorismo para jovens**	**Incentivos aos desempregados e imigrantes**	**Promoção ao associativismo das PME's**	**Parceria com universidades**	**Oferta de juros reduzidos**	**Incentivos ao comércio exterior**	**Programas de incubação de empresas**
Áustria	√	√								
Austrália			√	√	√					
Alemanha				√		√				
Canadá			√	√	√		√			
Bélgica		√							√	
Dinamarca										
Espanha	√	√		√	√		√	√		
Estados Unidos	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√
Finlândia	√	√	√		√	√	√	√		√
Holanda	√		√		√			√	√	√
Irlanda	√	√				√		√		
Islândia	√	√				√				√
Noruega	√	√					√		√	
Portugal	√	√				√		√		
Reino Unido	√		√	√	√			√		
Suécia	√	√	√	√	√	√				
Taiwan	√	√			√	√			√	
BRASIL	√	√		√		√	√		√	

Quadro 03: Políticas e programas de incentivos ao empreendedorismo nos países analisados. Fonte: SILVA , Juliano Mario; MACHADO. Hilka Vier. Políticas e programas para a promoção do empreendedorismo: Iniciativas brasileiras e de países desenvolvidos. In: SLADE – ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTRATÉGIA, 2006, Camboriú- SC. Anais... Camboriú: UNIVALE

Um fator a se considerar nesse processo, foram as maiores dificuldades de crescimentos econômicos aliados a altas taxas de desemprego, na transição do milênio, intensificando a busca por meios de fortalecer o tecido econômico e gerar empregos e renda, particularmente via surgimento de micro, pequenas e médias empresas. Outro fator apontado foi o aumento da desigualdade econômica e social entre países e regiões,. (LASTRES; ARROIO; LEMOS, 2003).

Apesar de suas potencialidades e do papel que já desempenham na vida de dezenas de milhões de brasileiros, os pequenos empreendimentos enfrentam condições nitidamente

adversas, experimentando, na verdade, uma luta diária pela sobrevivência. Sua realidade é o convívio permanente com exigências burocráticas e encargos que dificultam sua própria existência legal, com restrições de mercado e barreiras intransponíveis para obtenção de créditos, além das próprias carências técnicas e gerenciais. Sem a eliminação destes bloqueios e a existência de políticas específicas de apoio, o potencial das micros e pequenas empresas, como geradoras de ocupações, será em grande parte desperdiçado (SILVEIRA; 1994).

Conceitualmente existem inúmeras formas de incentivo ao empreendedorismo por parte do setor público. Recentemente a atuação do Estado tem estimulado o empreendedorismo social, que, para Lastres; Arroio; Lemos (2003) trata-se de uma das principais tendências das novas políticas de incentivo ao empreendedorismo que compreende de forma coletiva por intermédio de organização em forma de agências de promoção do empreendedorismo.

> Estas organizações têm contribuído para as melhorias das condições de vida das populações onde as mesmas estão inseridas, têm gerado dezenas de empregos, renda, consciência crítica e ambiental e geralmente surgem da incapacidade do Estado em atender estas demandas, bem como, a indiferença de muitas empresas em relação aos problemas sociais". (DUARTE; SANTOS, 2003, p. 16)

Esse incentivo ao empreendedorismo social permite, de acordo com Vidal; Farias; Moreira, (2004) o surgimento de redes de colaboração onde se objetiva a possibilidade que os participantes, que são pessoas excluídas das condições dignas de vida ou que não mais desejam estarem submetidos à lógica do capital para assegurar o seu bem-viver, possam desenvolver atividades em redes de colaboração solidária, visando não apenas a geração de trabalho e com distribuição de renda em empreendimentos auto-sustentáveis, mas o desabrochar de suas diversas dimensões humanas (afetivas, cognitivas e sociais) no exercício de sua cidadania ativa, ampliando-se o campo de possibilidades de realização de sua liberdade, pelo incremento das condições materiais, políticas, educativas, informativas e éticas, que lhes são requeridas.

A abordagem de redes de cooperação emerge como uma ferramenta relacionada às novas propostas de políticas públicas. Os órgãos voltados a promoção ao empreendedorismo, como o SEBRAE, investem em redes inter-firmas por acreditarem no seu poder de multiplicação. Essa forma de atuação tem evidenciado, no caso brasileiro, melhoria nos resultados, porém ainda com uma relação de dependência com essas instituições executoras. (HASTENREITER-FILHO; SOUZA, 2004).

Porém, este estímulo ao ambiente empreendedor, acontece pela interação dos agentes de uma economia entre eles aponta-se o papel do Estado. Para Shane (2003) as mudanças nas políticas voltadas ao empreendedorismo, assim como nos sistemas normativos, dão a possibilidade para que as pessoas realoquem recursos para um novo uso de forma que este se torne mais produtivo. Ratificando, Freitas *et al* (2004), identificam a importância do Estado através das políticas públicas para a promoção da capacidade empresarial para prospecção de novos mercados, como por exemplo, a exportação.

Em relação à tecnologia, para Hisrich (2004) o governo tem grande importância no suporte ao ambiente empreendedor, pois atua como um conduto para a comercialização dos resultados da síntese entre necessidade social e tecnologia. O governo tem relevante papel no estímulo a pesquisa, apesar desta atuação ainda ter muito espaço para crescer. Investir na capacitação tecnológica de pequenas e médias empresas é um caminho seguro para melhorar sua produtividade e competitividade, aprimorando sua capacidade de identificar oportunidades no país e no exterior e de contribuir para o desenvolvimento econômico como um todo (CASTANHAR, 2005).

Além disso, as políticas públicas voltadas ao estímulo à tecnologia e inovação, podem incluir as empresas locais de pequeno e médio porte no cenário competitivo da cadeia de fornecedores de grandes empresas locais e, principalmente, das empresas transnacionais que operam no Brasil (FIGUEIREDO, 2005).

Pode-se apresentar também como exemplo e políticas voltadas ao empreendedorismo, os programas de acesso ao micro-crédito, como forma de fomento voltado ao pequeno empreendedor que tem grande importância na expansão de vendas por meio da disponibilidade de recursos financeiros e conseqüentemente expansão no processo produtivo desse segmento. (ANDREASSI, 2003). Porém, para Oliveira e Guimarães (2003) as políticas de micro crédito são ainda escassas, resultando em dificuldades iniciais para implementação e consolidação dos novos negócios.

No que se refere ao empreendedorismo feminino, Machado (2001) apresenta alguns aspectos que exprimem a relevância do empreendedorismo feminino e que justificam a adoção de políticas públicas que visem reduzir obstáculos e criar oportunidades para o empreendedorismo feminino.

a) Estimular a adequação de *estatísticas* econômicas sobre empreendedoras, investigando, dentre outros, aspectos relativos aos setores de atuação, perfil empreendedor e perfil gerencial;

b) Estimular a criação de empresas por parte de jovens, criando programas de desenvolvimento de potencial gerencial e linhas especiais de concessão de crédito;

c) Difundir preceitos de empreendedorismo nos diversos níveis escolares;

d) Estimular programas de "apadrinhamento", nos quais empresárias mais experientes forneçam orientações para outras com menor experiência;

e) Estimular a produção de casos sobre empreendedoras de sucesso, enfatizando as formas de superação de problemas, como um instrumento de motivação e orientação as demais;

f) Estimular a participação da mulher como empreendedora em setores tradicionais, os quais sua presença ainda é de difícil acesso, como na área agrícola e agroIndústrial;

g) Criar aconselhamento e suporte para exportação para empresas dirigidas por mulheres;

h) Estimular a criação de programas de pesquisa nas universidades visando o desenvolvimento de estudos de gênero que busquem produzir interfaces e eliminar marginalizações.

Lastres; Arroio; Lemos (2003) enfatizam os principais focos das políticas para promoção de micro e pequenas empresas. Isso possibilita assim, elencar desafios e vantagens de tais políticas e enriquecer o de base sobre novos desenhos de estratégia que levem à superação de inadequações existentes, de forma a permitir que as pequenas empresas venham a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento do país. Entre essas ações apresentam-se as essenciais para a promoção de empresas de pequeno porte, que podem ser divididas em quatro principais conjuntos.

1. Ações essenciais que se referem à cultura empreendedora e ao empreendedorismo, através da utilização de programas de divulgação, demonstração e premiação – como o estabelecimento de datas comemorativas, a realização de feiras e torneios de empreendedorismo – e também a disponibilização de infra-estrutura, logística, serviços básicos entre outros. Considera-se também a promoção à constituição de incubadoras, empresas juniores e parques tecnológicos, bem como ao estímulo à sua melhor operação.
2. Serviços de apoio que incluem programas de informação, capacitação e consultoria. O longo prazo passa a ser uma preocupação das políticas que vêm procurando apoiar as empresas, fortalecendo suas capacidades e competências centrais de forma continuada, com uma tendência à descentralização da oferta destes serviços, assim como ao estabelecimento de instituições que atuam

como uma porta de entrada para a solução dos mais variados problemas das empresas.

3. Financiamento para criação e o desenvolvimento de MPMEs, variando desde financiamentos diretos (com retorno ou a fundo perdido), incentivos fiscais e sistemas de *venture capital* ou até mesmo destinações específicas de parcela do orçamento público e compras de governos.
4. Simplificação da burocracia, com esforços que visam reduzir procedimentos e prazos para facilitar a criação de novas empresas, sua atuação e seu financiamento. Isso tem sido feito a partir da difusão das tecnologias da informação.

Além disso, é necessário foco na dinamização e modernização produtiva por meio da inovação e inserção na sociedade da informação com objetivo de apoiar a geração, difusão e incorporação de conhecimento que estimulem o crescimento e a sustentabilidade nos mais variados tipos e formatos de empresas de pequeno porte, podendo estas estar relacionadas a empresas de base tecnológica ou a atividades tradicionais. Os mecanismos utilizados nessas ações incluem o estímulo à pesquisa conjunta e às atividades de registro de patentes, à conscientização sobre o papel da inovação, a disponibilização de serviços de consultora, o intercâmbio entre pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa e funcionários das empresas e a organização de participação em redes.

Salienta-se, ainda, como ação essencial à promoção do ambiente empreendedor a redução de desigualdades econômicas, regionais e sociais. Geralmente estas políticas estão voltadas a geração de emprego e renda, via a promoção do desenvolvimento regional e a inserção de diversos segmentos sociais, incluindo mulheres, negros, índios, jovens, entre outros. Nas regiões menos favorecidas o foco do trabalho tem sido o reforço do capital social e humano, estimulando o empreendedorismo e a inovatividade; apoiando a criação de novas empresas e de infra-estrutura; e estimulando o desenvolvimento de capacitações endógenas locais e diversificação das atividades econômicas. Já quanto ao segmento dos excluídos do mercado de trabalho formal, em diversos países foi constatada a crescente inclusão de políticas públicas voltadas para MPMEs que vinculam explicitamente o apoio com a inserção de grupos étnicos, religiosos, aposentados, veteranos de guerra, além de jovens, índios e mulheres, variando de acordo com características específicas a cada país (LASTRES; ARROIO; LEMOS, 2003).

No entanto, Baptista e Planck (2004) alertam para a hipótese da atuação regulativa em demasia, isso pode causar outros efeitos como a aversão ao risco por parte dos investidores

pela complexidade com que percebem o processo econômico. Entretanto, Gómez, Veciana e Urbano, (2004) consideram que muitas vezes as políticas e programas públicos podem não surtir efeito pela falta de conhecimento não só dos empresários, mas também pelo desconhecimento do próprio pessoal das instituições responsáveis pelos programas, como foi identificado em estudo de caso colombiano.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A PESQUISA

Quanto à forma de abordagem do problema este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e interpretativa. Exploratória, pois de acordo com Cooper e Schindler (2003), este tipo de estudo conduz o pesquisador a desenvolver conceitos mais claramente, estabelecendo prioridades. Além disso, em áreas de investigação relativamente novas e conseqüentemente vagas o pesquisador necessita explorar melhor as variáveis para proceder seus estudos acerca do fenômeno. E interpretativa, considerando que a pesquisa procura entender a relação existente entre políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e a evolução do IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios que compõem a população estudada. Segundo Dias (1999) a pesquisa interpretativa busca compreender o fenômeno a partir dos próprios dados, das referências fornecidas pela população estudada e dos significados atribuídos ao fenômeno pela população no estudo qualitativo. Trata-se ainda de um estudo comparativo, na medida em que são comparados os resultados dos municípios com maior e menor IDH-M.

A principal razão da opção pelo estudo qualitativo para interpretação das políticas com ênfase ao Empreendedorismo por municípios do noroeste do Paraná é a necessidade de profundidade no objeto da pesquisa, uma vez que o estudo busca identificar agentes do processo, continuidade, prioridades, dentre outros aspectos que podem emergir do estudo dos sujeitos da pesquisa. Vale ressaltar que Gartner (2002) menciona a importância de estudos qualitativos na área do Empreendedorismo.

Conforme descreve Triviños, (1987 p. 120), “Alguns autores entendem a pesquisa qualitativa como uma expressão genérica. Isto significa, por um lado, que ela compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas. E, por outro, que todas elas podem ser caracterizadas por traços comuns. Esta é uma idéia fundamental que pode ajudar a ter uma visão mais clara do que pode chegar a realizar um pesquisador que tem por objetivo atingir uma interpretação da realidade do ângulo qualitativo”.

3.2 COLETA DE DADOS

3.2.1 Definição dos Municípios Estudados

O campo para realização do estudo, municípios do noroeste do Paraná, foi escolhido devido à proximidade e a estruturação de alguns dados na associação destes municípios. O critério utilizado para definição dos municípios estudados foi o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, mais especificamente os três municípios que tiveram maior variação e os três últimos com menores variações neste índice nas duas últimas medições 1991 e 2000. Pressupondo que o IDH represente o desenvolvimento econômico dos municípios.

Por desenvolvimento econômico, Pinho e Vasconcelos (2005) entendem, além das mudanças de caráter quantitativo dos níveis de produto, as modificações que alteram a composição do produto e da alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia analisada, considerando que, a maior parte da população dessa sociedade seja a principal beneficiária das mudanças em andamento. Nesse contexto, Mendes (2004) afirma que somente o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro como base de definição é um índice impreciso, devido à concentração de renda no Brasil, assim, é necessário usar outros indicadores para avaliar o desenvolvimento econômico. Com isso justifica-se a utilização do IDH-M para definição dos municípios estudados.

A tabela 05 apresenta a variação do índice de Desenvolvimento Humano nas cidades que tiveram maior variação e de menor variação, como segue:

Município	IDH-M, 1991	IDH-M, 2000	Variação	População estimada em 2006
1. Munhoz de Mello (PR)	0,661	0,767	16,04%	3.233
2. Colorado (PR)	0,678	0,782	15,34%	22.424
3. Presidente Castelo Branco (PR)	0,648	0,742	14,51%	4.802
4. Astorga (PR)	0,705	0,75	6,38%	24.508
5. Floresta (PR)	0,729	0,773	6,04%	5.562
6. Ivatuba (PR)	0,73	0,768	5,21%	3.009

Tabela 05: Municípios da Região da Amusep com maior e com menor variação no IDH. (PNUD.2006)

O recorte temporal será o período de 1995 até 2005, pois compreende o período dos três últimos mandatos dos prefeitos brasileiros, e, segundo Santos e Ribeiro (2004), apresenta-

se o início da influência nos municípios resultante da descentralização das políticas, conseqüência da reforma constitucional de 1988, em relação à esfera federal, além da intensificação do processo de abertura da economia brasileira, que trouxe grandes mudanças nas dinâmicas do mercado brasileiro.

3.2.2 Dados primários

Para Marconi e Lakatos (2003) os dados primários podem ser explorados de duas formas, pela pesquisa de campo ou pela pesquisa de laboratório. Neste caso foi utilizada a pesquisa de campo, com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Como procedimento de investigação foi utilizado na entrevista.

A entrevista como instrumento para coleta de dados, segundo Richardson (1999), é uma técnica que possibilita um contato face a face permitindo maior interação e participação entre as pessoas. Para Marconi e Lakatos (2003), a entrevista é a averiguação de "fatos" onde se procura descobrir se as pessoas que estão de posse de certas informações são capazes de compreendê-las.

As entrevistas podem variar de não-estruturadas a estruturadas (HAIR JR. *et al*, 2005). As entrevistas não estruturadas geralmente são realizadas de um modo muito aberto, por outro lado, o entrevistador pode administrar as entrevistas estruturadas de maneira coerente e ordenada. Neste estudo se utilizará entrevista semi-estruturada, pois esse tipo de entrevista se adequa a natureza da população uma vez que, segundo Hair Jr. *et al* (2005), os entrevistados numa necessidade de melhor aproveitamento dos dados coletados, podem querer fazer perguntas relacionadas que não foram previamente imaginadas e que não estavam originalmente incluídas. Essa abordagem pode resultar no surgimento de informações inesperadas e esclarecedoras.

Como forma de condução dessas entrevistas optou-se na pesquisa pela abordagem pessoal, pois esta atende as necessidades que uma pesquisa exploratória exige, para Hair *et al* (2005) as vantagens dessa abordagem são o estabelecimento de empatia e interesse pelo estudo; a sondagem de questões complexas; o esclarecimento das dúvidas dos participantes e a alta taxa de resposta.

3.2.3 Preparação e elaboração da entrevista semi-estruturada

Conforme destacam Bauer e Gaskell (2002), a elaboração e o planejamento de qualquer entrevista deve partir do referencial teórico já desenvolvido anteriormente. Este guiará sua investigação e identificação dos conceitos centrais e os temas que deverão ser vistos na pesquisa, ou tenha se decidido a trabalhar dentro do referencial teórico. Duas questões centrais devem ser consideradas, antes que qualquer forma de entrevista se inicie: o que perguntar (a especificação do tópico guia) e a quem perguntar (como selecionar os entrevistados).

Nesse sentido, o tópico guia, torna-se parte vital do processo de pesquisa, uma vez que leva a uma entrevista bem sucedida. Caso as perguntas sejam bem feitas, a entrevista acontece de forma natural, evitando lapsos de memória do entrevistador e deixando o entrevistado a vontade. Em sua essência, ele é planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa, não devendo ser demasiado extenso e nem rígido, uma vez que algumas perguntas podem sofrer alterações à medida que as entrevistas acontecem (BAUER; GASKELL, 2002).

Quanto à seleção dos entrevistados, pretende-se nesta pesquisa abordar as diferentes visões acerca do empreendedorismo no município e a relação com as políticas públicas. Para isso, foram entrevistados secretários municipais da induústria e comércio e lideranças de projetos ou instituições e empresários presidentes das associações comerciais dos seus respectivos municípios.

A definição dos números de entrevistados, ou unidades de análise, levou em consideração os agentes do governo municipal e instituições que atuam ou atuaram no período que compreende o corte temporal desta pesquisa, que é de 1995 a 2005. Compõe-se então a seleção de entrevistas, secretários da indústria e comércio, responsáveis por instituições existentes nos municípios voltadas a promoção do empreendedorismo e empresários presidentes das associações comerciais, conforme se apresentam no quadro 06.

UNIDADES DE ANÁLISE		
Município	**Entrevistado**	**Código**
Munhoz de Mello	Secretária Atual	M01
	Empresária	M02
Colorado	Secretário Atual	C01
	Secretário Anterior	C02
	Empresário	C03
Presidente Castelo Branco	Secretário Atual	P01
	Empresário	P02
Astorga	Secretário Atual	A01
	Empresário	A02
Floresta	Secretário Atual	F01
	Secretário Anterior	F02
	Empresário	F03
Ivatuba	Secretário Atual	I01
	Gerente Banco Social	I02
	Empresário	I03

Quadro 04: Unidades de Análise da Pesquisa

Nos municípios de Munhoz de Mello e Astorga foram entrevistados apenas os secretários da indústria e comércio atuais, pois estes estão no cargo nas duas últimas gestões municipais. No município de Ivatuba optou-se por entrevistar, além do secretário da Indústria e comércio atual, o gerente do Banco Social, pois este desempenha o cargo nos últimos anos.. Em Ivatuba, o cargo de secretário da indústria e comércio foi recentemente criado.

No município de Colorado foram entrevistados o secretário atual e o anterior, no entanto, estes atuam ou atuaram na atual gestão, o secretário da última gestão mudou-se para outra região do país. Os empresários entrevistados são também presidentes das suas respectivas associações comerciais, com exceção de Ivatuba que não tem associação comercial e Munhoz de Mello que tem seus empresários associados na associação comercial de Santa Fé, um município próximo.

A estrutura da entrevista teve como embasamento inicial as perguntas de pesquisa, apresentadas no anexo 01, ressaltando que para estudos qualitativos as perguntas de pesquisa são essenciais pontos de partida (BECKER, 1997; MASON, 1996; QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). Procurou-se relacionar as perguntas aos objetivos específicos da pesquisa.

3.2.4 Dados Secundários

Como forma de complementação das informações extraídas das transcrições das entrevistas, no que se refere à evolução da estrutura relacionada ao empreendedorismo municipal, foi utilizado o banco de dados disponível na Internet do Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, onde se extraiu os dados referentes a evolução da estrutura dos municípios analisados, assim como dados macroeconômicos como a evolução do PIB e renda média.

De acordo com Godoi (2005) a articulação entre os discursos, as explicações e as interpretações prescindem de validade interna e externa. A validade interna é obtida mediante convivência dos pesquisadores com os participantes, durante a pesquisa no campo e a utilização de fontes adicionais de coletas de dados, bem como a experiência dos pesquisadores no campo de estudos e reuniões da equipe para discussão e análise dos dados.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para Bauer e Gaskell (2002) todos os enfoques de análise se fundamentam em um texto completo de entrevista de tal modo que, seja qual for a orientação analítica escolhida, o primeiro passo é produzir uma transcrição com boa qualidade, considerando todas as palavras faladas, mas não necessariamente as características paralinguísticas.

Tem crescido a utilização na pesquisa em administração da análise de conteúdo, a partir de transcrições de entrevistas, sejam elas não estruturadas ou semi estruturadas (DELLAGNELO; SILVA, 2005). Nesta pesquisa, a análise de transcrições das entrevistas foi a forma utilizada para analisar o discurso, nas quais buscar-se-á identificar categorias explicativas do fenômeno (MASON, 1996; GODOI, 2005).

A Análise de conteúdo (AC) é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetiva, sendo que de maneira objetiva, refere-se aos procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis: não sugere uma leitura válida singular dos textos, pelo contrário, a codificação irreversível de um texto o transforma, a fim de criar nova informação desse texto. A AC não é exceção, contudo, ela traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e as diferentes interpretações forçadas, e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fim de pesquisa social (BAUER; GASKELL, 2002).

Um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sobre esta luz, o resultado de uma AC é a variável dependente, a coisa a ser explicada, considerando que, textos atribuídos contêm registros de eventos, valores e regras e normas,

entretenimento e traços do conflito e do argumento. Assim, a AC permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades.

Bauer e Gaskell (2002) afirmam ainda que os procedimentos da AC reconstroem representações em duas dimensões principais: a sintática e a semântica. Procedimentos sintáticos enfocam os transmissores de sinais e suas inter-relações. A sintaxe descreve os meios de expressão e influência, como algo é dito ou escrito. A freqüência das palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras e as características gramaticais e estilísticas são indicadores de uma fonte e da probabilidade de influências sobre algumas audiências.

A AC, segundo Krippendorff (apud BAUER; GASKELL, 2002), também é para construir índices, sendo um índice um sinal que é causalmente relacionado a outro fenômeno. Neste sentido, a AC se presta ao objetivo desta pesquisa, que pretende relacionar políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e a evolução do índice de desenvolvimento humano dos municípios analisados.

Para isso, foi utilizado o roteiro de etapas de análise de conteúdo, conforme sugere Dellagnelo e Silva (2005). Na pré-análise procurou-se a organização do material pela definição dos entrevistados, do roteiro de entrevistas e das transcrições das entrevistas. Posteriormente, na exploração e análise do material iniciou-se com a categorização e classificação das falas dos entrevistados.

Após a etapa de análise, iniciou-se a reflexão, como base nos materiais empíricos e nos referenciais teóricos disponíveis, buscando estabelecer relações, verificando possíveis contradições, procurando compreender os fenômenos que foram propostos neste estudo. Conforme Dellagnelo e Silva (2005), é o momento de buscar os sentidos daquilo que os dados tratados nos revelam.

Para a organização dos dados dos seis municípios analisados optou-se pela divisão dos dados em três grupos: Perfil dos municípios, Empreendedorismo no município e as Políticas públicas.

Cada um dos três grupos apresenta uma subdivisão conforme apresentado abaixo:

- Perfil do município
    a. Dados do perfil do município;
    b. Composição do mercado de trabalho;
- Empreendedorismo no município
    a. Sobre o empreendedorismo;
    b. Compreensão do ambiente empreendedor local;

c. Agentes promotores do empreendedorismo;
d. Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo;

- Políticas Públicas
    a. Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo
    b. Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo;

A seguir inicia-se a apresentação dos dados dos municípios com maior variação do IDH-M e posteriormente os dados dos municípios com menor variação do IDH-M.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

4.1 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELLO

Anteriormente denominada "Interventor Manoel Ribas", a cidade de Munhoz de Mello foi fundada por pessoas que viam a possibilidade de desenvolvimento a partir das atividades agrícolas da época, em especial o cultivo de café.

Em 03 de novembro de 1955 o pequeno povoado foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2.473, quando desmembrou-se do município de Astorga. Passou a denominar-se Munhoz de Mello em homenagem ao Desembargador e na época Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Dr. José Munhoz de Mello.

O município passou por uma considerável evasão populacional com a crise do café na década de 1970, a população estimada de Munhoz de Mello em 2006 é de 3233 habitantes (IBGE, 2007) tendo como principais setores da economia a Indústria de produtos alimentícios, indústria de mobiliário, perfumaria e sabões, conforme Tabela 06.

SETOR	Nº Total de Estabelecimentos no Município
Indústria	5
Comércio Varejista	32
Comércio Atacadista	0
Serviços	5

Tabela 06: Distribuição das Atividades Econômicas – Munhoz de Mello Fonte: Amusep (2007)

4.1.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Munhoz de Mello

No município de Munhoz de Mello os participantes da pesquisa foram a secretária de indústria e comércio, que responde pelo gabinete do prefeito. Ela ocupa o cargo à cerca de oito anos, durante as duas últimas gestões municipais. Outra participante foi a representante do fórum de desenvolvimento do município. O fórum é um grupo de lideranças da cidade que sugerem melhorias na cidade como projetos voltados à promoção do empreendedorismo. Atualmente este fórum de debate está se transformando no conselho de desenvolvimento municipal.

4.1.1.1 Dados do perfil do município

A maior renda do município vem do setor agropecuário com o cultivo de soja e milho. Existe um setor representativo de sericicultores e de produtores de café. Outro setor de destaque no agronegócio é o setor produtor de frango. No meio urbano, o setor que tem crescido consideravelmente nos últimos anos é a indústria de confecções,

> no urbano, seriam as facções que faz parte da indústria, temos nesse setor hoje cerca de 250 pessoas empregadas, todas essas pessoas são jovens que provavelmente iriam embora do município, hoje não mais – M01.

Existe um setor comercial pequeno no município, mas que procura se organizar através de reuniões e participações nos conselhos da cidade, estes estão organizados em uma associação de uma cidade próxima que é Santa Fé, no entanto, este é um setor que atualmente disponibiliza itens de primeira necessidade, considerando que a cidade está perto de comércios mais estruturados como Astorga e Maringá que são cidades próximas.

Além do setor de confecções, no agronegócio os embutidos de carne e o palmito pupunha são setores que estão crescendo na sua representatividade econômica, assim como na geração de empregos:

> Economicamente e na geração de empregos o setor que tem se destacado aqui é o de confecções, onde temos seis fábricas formais e algumas informais e agora tem–se desenvolvido aqui a questão dos embutidos e conservas de palmito, que foi um incentivos a anos atrás agora já estão colhendo, e já se fala na vinda de uma estrutura para o beneficiamento desse palmito, a produção de queijo tem crescido até expomos na feira de Maringá – M02

Entre os setores da economia de Munhoz de Mello aparece como principal setor a agricultura, com diversificação no café, produção de embutidos, leite, criação de frango de corte, pecuária, sericicultura e agricultura de soja e milho. A indústria tem se desenvolvido com o incentivo no setor de confecções e existe um comércio pequeno que tem se organizado para atender melhor a população.

4.1.1.2 Composição do mercado de trabalho

O mercado de trabalho no município conta com a participação de homens, mulheres e jovens, "*É bastante expressiva, tem participação de mulheres em todos os setores da*

economia municipal – M01”. Inclusive para a coordenadora do fórum do município é o que pode estar fazendo a diferença:

> Coincidentemente eu estava na última reunião para implantação do plano diretor do município, e eu comecei a prestar atenção na quantidade de mulheres envolvidas, e comecei a lembrar da quantidade de mulheres envolvidas nos projetos dos municípios, em termos de direção, mesmo de coordenação, e é muito grande e pensei: será que tá algo funcionando porque nós estamos tomando conta?.... Vejo isso como interessante, pois além da sensibilidade, a capacidade e persistência da mulher pode estar fazendo a diferença, a mulher parece ter mais perseverança, ela não desiste tão facilmente – M02.

Quanto a participação de jovens na economia e nas decisões no município, estes estão envolvidos em vários projetos no município:

> - Tivemos um grupo de jovens aqui que participaram dos projetos Agência Juvenil de Empreendedorismo - AJE, além disso, existe o grupo de jovens da igreja que recebem várias capacitações relacionadas a gestão, estou sabendo da formação de um conselho de jovens, tanto que fez um ano da nossa rádio comunitário e esses jovens ajudaram bastante nesse evento, então eles tem participado, até na audiência pública do Plano Diretor estavam presentes muitos jovens, e isso é muito interessante pois serão o líderes de amanhã, e vejo esses jovens já se interando no que está acontecendo hoje para melhorar o amanhã. Esses dias eles viram alguma coisa errada entre os jovens da cidade e tiveram a iniciativa de procurar o conselho de segurança da cidade e foram atrás para tentar resolver esse problema – M02.

Para as pessoas de meia idade o município disponibiliza, para capacitação, cursos como na culinária, capacitação no ramo de confecções e panificação, além de outros cursos de artesanato que acontecem em parcerias com outras instituições.

No tocante ao desemprego, este não é visto como um grande problema na economia de Munhoz de Mello. Para uma das entrevistadas poderá ser um problema nos próximos anos uma vez que o processo de produção de cana-de-açúcar tem passado por alterações na legislação ambiental que tem obrigado a mudar o processo de queima para colheita e utilização de máquinas para a colheita:

> - Atualmente não temos problemas sérios de desemprego, mas já estamos prevendo para 2007 uma situação devido à nova legislação ambiental que tem proibido a queima da cana – M01.

Para outra entrevistada, o pouco dos desempregados que existe na cidade, são porque não se preocupam com formação, que em alguns casos são oferecidos no município:

> - Não, eu acredito que não, eu não tenho dados estatísticos precisos, mas como moradora noto que algumas pessoas ficam paradas, mas o que penso é que ficam paradas porque querem [...] é lógico que em todos os lugares tem aquele pessoal que prefere assistencialismo, mas têm aqueles que vão à luta, mas enfim, na minha visão existe poucos desempregados aqui – M02.

No município de Munhoz de Mello foi ressaltada a participação das mulheres, enfatizando a participação em ações públicas, além da participação no comércio e na indústria de confecções. Os jovens também são considerados importantes atores da economia local, sendo incentivados a serem protagonistas do desenvolvimento municipal.

Quanto ao desemprego no município isso é visto atualmente como um pequeno problema municipal. No entanto, já se prevêem futuros problemas resultantes de mudanças na legislação ambiental, desta forma, a secretária tem se preocupado em criar alternativas para os trabalhadores afetados por esta mudança.

4.1.2 Sobre o empreendedorismo

Para uma das participantes, o empreendedorismo é uma forma criativa de aproveitar os recursos disponíveis e mudar a realidade local:

> - Olha... eu acho que é aproveitar aquilo que temos para fazer diferente, fazer a coisa acontecer de uma forma que....que tem jeito de acontecer. Acho que é mostrar para a população, e isso, acho que nós já estamos assim bem à frente, que ás vezes onde não se tem possibilidade não se vê mais nada, ali está a grande chance de mudar a vida deles. Então isso algumas pessoas já estão fazendo isso, e isso pra nós é gratificante por que a gente ajudou a pregar isso atuando em fóruns de desenvolvimento que foi um dos projetos que colaboraram muito. E até mesmo desde antes dos cursos que nós tivemos podemos passar esses valores a comunidade então acho que empreendedorismo é fazer diferente, é fazer acontecer de forma diferente – M01.

Outra entrevistada vê o empreendedorismo como forma de promoção da qualidade, apesar de não conhecer o empreendedorismo social conceitualmente, talvez seja um exemplo dele:

> - Empreendedorismo pra mim é a busca por qualidade, é você estar criando, inventando coisas diferentes,,, é ir a luta, é mudar a realidade acreditando naquilo que você quer, é uma área muito interessante o empreendedorismo, existe um programa na TV Record que falou no

> empreendedorismo social e eu não conhecia, achei muito interessante! – M02.

Foi enfatizada a visão de empreendedorismo como uma forma de aproveitamento das oportunidades a partir da capacidade criativa, isso pode ser estimulado de forma coletiva como é o caso do fórum de desenvolvimento. Aponta-se também a visão de qualidade associada ao empreendedorismo. Shane e Venkataqramam (2002) consideram importante a exploração da oportunidade, a oportunidade dependeria de fatores como os conhecimentos adquiridos, relacionando-se à criatividade dos atores estudados!

4.1.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local

A falta de incentivo por parte do estado e da federação é uma das variáveis que influenciam o empreendedorismo, no município. Apesar da boa articulação municipal esse potencial poderia ser ainda maior, com mais projetos e recursos de outras esferas. Wennekers e Thurik (1999) ressaltam que para o crescimento econômico aconteça a partir do empreendedorismo aconteça são necessárias parcerias com outras esferas do setor público ou de instituições que incentivem a cultura de negócios com objetivos de melhoria das firmas:

> ...depois de dois anos de luta, agora que o prefeito conseguiu um barracão, então só o interesse do município, por mais boa vontade que se tenha não existe recursos nos municípios pequenos, então as coisas estão justas e tem feito com recursos próprios, os resultados são um pouco menores – M01.

Um dos pontos positivos que influencia o empreendedorismo é a crescente participação nos debates nos conselhos, de comerciantes e agricultores que, em geral, não têm a cultura de participar do debate público. Isso tem melhorado as decisões tomadas dentro do município, conforme depoimento:

> - Aqui é assim, o pessoal do comércio tem participado bastante, a agricultura, eu vejo que alguns produtores têm sido assim bem representativos, na hora que você faz as reuniões pede opinião, geralmente as pessoas ficam quietas, mas aqui o pessoal já está perdendo o medo de falar, isso é positivo por que você aproveita as idéias deles que são interessantes e aplica-as em coisa que ninguém ficava sabendo, então eles participam do processo – M02.

Outra participante da pesquisa aponta ainda a participação da prefeitura:

> - Muito bom, são muitos participativos, criam muitos projetos. Noto que eles interagem entre si e isso é importante porque individualismo não leva a nada, Além disso, a prefeitura dá essa autonomia para se estar trabalhando, eles dão a liberdade de criar e ir buscar os resultados, então é uma parceria muito boa que temos aqui – M02.

Além disso, o próprio fórum de desenvolvimento tem participação no processo de profissionalização ou de organização da economia local, assim como no auxílio de outros projetos de cunho social, "*Existe o Fórum de Desenvolvimento que é um grupo de discute o desenvolvimento dos municípios e os integrantes são dos mais variados segmentos da sociedade* – M01".

4.1.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo

No que se refere à agroindústria, uma das instituições que é lembrada na atuação no município é o Instituto Paranaese de Assistência e Extensão Rural (EMATER). Outra é o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) citado também com projetos voltados a agroindústria "*Algumas dessas agroindústrias estão dentro de um projeto maior no Sebrae e Emater* – M01".

A prefeitura municipal, através da secretaria de indústria e comércio é indicada como um importante agente articulador dos recursos do município:

> ...a secretaria de Indústria, comércio e obras é quem fornece a infra-estrutura necessária aos empresários quando possível, hoje nós temos barracões. Até o barracão da paróquia hoje a prefeitura aluga para uma empresa de facção, então a idéia seria futuramente uma marca própria de Munhoz, hoje cedem-se máquinas de costura para fábricas, existem também incentivos de energia, de toda a infra-estrutura - M01.

Para Julien (2005) entre os papéis do Estado no estímulo ao empreendedorismo está o de apoiar projetos nessa área. Esse apoio tem como objetivo o aumento da perenidade e desenvolvimento de novas empresas com capacidade de crescimento, considerando aqui o nível municipal.

A associação comercial ainda não tem grande representação como agente no município, mas tem se articulado a fim de conseguir força junto a comunidade e aos próprios empresários:

> No caso da associação comercial, esta está vinculada a associações de municípios vizinhos com Santa Fé e Astorga porque aqui mesmo o pessoal não aderiu,,, então hoje o comércio se envolve bastante, mas não em nível de associação, apesar de que eles ajudam muito a administração, temos uma parceria muito boa com eles. Inclusive a questão dos jovens, estes quando capacitados são encaminhados aos nossos parceiros do comércio – M01.

Entre as instituições de ensino superior lembradas como agentes externos participantes em projetos que promovem o empreendedorismo, estão o Centro Universitário de Maringá – (CESUMAR), com o projeto da Escola de Fábrica[5] e com o suporte dado a Agência Juvenil de Empreendedorismo (AJE); a Universidade Estadual de Maringá (UEM) também como parceira do Programa de Desenvolvimento dos Municípios do Setentrião Paranaense (PROAMUSEP) e dos projetos desenvolvidos a partir daí com projetos da agroindústria, como o auxílio em projetos da associação dos produtores de leite.

Um dos agentes que pode ser percebido no município não é necessariamente uma instituição:

> Aqui é forte essa questão do voluntariado, da parceria, então os conselhos municipais são muito atuantes, então hoje nós temos aí vários conselhos que auxiliam a administração, tá sempre junto, tá acompanhando as atividades, um exemplo é o conselho municipal de educação que gerencia o fundo municipal de habitação, tem o fundo que acaba repassando às pessoas que querem construir, sendo isso que a própria comunidade que participa das decisões, além de recursos destinados a capacitação e profissionalização – M02.

Para Ruediger e Riccio (2005), esse voluntariado pode ser relacionado ao estabelecimento de laços de solidariedade da comunidade, levando a melhoria os resultados das políticas públicas implantadas com auxílio dessa comunidade.

Outras instituições apontadas como agentes de promoção do ambiente empreendedor no município são a Amusep – Associação do Município do Setentrião Paranaense e o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), sediado na cidade de Maringá.

Percebe-se que existe sinergia entre a prefeitura, por meio da secretaria, em relação às instituições que possam promover o empreendedorismo, sejam estas instituições internas

[5] O Programa Escola de Fábrica é uma iniciativa do Governo Federal, executado através do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e tem como um de seus objetivos incluírem jovens de baixa renda no mercado de trabalho através de cursos de iniciação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas. renda no mercado de trabalho através de cursos de iniciação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas.

ou externas ao município, como é o caso das universidades e de outras instituições de fomento ao desenvolvimento regional.

4.1.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo

O processo de elaboração de políticas públicas no município de Munhoz de Mello tem sido de forma associativa, tanto quando se trata de secretarias, como da participação da população. *"Sim, as secretarias têm participado de projetos em parceri,a não só os voltados ao empreendedorismo, mas os demais projetos também* – M01".

> Cada conselho tem a representatividade, por exemplo, os residenciais têm lá seus representantes, nós temos a cidade dividida por setores onde cada setor tem o seu representante, é alguém que está lá e que vê a dificuldade ou alguma sugestão, ele é aquela pessoa que vai ser convidado pra participar das reuniões e aí vem o representante ou de uma entidade, ou de algum segmento, ou de um setor, ou do distrito, ou de repente um representante do posto de saúde...então é feito assim, tendo em vista que não existe, assim, muitas entidades no município, existem as associações que também são colocados alguns representantes daquela associação – M02.

Isso ratifica a visão de Ruediger e Riccio (2005), que afirmam que as iniciativas de promoção do desenvolvimento precisam incorporar a dimensão local, onde o estado pode estimular a criação de agência de desenvolvimento nas próprias comunidades, de natureza pública e não-estatal, preocupadas com uma abordagem participativa e empreendedora desse processo.

No entanto, não existem no município ferramentas formais de avaliação dos programas implantados, porém, existe o acompanhamento "in loco" dos programas:

> ... a gente sempre está acompanhando e está discutindo isso também junto à comunidade, é através até das audiências públicas agora que o prefeito faz e é obrigado a fazer..., é colocado e discutido com a população essas questões: O que foi de bom..., quais as coisas boas..., eu acho que é um saldo positivo, não somente as facções, mas todas as coisas boas que estão acontecendo, acontecem várias coisas ao mesmo tempo, é na área da cultura, é na área da saúde, é na área da agricultura, na área do social e no administrativo também que é sempre uma preocupação com o desenvolvimento – M01.

Quanto aos resultados dos programas e projetos voltados ao empreendedorismo, uma das entrevistadas afirma que a abertura de três a quatro empresas nas áreas de facção, na área

de conservas, processamento de jeans (processo aplicado ao jeans com lixamento), além da consolidação de projetos voltados a profissionalização da agroindústria familiar.

4.1.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo

Apesar das parcerias existentes, uma das entrevistadas declara que existe certa dificuldade, relacionada à falta de incentivos da esfera Estadual e Federal quanto parceria em projetos ou programas que promovam o empreendedorismo, "- *Eu acho que há falta de recursos, há falta de incentivos por parte do governo Estadual e Federal* – M01". Entre estes programas ou projetos é lembrada a necessidade de suporte empresarial para evitar a evasão dos jovens do município:

> ... se tivesse uma parceria maior com um programa de governo federal ou estadual mais claro, aí a coisa caminharia e teria que ser para os pequenos também, por que hoje se eu não tiver nada no pequeno, aquele jovem do pequeno município, ele vai para os grandes centros, então é fazer na base, eu acho, teria que ser aqui pra ele estar junto da família – M02.

Enfatiza-se neste ponto a dificuldade com os incentivos às outras esferas públicas, como a falta ou a morosidade dos projetos e o direcionamentos maior de projetos que incentivem, por meio do empreendedorismo, o incentivo para que os jovens permaneçam no município. Julien (2005) afirma que é um dos papéis do Estado apoiar o empreendedorismo a fim de aumentar a perenidade e desenvolver as novas firmas com capacidade de crescimento.

4.1.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo

Neste tópico serão apresentados os programas e projetos para a promoção do empreendedorismo no município de Munhoz de Mello, segundo os dados extraídos da análise dos dados das entrevistas.

a) Entre os programas para inserção de pessoal com idade avançada no mercado de trabalho ou voltado à abertura de empresas, o município oferece cursos como a confecção de bijuterias, cursos de pintura, crochê e confecções de lingerie.
b) No meio rural, existe um programa onde se disponibiliza lotes com casa, além de cursos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e EMATER. Estes cursos são para a gestão da propriedade rural e cursos técnicos

para esse pessoal que recebe os lotes"*...além disso, existem o programas sociais aqui no município que quando necessários são acionados para assistir esse pessoal na fase inicial* – M01". Estes mesmos programas procuram dar suporte aos jovens e adolescentes no que diz respeito ao encaminhamento necessário ao desenvolvimento desde o início de sua formação.

c) Ainda no meio rural, em parceria como governo do estado, a prefeitura incentiva a produção de leite. Esse projeto está em andamento com parte da estrutura já pronta:

> ...nós tivemos um projeto que foi liberado agora que está pra ser instalado um mini laticínio, nós só estamos aguardando a câmara fria, mas a idéia é estar colocando em funcionamento para os produtores de leite, onde a produção poderá ser pasteurizada para a produção de queijos - M01.

Uma das entrevistadas lembra que este projeto começou com discussões no fórum, hoje em parceria com a prefeitura, já tem se transformado numa realidade. Atualmente, em Munhoz de Mello, existem outros produtores de dez municípios participando do projeto.

d) Existe o planejamento também de incentivo ao plantio de uva para vinho,

> Pode-se destacar aqui, também, como projeto da Agroindústria [...]o aumento da área plantada de uva, que tem proporcionado expectativa futura na produção de vinhos – M02.

Uma das alternativas encontradas no meio rural pela prefeitura foi o incentivo a organização em forma de associação, agora existe outra barreira a ser superada:

> ...atualmente a prefeitura está auxiliando as associações a se transformarem em cooperativas para facilitar a comercialização da sua produção, pois a associações não pedem comercializar por força de lei e isso permite também a certificação de inspeções sanitárias Municipais, Estaduais e Federais – M02.

e) Entre os programas que incentivam os jovens ao empreendedorismo existem os programas já mencionados anteriormente no meio rural, além dos programas de incentivo ao empreendedorismo, como o programa Agência Juvenil de Empreendedorismo:

> Os jovens daqui participaram do projeto Agência Juvenil de Empreendedorismo e hoje são instrutores da segunda turma lá no

> Cesumar, inclusive é a secretaria que acompanha eles aqui no município, disponibilizamos transporte e alimentação pra eles, a gente se reúne aqui às vezes até fazemos confraternizações – M01.

f) Já para os jovens de baixa renda, existe um programa de formação profissional. O programa denominado "padaria profissionalizante" tem dado uma alternativa de formação a estes jovens.

g) Outro projeto voltado aos jovens foi o "Escola de Fábrica", com 40 adolescentes, continuam os contatos com os participantes, este à medida do possível estão aplicando seus conhecimentos nas empresas por indicação da prefeitura, "*...e o interessante é que a gente não perde o vínculo com eles, porque não é um curso e acabou pronto....aí a gente vem aplicando aquele conhecimento adquirido em outros cursos* – M01".

h) No meio empresarial, a prefeitura fornece para os empresários que desejam se instalar no município estrutura básica como estruturas, barracões. Estes barracos têm sido disponibilizados principalmente para o segmento de facções. Também são disponibilizados para outros segmentos da indústria e para sericicultura.

> A Emater há três anos incentivou o plantio de pupunha (uma espécie de palmito), agora já começam os processamentos e a necessidade de instalação para o processamento da produção, que é o próximo grande projeto do município – M02.

i) Outro projeto que foi enfatizado por uma das entrevistadas é o projeto de capacitação dos produtores de embutidos::

> - Esse projeto de embutidos tem criado uma expectativa muito grande no município, pois agora já estamos nos preocupando em melhorar as técnicas de negociação desse pessoal, pois temos relatos aqui, até de famílias que conseguiram sair das dívidas por investir nesse segmento de embutidos, e o que acho importante dessa atividade é que o dinheiro está ficando aqui no município – M02.

Nota-se em Munhoz de Mello a diversificação da atuação dos projetos voltados à promoção do empreendedorismo. Existem projetos de incentivos aos jovens, aos agricultores

e a produção de confecções. Aponta-se a preocupação de um melhor desempenho das demais esferas, Estadual e Federal em parcerias que possam melhorar a dinâmica do mercado local.

No Quadro 05 apresenta-se a síntese dos principais pontos apresentados:

Município de Munhoz de Mello	
Perfil do município	**Dados do perfil do município** Apresenta economia diversificada com destaque ao setor agroIndústrial diversificado produzindo café, produção de embutidos, leite, criação de frango de corte, pecuária, sericicultura e agricultura de soja e milho; Na indústria existe incentivo no setor de confecções. O comércio é pequeno, mas tem se organizado para atender melhor a população.
	Composição do mercado de trabalho: É apontada a participação das mulheres em setores produtivos assim como na participação de decisões do setor público. Por meios dos programas voltados ao empreendedorismo direcionados aos jovens estes têm aumentado sua participação nas decisões do setor público no município. Para as pessoas de meia idade existem cursos de formação tanto no meio empresarial como em atividades no meio rural. Não existe, atualmente, problema no mercado local de desemprego, no entanto, existe uma preocupação em relação à mudança da legislação ambiental que obrigará cortar postos de trabalho no ramo canavieiro.
Empreendedorismo no município	**Sobre o empreendedorismo:** É enfatizado o empreendedorismo como o aproveitamento de oportunidades a partir da criatividade que pode estar sendo estimulada por processos coletivos, além da associação do empreendedorismo com a qualidade.
	Compreensão do ambiente empreendedor local: Boa parceria entre o setor privado e o setor público, com o apoio dos conselhos e de uma forma de organização de lideranças que é o fórum de desenvolvimento. O ambiente empreendedor é visto como resultado dessa interação entre os setores da economia.
	Agentes promotores do empreendedorismo: Existe articulação da prefeitura e da secretaria da indústria e comércio com as instituições que podem promover o empreendedorismo, seja estas instituições internas ou externas ao município, como é o caso das universidades e de outras instituições de fomento ao desenvolvimento regional.
	Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo: A elaboração das políticas públicas acontece com a participação de outras secretarias e dos conselhos municipais de cada área. Existe a necessidade de definição de ferramentas formais de avaliação dos programas e projetos implantados.
	Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo: A morosidade dos projetos em parceria com as esferas pública federal e estadual é apontada como dificuldade na implantação de projetos que incentivem o empreendedorismo, além da falta de direcionamento maior em projetos nas áreas do empreendedorismo.

Políticas públicas	**Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo:** Os programas voltados ao empreendedorismo são direcionados em vários setores da economia municipal. Para isso existem incentivos aos empresários como a disponibilização de espaços, auxílios a setores do agronegócio e parcerias com o comércio local. Existem incentivos a participação de programas de formação de jovens empreendedores.

Quadro 05: Síntese dos resultados do município de Minhoz de Mello

4.2 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO

Colorado permaneceu como distrito do município de Jaguapitã-PR até 1954, iniciando suas atividades pela atuação da Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduvas, a exemplo do que aconteceu em outros municípios da região da AMUSEP. Em 1948 foram concluídas as medições topográficas, além do planejamento urbanístico. Neste mesmo ano inicia-se a colonização e a construção das primeiras serrarias e olarias, sendo estas as primeiras indústrias a se instalarem no lugar (AMUSEP, 2007).

De acordo com dados do IBGE (2007), estima-se que em 2006 o município de Colorado tinha 22.424 habitantes, tendo como principais setores da economia a agropecuária com 11% do PIB, a Indústria com 38% e os serviços com 51%, respectivamente. A distribuição das empresas se apresenta conforme Tabela 07:

SETOR	Nº Total de Estabelecimentos no Município
Indústria	81
Comércio Varejista	258
Comércio Atacadista	11
Serviços	54

Tabela 07: Distribuição das Atividades Econômicas – Colorado. Fonte: Amusep (2007)

4.2.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Colorado

4.2.1.1 Dados do perfil do município

Para os entrevistados, o principal setor do município de Colorado é o setor agrícola, um dos segmentos de destaque é o sucroalcooleiro:

> O setor agrícola é muito forte com a usina Alto Alegre, mas existe também um setor leiteiro, a pecuária é predominante também, então juntam-se este fatores chega-se a conclusão que o agrícola ainda é o carro chefe da economia do município – C02",
> "Hoje ainda é a área agrícola, a usina de açúcar e álcool, de Alto Alegre e o maior empregador e o maior gerador de impostos do município. É a maior usina de álcool do Paraná, ou melhor, do Brasil, e está sediada no distrito de Alto Alegre – C01.

Outro setor que tem boa representatividade e que tem crescido em vários segmentos, na visão dos entrevistados, é o setor industrial:

> O setor industrial de um ano e meio para cá vem se desenvolvendo muito, as empresas que querem se instalar no município tem tido apoio. Tem ainda o setor moveleiro no parque industrial. São oito indústrias de móveis por encomenda, tem o pessoal que mexe com couro, cintos, sandálias, que vende para regiões como São Paulo, Minas, Mato Grosso...essa empresa emprega uns 30 funcionários, o que para os padrões de Colorado é uma empresa que emprega bastante – C01.

O comércio tem algumas particularidades não encontradas em outras cidades, como é o caso da descentralização:

> Então temos algumas empresas que se destacam, mas temos alguns setores predominantes como o agrícola e de móveis. O comércio de Colorado é espalhado, ao contrário das demais cidades onde fica centralizado – C02.

Considera-se o setor agrícola como principal setor da economia de Colorado, com destaque para o setor sucroalcooleiro com as instalações da Usina Alto Alegre[6]. O setor industrial tem crescido nos últimos anos, sendo o ramo moveleiro e sub produtos do couro com maior representatividade, já o comércio apresenta-se estruturado e descentralizado do centro da cidade.

4.2.1.2 Composição do mercado de trabalho

Foi enfatizada nas entrevistas, a participação da mulher no mercado de trabalho não somente em funções operacionais das empresas, mas também em funções-chave na cidade, como na presidência da associação comercial e agência do trabalhador:

> A presidente anterior da associação comercial foi uma mulher. A agência do trabalhador hoje é gerenciada por uma mulher. Se você pegar hoje o poder judiciário, são duas promotoras. No comércio, tanto no atendimento como no gerenciamento são muitas mulheres atuando. E a gente pode pensar que são somente em butiques, mas pode pegar ai duas redes de farmácias grandes que são gerenciadas por duas mulheres. No maior mercado da cidade, é uma mulher que faz a diferença na gestão, então hoje ai não deixa nada a desejar a participação das mulheres no mercado – C01.

---

[6] A Usina Alto Alegre gera 7600 empregos diretos, atua na exploração, produção, industrialização, comércio, importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool. Sua comercialização e exportação é a geração, co-geração e comercialização de energia elétrica decorrente do processamento do bagaço de cana-de-açúcar e outras fontes alternativas. Atualmente, a UAA tem uma capacidade instalada para processar, aproximadamente, 4,5 milhões de toneladas de cana e para produzir cerca de 8,6 milhões de sacas de açúcar cristal, 4,0 milhões de sacas de açúcar refinado amorfo e 120 milhões de litros de álcool hidratado e anidro carburante, e co-gerar 45 MWh de energia elétrica na safra.

Existe predominância de mulheres no comércio com participação em todas as atividades inerentes ao segmento:

> Hoje, no comércio, a maioria são mulheres, o nosso centro aqui é dividido em portinhas pequenas e ali quem domina são as mulheres, tanto na operação de vendas, atendimento, como no gerenciamento. Podemos dizer hoje que 98% do mercado é dominado pelas mulheres, a única parte em que os homens estão em massa é na usina, que emprega a maioria dos homens – C02.

Para as pessoas de meia idade, entre 40 e 50 anos, não existem programas específicos para capacitação na melhoria do ambiente empreendedor. Isso faz com que essa faixa etária seja prejudicada quando empreendedores decidem contratar:

> Não temos nenhum programa para inclusão de pessoas de meia idade, e isso tem sido um problema. Até a partir do momento que a empresa de confecções decidiu vir para Colorado, disse que contrataria pessoas de todas as idades, mas quando começaram as entrevistas desclassificaram esse pessoal, porque o pessoal mais novo é mais fácil para treinar e todo mundo precisa de produção e o pessoal diz que os jovens têm mais agilidade – C01.

Os jovens do município participam de projetos de empreendedorismo como o AJE - Agência Juvenil de Empreendedorismo e treinamento, que a agência de empregos tem implantado no município. Estes têm facilidade de entrar no mercado de trabalho, no entanto, para Machado e Silva (2006) programas como o AJE não tem surtido resultados esperados na abertura de empresas pela incapacidade que os jovens tem tido de administrar o tempo entre os estudos ou trabalho e a capacitação em empreendedorismo. Quanto ao desemprego entre os jovens no município:

> Não temos muitos jovens desempregados. Tenho aqui uma tabela do ministério do trabalho que tem mostrado nosso crescimento na abertura de postos de trabalho, como exemplo, nós tivemos no mês de janeiro de 2007, cerca de 750 pessoas admitidas, além disso, existem várias outras empresas que estão se instalando no município. Esperamos melhorar ainda mais esses resultados, hoje estamos na 30º posição entre os municípios paranaenses que mais criam postos de trabalho – C01.

Para os entrevistados, Colorado tem um comércio forte e descentralizado:

> Colorado tem hoje cerca de 25000 habitantes. Se for num bairro você encontra um comércio forte, com seus mercados suas lojas, nos outros

> bairros isso acontece também. É no centro tem um comércio espalhado também, não é concentrado em uma avenida – C02.

Nas gestões anteriores existiam muitas pequenas empresas informais, depois da regulamentação do parque industrial, feita na atual gestão, várias empresas se instalaram no parque industrial:

> As pequenas empresas não tinham local para se instalarem e ficavam pagando aluguel e diminuindo sua renda. Com a regularização da área do parque industrial, esses empresários saíram do meio urbano e se instalaram no parque industrial, em contra partida, ele tem que estar formalizado com todos os cadastros em dia e isso resultou no aumento do número de empresas criadas. Se eu não me engano foram formalizadas ou regularizadas de 200 a 300 empresas. Uma parte dessas empresas a gente conhecia e outra parte a gente nem sabia da existência desse empreendedor, que estava lá no fundo do quintal – C01.

Entre as incentivadas e as regularizadas, é apontado o surgimento de cerca de 300 empresas, somente nesta última gestão. Isso melhorou a arrecadação do município:

> Entre criadas e regularizadas tem cerca de 300, mas grande parte disso é regularizada, que na verdade pode ser considerada uma criação à medida que não geravam impostos – C01.

Esta ação do município ratifica um dos sinalizadores aos gestores públicos apresentados no GEM (2005), que sugere o fortalecimento das condições para que empresas estabelecidas possam desenvolver-se.

Não existem políticas ou programas municipais com objetivo de promover a exportação, no entanto foi incentivada uma empresa à ampliação para que, a partir de iniciativa própria, pudesse exportar, "*Demos um apoio grande num frigorífico para poder se adequar e exportar carne, mas um projeto específico não existe* – C01".

O comércio é estruturado contando com vários segmentos de produtos e serviços, sendo que o setor Indústria passou por um período no último mandato de reestruturação, o que levou ao aumento de empresas formalizadas no município. No entanto, não existem programas que tenham como objetivo o incentivo a exportação da produção industrial.

4.2.2 Sobre o empreendedorismo

Na visão de um dos entrevistados, para que o empreendedorismo mude a realidade social é necessário anteriormente de formação dos indivíduos, seja num negócio inicial ou em um negócio já estabelecido. Isso pode melhorar a identificação das oportunidades:

> Olha, eu tenho um exemplo aqui no município disso, é o caso de uma empresa que mexe com couro, ela era uma empresa familiar, com o patriarca e os filhos trabalhando, até pouco tempo, quando os filhos se formaram, em administração, eles "chacoalharam" o pai e tomaram as rédeas do negócio, sendo que hoje a empresa deve ter triplicado a produção. Isso é um exemplo de empreendedorismo, esse filho foi atrás, e estudou o que melhor fazer com a sua matéria-prima que é o couro, fez visitar que muitos empresários pensam ser insignificante, mas hoje ele tem representatividade no seu mercado, isso pra mim é empreendedorismo. E um outro exemplo de empreendedorismo é o nosso centro aqui da cidade, esse era um centro antigo, até hoje é percebida essa arquitetura antiga, porém, hoje, todo remodelado, então um senhor de posses aqui da cidade acabou comprando esses prédios antigos e remodelou esses prédios e alugando para os comerciantes. Ele teve uma visão de futuro que aqui nesse lugar ele iria se aposentar, e foi o que ele fez, e quem acreditou no projeto dele, que são as mulheres comerciantes alugaram essas portas e com o capital das amigas trouxeram novos produtos para o comércio e hoje elas estão se saindo muito bem – C02.

Para o atual secretário, a aplicação de conhecimentos adquiridos pode mudar o ambiente empreendedor nos negócios. O exemplo utilizado para conceituar o empreendedorismo se adequa ao que Bruyat e Julien (2000) classificam com o Reprodução empresarial, onde existe baixa criação de valor, usualmente pouco inovador e o empreendedor proporciona o auto–emprego por sua boa performance na atividade:

> Posso dar o exemplo também de muitos funcionários aqui na cidade, que eram muitos antigos de empresas que já estavam instaladas aqui 20 ou 30 anos atrás, e através de uma visão nova esses funcionários e funcionárias começaram a perceber que o município necessitava percorrer outro caminho, e não ficar com aqueles costumes antigos, com aquelas lojas antigas, então, começaram a perceber coisas diferentes, e pediram demissão e esse mesmo pessoal começou a empreender no seu próprio negócio e gerar sua própria renda – C01.

Outro entrevistado percebe o empreendedorismo como uma forma de retorno financeiro, porém, enfatiza a necessidade de uma visão de responsabilidade social:

> ...afirmo que só ganhei dinheiro a partir do momento em que me aposentei, que daí eu fui para a iniciativa privada e então consegui um ganho maior [...] Eu acho que o empreendedor é aquele que nunca se

> sente acomodado, ele sempre quer ver o que pode ser feito para ele e a comunidade que ele vê crescer, e nunca tendo aquele pensamento egoísta de só ganhar dinheiro, só ganhar dinheiro, só ganhar dinheiro,,,,esse pode ser o grande erro. É estatisticamente provado que aquela pessoa ou empresário que pensa nas questões sociais, ele ganha mais dinheiro do que aquele empresário que só pensa em ganhar dinheiro. É interessante isso, é aquele que não se acomoda, não se conforma. [...] Então empreendedorismo é a pessoa estar querendo criar a todo o momento e não se acomodar, eu acho por exemplo que eu tenho 66 anos e sou um cara que não tem escola, só que eu leio muito, eu faço cursos, como cursos do Sebrae, então, empreendedorismo pra mim é isso, é a pessoa que não se conforma, quer criar emprego, quer ver a comunidade dele crescer – C03.

Nota-se como visão de empreendedorismo a utilização de modernas técnicas de gestão empresarial e a visão de futuro de empreendedores. Foi enfatizada também a utilização dos conhecimentos adquiridos na abertura de uma nova empresa com uma forma de gestão diferenciada. No entanto, reforça-se a importância da preocupação social e do ambiente empreendedor por meio da gestão com responsabilidade social. Outra visão apresentada foi a dinâmica de empresas familiares, como o caso da empresa de couro apresentado como exemplo de empreendedorismo.

4.2.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local

Um dos entrevistados lembrou da importância que o campus da Universidade Estadual de Londrina tinha no município como agente de desenvolvimento:

> Tinha um campus da UEL aqui, mas foi um descaso das administrações passadas, existe o prédio ainda que abriga alguns setores da prefeitura, mas não podíamos ter perdido esse campus aqui dentro da cidade, foi uma excelente forma de incentivar a região, com excelentes professores que vinham de Londrina, mas o nosso pessoal aqui não valorizou isso – C02.

A prefeitura tem um papel importante no incentivo a pequenas empresas.

> No caso das pequenas empresas, é justamente o custo que essas empresas têm para começar o seu negócio, se não fosse o município em alguns casos ajudar, esses empresários não conseguiriam abrir os seus negócios – C01.
> No entanto, no incentivo à exportação existe necessidade de maiores iniciativas. “Não temos nenhum projeto de exportação aqui, talvez

> algum empresário, isoladamente, buscando alternativas para exportar, mas apoio nosso na verdade não existe – C01.

Existe relacionamento entre a prefeitura e a associação comercial,

> ...depois que assumi a presidência da associação comercial em 2006, eu tenho dado apoio para a prefeitura, e a prefeitura tá fazendo uma gestão bem democrática, fazemos um café da manhã por mês, onde debatemos oportunidades por setor e para promover interação entre as lideranças da cidade, pra diminuir a concorrência selvagem que não leva a lugar nenhum e fazer uma concorrência ética e saudável, e a partir do momento que o prefeito começou a nos dar valor novamente, nós estamos conseguindo muitas coisas boas em questões estruturais da cidade como regulamentação do estacionamento – C03".
> Até mesmo, existe um projeto que propõe maior interação entre a prefeitura e associação, "e eu tenho percebido o Marcos muito entusiasmado com essa participação nossa, tanto é que ele já me propôs ao invés de ter um secretário da Indústria e comércio ter um conselho da indústria e comércio que não fique restrito à indústria e comércio mas, que discuta todas a ações relativas ao município. Esse conselho será formado por vários setores da economia [...] eu acho isso uma coisa muito boa, é um melhoria que nunca teve aqui no município, nunca foi valorizado em Colorado o empreendedorismo – C03.

Existe a preocupação com a questão da transparência com as contas públicas, questões sociais e incentivos a empresários, por parte da prefeitura. Para Peci e Costa, (2002) isso compõe o desafio das políticas públicas. A ampliação da participação da sociedade civil na gestão pública exigirá maior transparência e interdependência entre as partes.

4.2.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo

Existem agentes internos e externos ao município responsáveis pelos programas de incentivo ao empreendedorismo. Entre os agentes internos apontam-se a prefeitura e a associação comercial, "*Principalmente a prefeitura, no caso a secretaria de Indústria e comércio* – C01".

A secretaria tem procurado orientar os empresários na tomada de decisão de empreender:

> Não somos como o SEBRAE que tem vários programas que você vai lá consulta eles, e eles analisam o município para saber se comporta o

> investimento desse tipo no município, mas procuramos indicar as necessidades do município – C01.

A associação comercial e a agência do trabalhador, também foram lembradas com agentes promotores do empreendedorismo:

> A associação comercial é uma, ela nesse ano de 2006 criou alguns programas, hoje ele tem o Sebrae lá dentro (balcão Sebrae), onde em parceria do governo municipal foi informatizada uma sala lá – o funcionário é da associação e os equipamentos são da prefeitura, além disso, eles estão conveniados com aquelas consultas de cheques devolvidos, SERASA. Outras entidades aí que podem ser citadas é a agência do trabalhador – C01.

No setor agrícola, algumas instituições são nomeadas como agentes, a EMATER na promoção de cursos, e a SEAB: "*A EMATER faz vários cursos, em 2005 o governo estadual repassou para Emater um recurso para dar sustentação a estes projetos* – C01", "*tem também aqui a Seab que é na área da agricultura* – C01". O SENAR também foi indicado como agente promotor de treinamento no setor rural do município.

As instituições externas ao município que foram lembradas são principalmente o SEBRAE: "*Nós temos grandes parcerias com o Sebrae aqui no município, inclusive disponibilizamos um espaço para eles lá dentro da associação comercial* – C03".

Essa interação entre as instituições, seja do município ou não, para Julien (2005), deve ter o setor público como agente de ligação, isso pode trazer resultados importantes para o município como a melhoria da capacidade de inovação.

A prefeitura foi apontada com importante agente promotor do empreendedorismo, a medida que disponibiliza infra-estrutura e capacitação para empresários e futuros empresários. Esse apoio acontece em parceria com instituições do município como a Associação Comercial, a EMATER, a SEAB e a agência do trabalhador. É destacada também a parceria com SEBRAE com seus programas de formação de empreendedores.

4.2.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo

A forma de avaliação, assim como a determinação onde serão aplicados investimentos no município é feita de forma empírica, uma vez que os secretários levam as propostas diretamente ao prefeito e apresentam sua visão sobre a proposta:

> A gente traz empresários para falar com o prefeito, e avalia e comunica para o prefeito do que achamos que dá certo, que não tem no município,,,olha isso daqui já tem muito no município, e aí indicamos para o empreendedor se não seria melhor abrir uma outra coisa, a gente percebe alguma coisa mas, na verdade, não é feito um levantamento – C01.

Quanto ao acompanhamento dos resultados da implantação de políticas e programas públicos, "*Formalmente não existe um sistema de acompanhamento de projetos no município a não ser os acompanhamentos que os secretários fazem ´ in loco´, quando possível – C02"*. No entanto a elaboração dessas políticas acontece de forma conjunta, "*Nos temos reuniões todas as sextas feiras, onde se discutem os projetos e quando possível mais de uma secretaria se envolve nos projetos* – C01". Outra forma de acompanhamento é a cobrança por parte do prefeito:

> Na verdade o prefeito faz muitas exigências sobre a gente, tanto da secretaria da indústria e comércio como de outros funcionários no sentido da fiscalização e cobrança de relatórios, semanalmente e mensalmente para saber o andamento dos projetos. Em vários momentos eu mesmo saio da secretaria e vou visitar algumas empresas, pra saber o que estão precisando, que as vezes pode ser o mínimo para nós, então, a gente tem um acompanhamento e vamos em todas as empresas, principalmente nas iniciantes, por sua dificuldade maior, então, a gente faz o acompanhamento ´in loco´ para saber onde podemos melhorar nossa relação, na maioria das vezes os problemas passados são resolvidos – C01.

No que se refere à análise de novas empresas, em alguns casos são consultados outros empresários já estabelecidos:

> ... a gente senta com outros empresários ou com pessoas que realmente estão interessadas em fazer com que o município se desenvolva e a gente tem essa facilidade de se sentar mesmo sendo um outro empresário e ele dá idéias, ajuda nas idéias para que outro empresário se instale e não dê problemas para a gente – C01.

Existe a participação dos empresários quando são analisadas as propostas de investimento no município:

> ...recentemente recebemos uma comitiva de uma empresa de confecções de Maringá e acabou que esse empresário trouxe uma célula de produção de Jeans para cá, que já estáfuncionando onde o pessoal começa aprendendo a costurar e o prefeito gostou da nossa participação na negociação da vinda dessa empresa e esses dias ele me ligou para receber outras empresas e eu com mais outros diretores da associação comercial atendemos esse empresário de Maringá e, provavelmente, ele virá para cá também, talvez até mudar toda a fábrica para cá. Então dentro de uma avaliação minha, os empresários vem aqui e querem falar com pessoas que falam a mesma língua deles – C03.

Não existe um sistema formal de avaliação de propostas de investimentos, os secretários apresentam seu parecer de acordo com sua percepção do mercado, além disso, não existe um sistema e variáveis definidas para avaliação dos resultados alcançados com a implantação de programas e projetos. Quanto a implantação desses programas são avaliados, geralmente, isso é feito em parceria com as demais secretarias do município. Outro ponto indicado foi a participação dos empresários em conversas iniciais com outros empresários que pretendem investir no município e em projetos que beneficiem o empreendedorismo da cidade.

As políticas no município são formuladas com auxílio das secretarias e de empresários, por meio da associação comercial. Em alguns casos, no entanto, não se consideram dados empíricos para a formulação.

4.2.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo

Identificam-se alguns problemas relacionados à promoção do empreendedorismo no município de Colorado. Um desses é a respeito do jovem que necessita de capacitação para entrar no mercado e para melhorar sua posição nesse mercado também, uma vez que considera existir vagas disponíveis:

> ...existe um considerável número de vagas, porém, aquele jovem que não se preocupou em se aprimorar tem que se contentar com um cargo mais simples. O jovem que se capacitou e que estudou, este tem lugar no mercado, a não ser os que se contentam com o corte de cana – C02.

Indicou-se a necessidade de criação de um recurso específico para atividades relacionadas à secretaria, no entanto isso não tem sido colocado em prática,

> Tentou-se em 2006 criar um fundo específico para a secretaria de Indústria e comércio, mas, ano passado, com a arrecadação limitada não foi possível alocar esse recurso à secretaria. Com esse recursos poderíamos fazer toda as análises de viabilidade ou não para implantação das empresas que se propõem a vir para cá – C01.

Isso seria uma provável solução a um problema apontado:

> Isso não é só aqui em Colorado, mas no Brasil inteiro, o pessoal chega e quer instalar uma empresa, eles querem água, luz, o aluguel. Querem que você compre uma coisa ou outra e o município fica, às vezes, sem condições de estar fazendo todo esse trabalho e tem que dar prioridade para as outras coisas também, tem a área da saúde, educação – C02.

Apesar de Colorado ser uma cidade com 25 mil habitantes, não existe um estudo setorial mais aprofundado para facilitar análises de empresas que pretendem se instalarem no município "*Na verdade formalmente nós não temos nada, como o município é pequeno a gente analisa, isso já tem muito,,,isso não tem, entendeu? Então a gente faz um levantamento meio que particular* – C01".

Para um dos entrevistados o problema está no desempenho histórico do setor público municipal:

> ...considerando o suporte do setor público, esse ponto a história é um pouco triste [...] as duas gestões anteriores foram um desastre, agora, o grande mal das prefeituras de cidades pequenas é o endeusamento do prefeito. Quando o prefeito tem uma votação expressiva ele é endeusado, tanto que se falar que todos têm que cortar um dedo para administrar todos cortam um dedo tal é a admiração que se tem pelo prefeito, igual homem bomba lá do Iraque, e isso influencia até a forma de pensar do prefeito, e isso é um problema sério aqui – C03.

É mencionada também a falta de estudos de viabilidades de alguns empreendimentos associado a falta de preparo de secretários anteriormente escolhidos para gerenciar a secretaria de Indústria e comércio:

> Aí ele colocou de secretário de indústria e comércio um amigo dele de infância que morava em Curitiba e nunca soube fazer nada, e colocou esse cara de secretário de indústria e comércio, esse cara era um louco...os empresários vinham conversar com ele, esse secretário já vinha com conversa de exportar para o mundo inteiro e cheio de sonhos mirabolantes e ficou esse cara dois anos, até colocou uma indústria de

> conserva de pepino que sobrou pepino pra todo o lado e pra todo mundo, teve gente que ficou com depressão profunda pois gastaram um monte com a produção e depois não tinha para quem vender o produto e quando vendia não recebia tanto é que esse secretário sumiu aqui de Colorado – C03.

No município de Colorado ainda existe pouca articulação entre os agentes que promovem o empreendedorismo. Isso poderia explicar uma preocupação maior da vinda de empresas de fora em detrimento da necessidade de uma articulação maior entre os agentes internos do município e os agentes regionais em projetos que promovam o empreendedorismo a partir de oportunidades no município.

Necessita-se de uma pesquisa setorial mais aprofundada para apontar as necessidades de investimentos nos setores produtivos para melhoria do ambiente empreendedor. Aponta-se também a inexistência de empreendedorismo social na cidade.

4.2.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo

Para a apresentação dos programas e projetos voltados ao empreendedorismo no município de Colorado serão ordenadas alfabeticamente as iniciativas de acordo com os dados coletados da análise do conteúdo das entrevistas.

a) Entre os programas de incentivo aos empresários aponta-se a concessão de terrenos e suporte da infra-estrutura depois de estudos informais de viabilidade:

> Um exemplo disso, é a concessionária que está vindo para Colorado que Volkswagen, lá de Londrina, que é a Ciavena, eles procuraram o prefeito e secretaria queriam um contato com o prefeito, e o prefeito como empreendedor que ele é, até porque ele é empresário no ramo da construção civil, então eles se reuniram com o prefeito e considerando que existe espaço para uma concessionária aqui na cidade, ele solicitaram um incentivo do município e o prefeito prontamente colocou um terreno a disposição, e o terreno segundo estudo dos interessados é viável, na construção dessa loja a prefeitura vai entrar com o apoio logístico de máquinas para fazer o preparo desse terreno então o suporte mais pesado sempre sai da prefeitura, já considerando que a associação comercial não tem aporte de grande capital para incentivar a implantação de novas empresas – C01.

b) Como principal realização da secretaria de indústria e comércio para a melhoria do ambiente empreendedor foi lembrada a reavaliação da concessão de terrenos no

parque industrial e regulamentação de várias empresas que estavam na informalidade:

> Essas regularizações se devem a uma maior atuação da secretaria da indústria e comércio e o empresário percebeu que ficar escondido iria se prejudicar, isso aconteceu nos mais variados ramos, isso foi uma evolução nos últimos dois anos. Um dado que percebemos foi o pessoal acreditar na nova administração, isso foi fundamental para esse processo de regularização dessas empresas que estavam na informalidade – C01.
> Além da regulamentação dos espaços, foi regulamentado também a cobrança dos impostos municipais dos empresários...além disso, existia uma lei em que a empresas se isentavam de impostos municipais durante um período a partir de sua instalação, mas isso não era conferido na administração anterior, então, essa lei existia e a administração não cobrava essas dívidas, agora está regularizado – C01.

c) A legislação municipal permite concessão de espaços a empresários mesmo que a prefeitura não tenha disponibilidade no momento da solicitação:

> Quando nós não temos barracões para ceder para empresário, existe uma lei que nos permite alugar um barracão para ceder a um empresário estar se instalando, é uma ajuda para dar um arranque no período inicial e alguma ajuda de custo que pode haver, mas não é muito utilizado isso não – C02.

d) No meio rural são oferecidos treinamentos para capacitação em parceria com outras instituições da cidade ou de fora:

> Lembro que a secretaria da indústria e comércio fez alguns cursos com o objetivo de manter o pessoal no meio rural, em parceria como SEBRAE e SENAR teve o empreendedor rural, incentivamos a montagem de cooperativas independentes de mulheres que trabalhavam com doces, projeto de codornas – C02.

> Percebo hoje que quem tinha que vir para o meio urbano já veio,,, agora o que precisamos é valorizar e fazer com que eles continuem na área rural, então estamos sempre procurando fazer parcerias com a EMATER para fazer cursos para as mulheres com o fazer doces e gestão da propriedade agrícola – C02.

e) Para os jovens a prefeitura incentivou alguns treinamentos em parceria com a agência de emprego:

> A prefeitura há algum tempo promoveu um treinamento chamado jovem empreendedor, pela agência de emprego que capacitou cerca de

> 30 jovens entre homens e mulheres e desses 30 jovens até no último dia de aula apenas cinco não estavam empregados – C01.

f) Citou-se a disponibilização de espaços no parque industrial municipal para novas empresas, passou por uma reavaliação nessa última gestão:

> No caso das empresas que não têm condições temos também um parque industrial, que estava totalmente ocioso, sem escrituras definitivas e os empresários construíram e não tinham uma escritura definitiva, essa administração anterior não se preocupava em regularizar a situação, e isso causava medo nos empresários, pois, necessitavam fazer mais construções, mas os terrenos não eram deles, então nessa nova gestão municipal foi dado a concessão dos terrenos, e um prazo de seis meses para que se construísse, pois existia um exagero também por parte dos empresários que tinham de 5 a 15 terrenos sem precisar deles, e existiam outros empreendedores que queriam iniciar um negócio e não tinham terrenos disponíveis, após o prazo foi retomado esses terrenos vazios e agora existe uma lei para concessão de terrenos a empresários – C01.

Em Colorado se destaca a concessão e regularização de terrenos para empresários que pretendem investir na cidade, assim como a existência de lei municipal que permite o subsídio temporário dos custos com aluguel. No meio rural é incentivada a capacitação da mão-de-obra em parceria com outras instituições com o EMATER, SENAR E SEBRAE.

Município de Colorado	
Perfil do município	**Dados do perfil do município** O setor agrícola tem maior importância na economia com destaque para o setor sucroalcooleiro. O setor industrial crescente principalmente no ramo moveleiro e sub produtos do couro. Comércio diversificado e com grau de descentralização do centro da cidade.
	Composição do mercado de trabalho: Considerável participação das mulheres em funções diretivas da sociedade e em boa parte dos pequenos empreendimentos comerciais da cidade. As pessoas de meia idade têm dificuldade de recolocação no mercado de trabalho, não existindo programas específicos para capacitação dessa força de trabalho. Suporte de instituições externas e internas do município para os jovens. O comércio é estruturado com vários segmentos de produtos e serviços; O setor industrial foi reestruturação resultando no aumento de empresas formalizadas no município. A necessidade de programas que tenham como objetivo o incentivo à exportação da produção industrial.
Empreendedorismo no município	**Sobre o empreendedorismo:** Modernização da gestão a partir dos sucessores em empresas familiares; Utilização dos conhecimentos adquiridos na abertura de uma nova empresa e melhoria da gestão; Considera-se importante para o empreendedorismo a visão social e do ambiente empreendedor.
	Compreensão do ambiente empreendedor local: Dificuldades com o fechamento do campus universitário dentro da cidade; A prefeitura tem participado nos incentivos para pequenos empresários, não atua em projetos como o incentivo a exportação; Problemas políticos de suporte ao empreendedorismo anteriormente; Atualmente existe estreito relacionamento entre o prefeito e a associação comercial; Visão por parte dos empresários.
	Agentes promotores do empreendedorismo: A prefeitura com a disponibilização de infra-estrutura e capacitação, em parceria com instituições do município como a Associação Comercial, a EMATER, a SEAB e a agência do trabalhador. Também existe parcerias com o Sebrae nos seus programas de formação de empreendedores.
	Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo: Necessidade de sistema formal de avaliação de propostas de investimentos, e de um sistema e variáveis definidas para avaliação dos resultados dos programas e projetos;

	A avaliação dos programas, geralmente, é feita em parceria com as demais secretarias do município; Participação dos empresários em conversas iniciais com outros empresários que pretendem investir no município e em projetos de empreendedorismo da cidade.
	Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo: Falta de recursos financeiros para as atividades da Secretaria de Indústria e Comércio; Parceria com universidades e faculdades ainda é limitada; Problemas no passado com regularização de terrenos no parque industrial causando insegurança para os empreendedores; Falta de uma pesquisa setorial para os investimentos nos setores produtivos; Inexistência de iniciativas de empreendedorismo social na cidade.
Políticas públicas	**Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo:** Concessão e regularização de terrenos para empresários que pretendem investir na cidade; Lei municipal que permite o subsídio temporário dos custos com aluguel; No meio rural é incentivada a capacitação da mão-de-obra em parceria com outras instituições como o EMATER, SENAR e SEBRAE; Disponibilização para os jovens, de treinamentos, voltados ao empreendedorismo juvenil.

Quadro 06: Síntese dos resultados do município de Coloado

4.3 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO

Assim como os municípios da região, Presidente Castelo Branco originou-se do comércio de terras organizado e desenvolvido pela Companhia de Terras Norte do Paraná que tinha o objetivo de dividir, povoar e tornar úteis as terras da região. A primeira denominação do município foi Irói, de origem Tupi. Em 16 março de 1954, pela Lei nº 4.992, de 21 de dezembro de 1964, foi criado o município, com território desmembrado do município de Nova Esperança e denominação alterada para Presidente Castelo Branco deixando de pertencer à jurisdição do município de Mandaguari (AMUSEP, 2007).

Em relação aos outros municípios estudados, Presidente Castelo Branco, é pouco industrializado, conforme a distribuição da participação dos setores no PIB, sendo: agropecuária com 53%, a indústria com 1 % e Serviços com 46%. Sua população estimada em 2006 era de 4.802 habitantes (IBGE, 2007).

A distribuição de empresas por setores da economia se divide conforme Tabela 08:

SETOR	Nº Total de Estabelecimentos no Município
Indústria	20
Comércio Varejista	32
Comércio Atacadista	1
Serviços	12

Tabela 08 : Distribuição das Atividades Econômicas - Presidente Castelo Branco. Fonte: Amusep (2007)

4.3.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Presidente Castelo Branco

No município de Presidente Castelo Branco foram entrevistados o secretário da Indústria e comércio e um dos empresários da cidade do ramo de supermercados que exerce também a função de presidente da associação comercial.

6.3.1.1 Dados do perfil do município

O setor agrícola tem representatividade na economia do município apesar de ter passado por várias mudanças nos últimos anos:

> Hoje a agricultura daqui passou por uma transformação, nós tivemos um pico que foi o plantio do café e foi para a amora em 1975 que é a sericicultura, agora tá vindo aí pela transformação da soja, e mais recentemente nós observamos que muitos estão indo para o arrendamento para cana-de-açúcar como fonte de renda – P01.

No setor agrícola, atualmente um ramo que tem tomado importância na economia local do município, segundo os entrevistados, é o setor canavieiro, sendo que está instalada uma das maiores usinas de álcool e açúcar do país. Além disso, a produção de laranja também tem importância nesse contexto. Nos demais setores da economia o município conta com uma pequena indústria madeireira, um pequeno segmento produtor de móveis e de tecidos. Já o comércio atende somente as necessidades básicas da população, sendo considerado insuficiente para o tamanho da cidade, "*o comércio aqui atende somente as necessidades básicas da população, se quiser algo mais temos que ir para grandes centros* – P01".

O município de Presidente Castelo Branco tem sofrido mudanças na área agrícola nas últimas décadas, atualmente o crescimento do setor canavieiro tem influenciado mudanças sócio-econômicas no município.

4.3.1.2 Composição do mercado de trabalho

O setor que mais emprega no município é a agricultura e a maioria dos trabalhadores é composta por homens. Isso se deve ao fato de que boa parte do setor agrícola do município é composta pela produção de cana-de-açúcar, que emprega atividade braçal.

Um dos problemas, no mercado de trabalho está na participação da mulher nesse mercado. As mulheres que não têm condições para trabalhar em serviços pesados como o corte de cana, somente conseguem colocação em sub-empregos na cidade como os trabalhos domésticos de empregadas diaristas ou lavadeiras de roupas, porém, no mercado informal sem registro não tendo qualquer garantia trabalhista.

Uma alternativa para essas mulheres poderia ser a capacitação para a indústria de confecções, com mencionada por um dos entrevistados, "*Floraí é um exemplo onde a geração de emprego na indústria de confecções absorve parte das mulheres disponíveis para trabalhar* – P01".

Os jovens também necessitam de atenção, uma vez que muito potencial é perdido no município, pois o jovem quando sai do ensino médio e não consegue prosseguir com os estudos no ensino superior, muitas vezes por falta de opção, se obriga a desempenhar serviços pesados como o corte de cana e esse potencial não é adequadamente aproveitado.

Quanto às pessoas de meia idade, essa tem sido uma preocupação, pois na incapacidade de gestão da propriedade, eles arrendam as terras para soja e milho ou para a produção de cana. Isso faz com que esse produtor venha para a cidade trazendo consigo o "caseiro ou percenteiro", "*Este trabalhador rural vai para a cidade sem uma perspectiva de renda, e chegam despreparados e sofrem impactos de morar na cidade onde os custos são mais elevados* – P01".

Um dos entrevistados afirma que os setores estratégicos dos municípios próximos têm recebido atenção especial na promoção do empreendedorismo, enquanto que no município de Presidente Castelo Branco isso não é percebido,

> Em Mandaguaçu, por exemplo, na região industrial, cinco anos atrás não tinha nada, hoje como todas aquelas empresas, imagina quantos empregos estão sendo gerados ali??? Nós ficamos sabendo que em São Jorge do Ivaí tem uma empresa dessas de avicultura que vai inserir em São Jorge várias granjas de galinha poedeira, isso vai gerar emprego a revelia lá, vai ser uma cidade de São Jorge entrando dentro da cidade de São Jorge, e por que Castelo Branco não tem a iniciativa de atrair esses investimentos? Sei lá, acho que falta muito empenho da prefeitura – P02.

Parece haver uma prioridade para ações políticas de reforço à usina de álcool e açúcar, na contramão da necessidade de incentivo a pequenos negócios, como se observa em um dos depoimentos:

> ...mas parece que,,,, a gente ouve dizer na rua que a Usina pede para a prefeitura para colaborar com ela para não trazer novas empresas pra cá, para não gerar emprego para ter disponibilidade de gente pra trabalhar na usina – P02.

Por outro lado, a localização do município é vista como um ponto positivo, considerando que a rodovia BR 376 por onde passam aproximadamente oito mil carros por dia, no entanto não é explorada atualmente.

Como observado, o setor canavieiro tem absorvido boa parte da mão-de-obra do município, principalmente homens, mulheres e jovens com capacidade física para o trabalho braçal. Apontam-se a necessidade de projetos para capacitação de mulheres e os jovens, uma vez que esses jovens quando não conseguem gerar renda na cidade tem se sujeitado ao corte de cana. Para as pessoas de meia idade, existe uma preocupação, pois estas pessoas não têm conseguido administrar suas pequenas propriedades e tem vindo para cidade, onde não tem conseguido gerar renda além de deixar o caseiro muitas vezes sem opção de trabalho.

O município apresenta necessidades no setor de indústrias de pequeno porte, os municípios próximos são vistos como exemplo de incentivo às pequenas empresas, até mesmo sugerem-se que uma grande empresa da cidade influencia na tomada de decisões nesse setor.

4.3.2 Sobre o empreendedorismo

Para descrever o empreendedorismo, um dos entrevistados procura descrever sua experiência, Schumpeter (1949) afirma que o empreendedorismo está associado à inovação e ao aproveitamento de oportunidade, podendo assim, mudar a ordem estabelecida pelo mercado:

> Empreendedorismo, eu acho que é o que eu tenho feito, e me acho empreendedor, apesar de ser suspeito eu falar de mim mesmo. Mas a gente tá aqui dentro do comércio, começamos pequenos, sempre buscando agregar novos serviços dentro da loja pra tentar atrair o pessoal e...aqui na cidade a automação do mercado é inédito porém, não é inédito no país, nas grandes cidades, já tem, isso é ser empreendedor, é você estar trazendo coisas novas pra cidade você vai mostrar para os seus clientes, para sua terra que você ta se sobressaindo que você tá procurando desenvolver – P02.

Outro entrevistado procura conceituar o empreendedorismo a partir da explicação da visão de longo prazo,

> Enfim, só é empreendedor aquela pessoa que vê longe. Quem não conseguir enxergar dentro de 10 anos e fazer as coisas acontecerem tácomplicado, o nosso mal é querer investir hoje e colher amanhã. Essa condição de empreendedorismo é importante a pessoa pensar em longo prazo e sempre com metas – P01.

Esta visão de empreendedorismo confirma a afirmação de Hisrich (2004) que aponta o empreendedorismo como um processo de criação de algo novo com valor de mercado, dedicando-se tempo e esforço necessário.

O empreendedorismo é visto como uma forma de melhoria do ambiente por meio da implantação de novas tecnologias. Outra visão do empreendedorismo, diz respeito à necessidade crescente de geração de renda a partir do auto-emprego, para isso menciona-se a obrigação de constante capacitação em conteúdos relacionados ao empreendedorismo.

4.3.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local

Entre as variáveis que dificultam a promoção do empreendedorismo na cidade, citam-se os interesses políticos. Nos demais setores existe a necessidade de capacitação para os empresários, no segmento de confecções necessita de oportunidades de aplicarem seus conhecimentos já adquiridos em outras cidades, na visão de outro entrevistado:

> Aqui em Castelo nem precisa tanto de capacitação, aqui já tem muita gente que sabe e que trabalham em outras cidades, em serviços de confecções – P02.

Além disso, em alguns casos, as mulheres conseguem maiores ganhos em serviços mais pesados, que é o caso do corte de cana:

> A gente vê justamente, a mulher, ela poderia conseguir um emprego em cidades próximas nas indústrias de confecção, mas ganham aí na faixa de R$ 400,00 ou R$ 500,00 e não preferem esse ganho, preferem ir para o corte de cana ganhando R$ 700,00 do que se submeter a um serviço mais leve mais qualificado, então, a gente não tá conseguindo mexer ainda com a cabeça dessas pessoas – P01.

Ainda, foram ressaltados problemas associados à falta de relacionamento com instituições importantes para a promoção do empreendedorismo, como o SEBRAE, AMUSEP e Universidades. Um dos importantes projetos que promoviam articulações municipais para desenvolvimentos de cursos no município foi o PROAMUSEP. Atualmente o grupo de lideranças que compunha esse grupo não tem se reunido mais e os projetos gerenciados por esse grupo pararam.

Apesar de entender que a EMATER é uma importante instituição promotora do desenvolvimento do empreendedorismo rural na cidade, um dos entrevistados expressa sua insatisfação com o responsável pelo escritório dessa instituição na cidade.

Existe a necessidade de uma maior parceria com instituições regionais com o SEBRAE, EMATER e Universidades. Serviços braçais como o corte de cana ainda é uma alternativa interessante até mesmo para mulheres que suportam esta atividade.

4.3.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo

Algumas iniciativas ocorrem no município por incentivo da prefeitura, ou da associação comercial, outras acontecem em parceria com agentes externos regionais. No

município combinam-se a participação da secretaria de indústria e comércio e da associação comercial. "*Resumindo, é a secretaria de indústria e comércio o órgão que promove o empreendedorismo aqui*. – P01". No entanto, para um dos entrevistados: "*Não conheço nenhum projeto que promova o empreendedorismo aqui no município por iniciativa da secretaria!* – P02".

Davidsson (2005) afirma que para o desenvolvimento e renovação de toda a sociedade, economia ou organizações requerem atores no micro nível que tenham iniciativa, persistência e interação para que as mudanças aconteçam. Além das iniciativas internas a associação comercial de Presidente Castelo Branco pretende celebrar parcerias com outras associações,

> Nós estamos fazendo parceria com a Associação Comercial de Maringá, imaginamos que vai proporcionar pra gente todo o suporte de consulta, tudo que é tipo de consulta disponível, pois é uma associação que funciona bem e a gente vai procurar implantar os serviços deles e procurar melhorar nossa atuação aqui na cidade – P02

A EMATER se mostra um agente promotor do empreendedorismo rural no município, por meio de cursos e capacitações técnicas em setores de leite, gado de corte, produção cafeeira e outros setores do agronegócio. Em alguns cursos o SENAR – Serviço de aprendizagem rural também tem desenvolvido alguns cursos na área de culinária e de gestão da propriedade para os produtores rurais e suas esposas.

O SEBRAE é referido como um importante agente promotor do empreendedorismo externo, no entanto, tanto os entrevistados demonstraram a necessidade de estreitar o relacionamento com esta instituição que não estão presentes no município, mas que já estiveram disponibilizando consultores que treinaram empresários em programas de melhoria do ambiente empreendedor como é o caso do PROAMUSEP.

Quanto às parcerias com instituições de ensino superior, citou-se uma parceria da UEM – Universidade Estadual de Maringá para a elaboração do plano diretor e espera-se que esse plano diretor se preocupe com questões voltadas ao empreendedorismo. No entanto, um dos entrevistados alertou para a necessidade de melhorar a relação no que se refere a disponibilidade de estagiários, com as faculdades e universidades como a própria UEM, com o CESUMAR e UNINGÁ. Para o secretário,

> ...estas instituições poderiam estar disponibilizando estagiários e mesmo que os municípios remunerem através do CIEE, mas que

> ficassem meio fácil, onde o município tem dificuldade de enfermeiro, psicologia, nutrição, educação física, direito, se conseguíssemos remuneração, esse atendimento melhoraria consideravelmente, levando a coisa mais a sério - P01.

Outro entrevistado afirmou que quando se refere ao suporte financeiro, existe um Banco Social no município, que oferece pequenos créditos com juros mais baixos que no mercado, no entanto a burocracia do sistema do Banco Social é vista como excessiva e pode estar desestimulando a expansão desse crédito.

Considerando os agentes promotores do empreendedorismo identificados no município de Presidente Castelo Branco é possível perceber uma desarticulação entre estes agentes do município e regionais. Para Ennekers e Thurik (1999) essa articulação entre agentes garantiria as condições para o empreendedorismo nos níveis da firma e no nível macroeconômico, o que poderia melhorar a competitividade das empresas e o crescimento econômico.

4.3.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo

Os programas de promoção do empreendedorismo no município de Presidente Castelo Branco apresentam-se, na visão de um dos entrevistados, insuficientes de acordo com as necessidades de promoção do empreendedorismo do município. Outro entrevistado declara que os projetos implantados até o momento necessitam de maior organização no seu funcionamento e abrangência.

Entre os agentes promotores e executores dos programas de promoção do empreendedorismo, vários são de fora da cidade, como é o caso do Sebrae e da Associação Comercial de Maringá que, através dos seus conhecimentos adquiridos tem implantado alguns projetos nesse campo. No entanto, demonstrou-se preocupação pela falta de continuidade dessas parcerias principalmente pelo SEBRAE, "*os projetos como os do SEBRAE deveriam ter maior continuidade* – P01".

Quando o programa é articulado no município é comum que outras secretarias façam parte do planejamento, sendo que essas articulações acontecem em reuniões semanais ou extraordinárias, dependendo da necessidade. Todavia, para que essas políticas ou programas sejam definidos é considerada como base a impressão que o grupo tem da necessidade do município e não dados estatísticos. Para Julien (2005) esses dados estatísticos são importantes no papel de orientação do gestor público. Isso permite o início ou o reforço dos estudos dos

principais potenciais do município, podendo aumentar as chances de sobrevivência dos programas.

Não existe no município um sistema destinado à avaliação dos resultados gerados a partir da implantação de projetos ou programas voltados ao empreendedorismo. Existem, quando é feita a concessão, cláusulas que são negociadas previamente, basicamente descrevendo o compromisso de geração de emprego durante determinado período, *"na elaboração do contrato definimos cláusulas que obrigam a geração de emprego* [...] *isso não é acompanhado adequadamente* – P01". Para Bridge, O´Niell e Cromie (2003), centrar-se em objetivos, metas, estratégias de implantação e a adequada forma de medição dos resultados de programa de incentivo ao empreendedorismo deve ser uma tendência nos próximos anos, a exemplo de países europeus.

Como resultado dos projetos implantados nos últimos mandatos da atual equipe, cita-se o incentivo à ampliação de um estabelecimento no ramo de materiais de construção que ajudou o setor no município, além disso, uma das indústrias madeireiras foi ampliada e hoje emprega mais de 50 jovens. Também a ampliação da indústria de panos de prato que emprega 25 pessoas e a criação de cerca de sete outras empresas no comércio varejista da cidade.

Os projetos implantados até o momento no município necessitam de maior organização e acompanhamento, além disso, são vistos, pelos entrevistados, como insuficientes para a promoção do empreendedorismo. Em projetos com instituições regionais, o problema está na descontinuidade desses projetos.

4.3.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo

Apesar de um dos entrevistados considerar a associação comercial como um parceiro estratégico, quando questionado sobre a importância da prefeitura como agente promotor do empreendedorismo no município, um dos entrevistados se mostra não tão otimista quanto à parceria:

> Eu acho que o empresariado da cidade de Castelo Branco está abandonado. Não tem suporte, não tem o apoio da prefeitura quanto às compras públicas aqui no comércio e no que se refere a saudar suas dividas dentro do prazo determinado, dentro do prazo combinado. Quanto ao apoio que a associação comercial, eu sou o presidente da associação comercial, e tudo que a associação comercial procura desenvolver dentro da comunidade encontra barreira na prefeitura – P02.

A ação da prefeitura não é percebida:

> Olha rapaz...que eu saiba nem tem secretaria de indústria e comércio aqui...Se tem a gente desconhece o trabalho deles, porque nunca vimos nadas deles, então só posso atribuir nota zero, pelo fato de não conhecer nem saber se tem secretário da indústria e comércio...acho que não tem! – P02.

A falta de mão-de-obra especializada está associada ao desemprego na cidade, uma vez que essa falta de mão-de-obra especializada está dificultando a vinda de empresas de maior porte para o município:

> Vou te falar uma coisa, mas não tenho base...não tenho certeza...mas eu consigo ver que existe certa...parece que os caras pensam (gestores da prefeitura) tem certa rejeição em trazer novas empresas, pequenas empresas, mesmo por que a cidade não tem condições de suportar grandes empresas por que não tem mão-de-obra especializada – P02.

Os treinamentos são importantes no município, mas além dos treinamentos, como o que o SEBRAE oferece, é necessário um suporte maior financeiro,

> Existia muitos empresários que precisavam de financiamento aqui para decolar, e como só houve capacitação alguns "aterrissaram" ou até "caíram", não era o gerenciamento que faltava e sim condições de competitividade, era necessidade financeira também– P01.

O projeto EJA – Ensino de Jovens e Adultos, do governo municipal em parceria com o governo Estadual, ainda não consegue atingir um nível de capacitação desejável para incentivar novos empreendedores no município. Um dos entrevistados afirma que, quando este programa estiver funcionando adequadamente, o município estará promovendo a migração de jovens e adultos dos serviços braçais, mais pesados para o empreendedorismo.

O Banco Social, apesar de ser uma importante instituição financeira para pequenos empresários no município, ainda se apresenta com um sistema bastante burocrático que, em muitos casos, inviabiliza o acesso de recursos financeiros a baixo custo aos empresários que realmente precisam e tem potencial de crescimento. O financiamento a empresário é visto como uma importante forma de promover o crescimento das empresas no município.

O fato da existência de um pedágio entre Presidente Castelo Branco e Maringá, faz com que as visões se dividam entre o empresário que vê como um empecilho a vinda de novas empresas para o município, um dos secretários vê a qualidade das estradas entre os dois municípios como positivo ao escoamento da produção, além da arrecadação que o pedágio gera..

Os entrevistados não têm a mesma visão no que diz respeito às parcerias, assim como da necessidade de capacitação da mão-de-obra na cidade para facilitar a vinda de empresários. Westphal e Ziglio (1999) alertam para esta realidade brasileira, em que atores governamentais não têm uma racionalidade governamental intersetorial no município, além disso, Castanhar (2005) enfatiza também a pouca consciência do meio empresarial em relação a gestão pública.

4.3.3 Políticas públicas e programas para a promoção do empreendedorismo

Na visão de um dos entrevistados, é a partir da capacitação da mão-de-obra que se inicia o incentivo ao empreendedorismo, assim, no município:

a) Existe um programa que é denominado "escola do trabalho", espaço que proporciona aos alunos em alfabetização, um projeto em parceria do Estado do Paraná, e eles tem noções de empreendedorismo:

> O projeto escola do trabalho está sendo trabalhado com todas as secretarias e chamamos a associação comercial como parceira, a rádio comunitária. Outro projeto que está acontecendo entre secretaria é a escola de música, que tem como um dos objetivos tirar o jovem das ruas, assim como a escolinha de futebol [...]. Tanto na alfabetização como no ensino fundamental também são trabalhados conteúdos relacionados ao empreendedorismo – P01.

b) Em parceria com a EMATER a prefeitura tem incentivado através de capacitações a associação dos produtores de leite, além disso, existem incentivos em infra-estrutura e, paralelamente, promove-se capacitações como, por exemplo, produção orgânica, "... no *entanto, esta tem baixo crescimento devido à falta de cultura de consumo desse tipo de produto* – P01".

c) No que se refere ao suporte para abertura de empresa no município, disponibilizam-se, infra-estrutura como terrenos e barracões para os futuros empresários, além disso, serviços como terraplanagem, e suporte como a intermediação com a COPEL para instalação da rede de energia elétrica, intermediação com a empresa de telefonia, com a SAMAE – empresa de tratamento de água.

d) Outro projeto mencionado é a ocupação de espaços ociosos:

> Nós ocupamos os espaços que tinha sido deixado pela administração anterior, então a gente fez permissão de uso para alguns, e hoje nós

> estamos desapropriando uma outra área para poder ampliar o parque industrial – P01.

e) Em parceria com o SEBRAE foram feitas algumas capacitações, uma delas foi o programa Liderar[7]. Estiveram presentes integrantes da associação comercial, no entanto, a presença dos comerciantes deveria ser bem maior para melhorar ainda mais esse desempenho.

f) Na indústria de confecções procura-se incentivar o bordado. Entretanto, existe uma grande resistência de participação nesse projeto, e isso tem dificultado segundo um dos entrevistados, a formação de um setor industrial na área de confecções na cidade de Presidente Castelo Branco, a exemplo de cidades com Floraí ou Mandaguaçu que conseguiram formar essa Indústria.

A respeito de incentivos à exportação, não existe um programa municipal que tenha como objetivo promover a cultura exportadora para os empreendedores da cidade. Apesar dos entrevistados entenderem como importantes para a promoção do empreendedorismo à exportação, demonstram não ser prioridade nesse momento no município, é necessário primeiro desenvolver setores com potencial na economia local.

Programas e projetos voltados ao empreendedorismo como a capacitação e disponibilização de espaços existem no município. No entanto, como apresenta o GEM (2005) essas iniciativas ainda se mostram desarticuladas, sendo o órgão público o agente que pode mudar essa realidade.

[7] Este programa faz parte do portifólio de treinamento do Sebrae, tem como objetivo sensibilizar e desenvolver líderes conscientes para realizar ações que promovam o desenvolvimento de suas entidades e ou comunidades, focando suas ações em âmbito local e regional.

Município de Presidente Castelo Branco	
Perfil do município	**Dados do perfil do município** Principal setor da economia local é a agricultura com o cultivo de cana-de-açúcar, laranja e a soja e milho; Pequeno setor madeireiro e de tecidos; O comércio é pequeno e atende as necessidades básicas da população.
	Composição do mercado de trabalho: Predomínio da mão-de-obra masculina no setor canavieiro com o corte de cana; As mulheres têm dificuldade de geração de renda pela falta de setores como o de confecções; Os jovens têm necessidades de capacitação, com objetivo de melhoria da sua renda média através do empreendedorismo; As pessoas de meia idade têm saído das suas terras e aumentado a população que não consegue renda, não existem programas de empreendedorismo para esse público. Necessidades de incentivos no setor de indústrias de pequeno porte a exemplo de incentivo às pequenas empresas em municípios próximos; Serviços braçais como o corte de cana ainda é uma alternativa interessante até mesmo para mulheres que suportam esta atividade.
Empreendedorismo no município	**Sobre o empreendedorismo:** É uma forma de melhoria do ambiente por meio da implantação de novas tecnologias nos processos da empresa; Necessidade crescente de geração de renda a partir do auto-emprego, para isso aponta-se a obrigação de constante capacitação em conteúdos relacionados ao empreendedorismo.
	Compreensão do ambiente empreendedor local: Os interesses políticos podem estar dificultando a promoção do empreendedorismo no município; O setor de confecções precisa de incentivos, pessoas capacitadas já existem no município; Existe a necessidade de continuidade nas parcerias com instituições regionais como o SEBRAE, EMATER e Universidades; Resultados positivos com incentivos em empresas como exemplo a Indústria de pano de prato e a revendedora para materiais de construção.
	Agentes promotores do empreendedorismo: A associação comercial de Maringá tem parceria com a associação comercial local; Na promoção do empreendedorismo no meio rural aparecem a EMATER e o SENAR; Atualmente necessita-se de estreitamento das parcerias com o SEBRAE; No suporte financeiro o Banco Social é uma instituição presente no município.
	Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo: Necessidade de maior organização e acompanhamento dos programas e projetos implantados; Estes projetos são vistos como insuficientes para a promoção do empreendedorismo; Nas parcerias com instituições regionais, o problema está na descontinuidade dos projetos;

	Falta de dados estatísticos para tomar as decisões, assim como não existe no município um sistema de acompanhamento dos resultados dos programas implantados.
	Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo: Ausência de ações conjuntas em rede no município; Pouca mão-de-obra especializada; Falta de treinamentos, principalmente no meio rural onde se questiona a competência do responsável pela EMATER; Para o jovens e pessoas de meia idade o EJA - Ensino de Jovens e Adultos ainda não atende a necessidade desse público; Quanto à localização da cidade, com a implantação do pedágio pode dificultar a vinda de investimentos para o município.
Políticas públicas	**Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo:** Um dos projetos de destaque é a escola do trabalho em parceria com o governo Estadual; No meio rural em parceria com a EMATER procura-se incentivar o setor através de infra-estrutura e capacitação em diversas áreas. Para os empresários disponibilizam-se barracões e infra-estrutura básica para o funcionamento de novas empresas, assim como programas de capacitação; Existe um projeto de incentivo ao bordado, mas com dificuldades de funcionamento; A exportação não é uma prioridade dos projetos do município, existe a necessidade, inicialmente, de criação em profissionalização dos empresários da cidade.

Quadro 07: Síntese dos resultados do município de Presidente Castelo Branco

Existe nos municípios com maior variação do IDH-M a preocupação com o empreendedorismo no meio rural, isso se justifica pela predominância no PIB destes municípios do setor agrícola. No setor comercial existe pouca interação com a secretaria de indústria e comércio no que diz respeito a programas específicos ao comércio local.

Na indústria, com exceção do município de Presidente Castelo Branco, existiram investimentos no segmento de confecções, o que tem levado ao crescimento de pequenas e médias empresas de confecções nas mais variadas áreas, infantil, juvenil e adulto. Nos segmentos de confecções e no comércio é expressiva a participação das mulheres nos municípios de Munhoz de Mello e Colorado.

No tocante ao desemprego, de acordo com os entrevistados, existem baixas taxas, sendo que os municípios com maior número de programas voltados ao empreendedorismo, como é o caso de Munhoz, as taxas de desemprego percebidas são baixas. Em Presidente Castelo Branco e Colorado foram percebidas maiores taxas de desemprego, e postos de trabalho com menos exigência de qualificação de mão-de-obra, isso poderia ser explicado pelo segmento sucroalcoleiro existente na região.

Existem iniciativas de projetos municipais para a promoção do empreendedorismo, no entanto estes municípios necessitam em boa parte dos programas de parcerias de instituições regionais com as universidades e o SEBRAE, para aplicar os programas sugeridos. Os principais agentes internos são as secretarias de indústria e comércio e os escritórios da EMATER e Banco Social.

No entanto, essas parcerias nem sempre acontecem de forma satisfatória, por isso são lembradas como uma das dificuldades para formulação e aplicação dos programas voltados ao empreendedorismo. Outra dificuldade mencionada foi a falta de preocupação das pessoas com a qualificação da mão-de-obra. Além disso, foram apresentados problemas políticos e de indisponibilidade de recursos financeiros para o fomento de novas empresas e empresas já instaladas.

A formulação dos programas voltados a promoção do empreendedorismo em geral são feitas em parcerias com outras secretarias municipais, e no caso de Munhoz de Mello e Colorado existe, em alguns casos, a parceria com empresários e associação comercial. Quanto ao ambiente empreendedor evidencia-se em Munhoz de Mello o perfil associativista da população que diferencia dos demais municípios com maior variação do IDH-M, principalmente de Presidente Castelo Branco onde a relação entre associação comercial e secretaria de indústria e comércio não se mostrou harmoniosa.

Os programas e projetos de promoção ao empreendedorismo nestes municípios têm a intenção de atender as demandas dos principais setores da economia, seja na agricultura, indústria ou comércio, no entanto, esses programas e projetos não estão organizados para formação de uma política para a promoção do empreendedorismo. Percebe-se que a iniciativas são isoladas não tendo objetivos maiores de melhoria do ambiente empreendedor nos setores da economia municipal. Além disso, não existem sistemas de acompanhamento de resultados dos programas implantados nestes municípios.

A seguir apresentam-se os resultados das entrevistas nos municípios com menor variação do IDH-M, posteriormente é apresentada a análise geral das políticas públicas nesses municípios.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS MUNICÍPIOS COM MENOR VARIAÇÃO NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

5.1 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA

Astorga fez parte do projeto de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná. Teve sua organização inicial em 1945, com a organização de um loteamento em oito alqueires de terras, numa área sob jurisdição do município de Mandaguari, município próximo.

A Lei Estadual nº 02, de 10 de outubro de 1947, eleva o patrimônio à categoria de vila e cria o Distrito Administrativo de Astorga, com território pertencente ao município de Arapongas. Em 14 de novembro de 1951, a Lei Estadual nº 790, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto, criou o município de Astorga, com território desmembrado do município de Arapongas. A instalação deu-se a 14 de dezembro de 1952.

A composição do Produto Interno Bruto municipal por setor, está assim distribuída: Agropecuária com 22.48%, Indústria representa 25.98% e o setor de Serviços com 51.53% (AMUSEP, 2007). A população economicamente ativa é de 12293 habitantes de um total de 24.508 habitantes em 2006.

Os principais ramos do setor agrícola de Astorga são as Aves de Corte e a produção de soja. Já a Indústria predominante é a têxtil, de produtos alimentares e a indústria química. Sendo que a composição de empresas por setor está distribuída conforme tabela abaixo:

SETOR	Nº Total de Estabelecimentos no Município
Indústria	100
Comércio Varejista	261
Comércio Atacadista	7
Serviços	46

Tabela 09: Distribuição das Atividades Econômicas - Astorga . Fonte Amusep (2007)

5.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Astorga

Astorga teve uma variação no IDH-M nas duas últimas medições 1991 e 2000, 6,38%, ficando entre os três municípios com menor variação do índice na região da AMUSEP. Devido a grande mobilidade social da década de 70 o município perdeu parte da

sua população, o que tem gerado preocupações no que diz respeito às condições sócio-econômicas.

5.1.1 Setores da Economia e origem da renda

Em Astorga, na percepção dos entrevistados, o setor que tem maior destaque é o setor do agronegócio:

> setor rural (criação de frango, cana, soja, leite, gado de corte) esse é o principal setor, no empresarial a maior empresa é a usina de álcool onde estamos destinando muito tempo para aumento desse setor, frango – A01.

> A gente depende muito da agricultura, o agronegócio em Astorga responde por boa parcela do PIB. Nós temos a soja, o milho, o álcool, o frango, o gado, então, esses são setores que influenciam muito na economia [...] Então eu acredito que a economia se movimenta mais em torno do agronegócio – A02

No meio rural, existem muitos empresários vivendo de pequenas propriedades rurais, existem grandes empresas no setor como a cooperativa dos agricultores e uma usina de álcool que, inclusive exporta parte da produção.

Percebe-se no município, atualmente, oportunidade na indústria de confecções, que, segundo os entrevistados, é hoje o setor que mais gera emprego atuando em ramos como lavanderia, roupas femininas, fábricas de pijamas, meias, bonés. Há também uma grande empresa de cadernos, e também pequenas fábricas de móveis sob medida.

O comércio é diversificado em relação ao tamanho da cidade, mas ele ainda apresenta oportunidades. Na indústria de Astorga percebe-se a necessidade de maior investimento considerando que representa pouco no PIB municipal.

O município carece de infra-estrutura, como comenta um dos entrevistados:

> Mas nós temos setores a desejar aqui também, nós não temos um hotel decente aqui, apesar de não caber um hotel para turismo aqui, um hotel para atender pequenas demandas é necessário aqui, nós não temos um bom restaurante aqui, temos apenas pequenos restaurantes que atende uma demanda pequena, então, temos oportunidade de criar aqui na cidade ainda - A01.

Assim, para um dos entrevistados, há a necessidade de incentivar o turismo, especificamente pretende-se incentivar o eco turismo em distritos próximos a cidade, em

parcerias com faculdades e universidades que tenham interesse em aplicar seus conhecimentos nessa oportunidade. Outro setor que pode ser explorado é o turismo religioso "*...nos também temos oportunidades no turismo religioso, a igreja daqui tem um altar considerado igual ao altar de Aparecida do Norte* – A01"

Em Astorga, o agronegócio é visto como o principal setor, responsável por boa parte do PIB municipal. Este agronegócio é diversificado, sendo composto por pequenos e grandes produtores em setores como criação de frango, usina de álcool e açúcar, café, gado, soja e milho. Um dos setores que tem crescido nos últimos anos e gerando empregos no município é a indústria de confecções e a fábrica de caderno existente no município. O turismo é um setor a ser explorado ainda na cidade, pois não existe atualmente uma cultura que perceba o turismo como um setor da economia local.

5.1.1.1 Composição do mercado de trabalho

No que se refere à composição do mercado de trabalho, a participação das mulheres no mercado é significativa, como comenta: "*não sei te precisar, mas é notável que elas estejam participando do mercado de Astorga nas mais diferentes áreas* – A01".

O desemprego não se mostra um problema para a mão-de-obra menos qualificada na cidade, o problema está nos jovens recém formados na faculdade. Para um dos entrevistados, os jovens recém formados não querem se sujeitar aos serviços braçais e parecem não ter visão para iniciar um novo negócio.

Já os trabalhadores com idade mais avançada têm tido oportunidade na indústria de confecções, desde que se sujeitem em participar nos cursos disponibilizados na escola profissionalizante municipal ou em outros cursos oferecidos pelos parceiros do "Sistema S" que possa acontecer na cidade:

> ...aqui a disponibilidade de vagas para pessoas com qualificação para a indústria de confecção tem sobrando, agora para quem não quer se especializar realmente fica difícil se encaixar em qualquer mercado – A01

Quanto aos segmentos da economia local, enfatiza-se o tamanho do segmento de construtoras na cidade que tem atuação municipal, regional e até internacional, isso foi resultado de capacitações, treinamentos e outras atividades que trouxeram para esse ramo as iniciativas empreendedoras que mudaram a realidade:

> Atualmente nós temos construtoras de nível nacional, e indo a nível internacional, tem uma construtora que está indo para Angola, para a Venezuela, temos relacionamento com o governo do Estado e sabíamos que eles estavam levando empresários para fora e conseguimos colocar o empresário de Astorga – A01.

É percebida também a demanda por profissionais mais qualificados, no entanto quando se necessita de uma mão-de-obra mais qualificada, não é possível contratá-la dentro do município, demonstrando que as pessoas que estão trabalhando não se preocupam com a formação continuada:

> ...porque, na minha opinião, fala-se muito em desemprego, no entanto, existe vagas no mercado para mão de obra qualificada, então o que existe, falta de emprego ou falta de pessoas capacitadas para assumirem essas vagas? – A02.

A proximidade com Maringá não é um problema e sim uma oportunidade para os empresários de Astorga, "*Eu acredito muito em parceria, eu não vejo Maringá como um problema, eu vejo Maringá como um exemplo* – A02". Essa visão demonstra que, onde alguns vêem dificuldade outros enxergam oportunidade, isso pode ser associado à visão de Shane (2000), que descreve os aspectos idiossincráticos como determinantes na visão de oportunidade:

> ... eu sempre procurei descobrir o porque eu perdi a venda se foi por produto, atendimento, relacionamento com o cliente, então, isso fez com que eu começasse a mudar, e se eu quisesse vender mais o segredo estaria em mim, então, eu tenho que ser mais agressivo, ou acordar mais cedo, ou buscar condições melhores de compra, é oferecer um algo mais que o meu concorrente – A02.

Existe uma preocupação com a melhoria das condições sócio-econômicas da cidade, pois o município perdeu boa parte da sua população resultado da mobilidade social ocorrida no fim do ciclo do café na região. Na visão do empresário é preciso que as lideranças abram os olhos para realidade:

> vai acontecer que nossos filhos vão embora em busca de um sonho melhor, de condições melhores, e futuramente nós teremos uma cidade de velhos, uma cidade improdutiva, uma cidade que ela está fadada ao insucesso, ou se ficarmos dormindo aqui, ela vai ser um cidade dormitório de Maringá, então, será que é isso que nós queremos para nossa cidade? – A02.

Todos que querem montar um negócio pensam em montar um comércio, na visão dos entrevistados se necessita de maior número de indústrias.

Construtoras representam segmento estratégico. A proximidade com Maringá é vista como um benefício considerando a demanda existente nessa cidade, porém, existe maior abertura de comércios na cidade e menos investimentos em indústrias que aproveitem outras demandas fora do município.

5.1.2 Sobre o empreendedorismo

Uma das interpretações ao empreendedorismo está relacionada à mudança de comportamento a partir da capacitação e da iniciativa e da geração de mudanças:

> ...eu entendo que o estudo do empreendedorismo é procurar incutir na cabeça da pessoa que ela é capaz de ir além daquilo que ela tá fazendo, aí depois que você incutir o que é empreendedorismo o cara tende a fazer coisas que antigamente ele não fazia – A01.

Outra interpretação sobre o empreendedorismo enfatiza a iniciativa de buscar alternativas de melhorar sua condição e a condição do meio em que está inserido:

> Empreendedorismo é você ousar, e você buscar condições para que você desenvolva profissionalmente, seria uma regra de vida você sonhar e buscar realização dos seus sonhos, você dar condições para que as coisas se realizem na sua vida, e não somente sonhar, colocar no papel e nunca sair do papel, mas você buscar, você ter dedicação, você ter entusiasmo, você ter força de vontade para que os seus sonhos se realizem e sonhar coisas que sejam factíveis, não adianta você às vezes ter sonhos e você não realiza né? Então empreendedorismo é um conjunto de vários fatores que você vai desenvolvendo através do seu conhecimento pessoal. Não importa qual é o ponto de partida você pode começar do fundo do poço, mas se você tiver determinação, força de vontade, a capacitação, a condição ela vem, é abraçar todas as oportunidades da sua vida – A02.

O empreendedorismo é visto ainda como alternativa de melhoria da competitividade entre os municípios:

> Nós acreditamos que sem o empreendedorismo nós ficamos na mesmice e perdemos competitividade em relação a outras cidades, e pra gente adquirir uma qualidade de vida para os habitantes, para a cidade a gente tem que buscar investir, criar ou buscar novos empreendedores, porque, eu acredito assim,,,que você tem aptidão ás vezes de ser um

> empreendedor naturalmente, mas muitas pessoas não têm e a gente tem que dar condições para que isso seja desenvolvido, com intuito para que ele se torne empreendedor.

Percebe-se o empreendedorismo como uma forma de demonstrar às pessoas que podem fazer mais do que têm feito. Para isso a educação desde o ensino básico é muito importante, pois resultaria numa mudança social a partir dos valores do empreendedorismo.

5.1.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local

Entre as variáveis que influenciam o empreendedorismo foi citada a divergência política, sendo que cada grupo político quando está na administração municipal tem um foco e os projetos são descontinuados, prejudicando os resultados das políticas públicas e programas.

A vocação pela pequena propriedade rural é considerada uma variável positiva ao empreendedorismo nesse setor, "*aqui ao contrário dos demais lugares tem havido repartição de propriedade e migração para o meio rural, além disso, temos associações de pequenos produtores atuantes* – A01".

Atualmente funciona no município um sistema de parceria para capacitação, onde os empresários fornecem máquinas com parceria, para formação da sua própria mão-de-obra, esse projeto, em alguns casos, acontece dentro das fábricas.

A preocupação pela secretaria com o meio ambiente e a falta de conhecimento pelos empresários já estabelecidos ou pelos empresários iniciantes da legislação ambiental tem causado algumas dificuldades ao empreendedorismo:

> Nós exigimos um relatório de impacto antes do cara começar a trabalhar, se for o caso de uma empresa poluidora, atualmente mesmo estamos exigindo a análise de impacto ambiental para concessão de terreno para uma empresa de baterias que já tem um histórico de contaminação aqui no município – A01.

Há relação entre a secretaria de indústria e comércio e a associação comercial de Astorga, isso tem resultado em parcerias como cursos, palestras, a escola profissionalizante e um maior envolvimento dos empresários na elaboração das políticas públicas do município.

Um dos entrevistados acredita que o sistema assistencialista do governo Federal tem influenciado o comportamento da população, que não tem tido incentivo a buscar alternativa para geração de renda, seja como empregado ou como abertura de microempresas:

> Eu não sou adepto de um país assistencialista, onde se dá cesta básica, onde se dá remédio, onde se paga a luz, onde se paga o aluguel, [...] então o que nós precisamos conquistar para que nós tenhamos pessoas empreendedoras, pessoas capacitadas, pessoas com qualidade de vida, nós temos que ensinar a pescar e não dar o peixe, então nós temos que ter uma mudança de cultura, mudança radical de cultura, onde o cidadão seja digno de falar assim...eu sou cidadão, eu contribuo para o crescimento do meu município, eu contribuo para o crescimento do meu estado e com o crescimento do meu país – A02.

Ainda, nota-se a necessidade de novas lideranças no município, para o empresário, as lideranças estão envelhecendo:

> ... não importa o tamanho da cidade, mas importa o compromisso de crescimento que as lideranças têm, e uma das coisas que eu falo muito aqui em Astorga é que a gente começa a observar várias pessoas aí liderando a cidade e são pessoas já com certa idade avançada e servem de exemplo pra nós jovens, e que Astorga está perdendo a condição de criar novos líderes pra assumir, e quando eu falo líder eu não falo só na prefeitura, eu falo dentro da associação comercial, eu falo dentro da associação de bairro, dentro da igreja, dentro de clubes de serviços, nos clubes, sindicatos, enfim, todos os segmentos, por que nós precisamos de lideranças que busquem parcerias para que façam que o movimento cresça – A02.

Há a necessidade de uma diretriz municipal para evitar a descontinuidade de projetos por interesses políticos dos grupos que assumem a administração municipal, incluindo aí a questão ambiental que tem sido exigente na emissão de autorizações em indústrias poluentes.

O município tem vocação para a pequena propriedade, o que pode ser visto como um ponto positivo. Na indústria de confecções existe uma parceria, os empresários fornecem as máquinas e a prefeitura administra a escola de capacitação. Para a melhoria do meio empresarial espera-se o surgimento de novas lideranças.

5.1.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo

Os agentes promotores do empreendedorismo no município podem ser divididos entre os existentes no município e os que estão nas cidades próximas. Internamente são citadas a secretaria de indústria e comércio e a Associação comercial.

Como instituições externas destacam-se o SEBRAE, SENAR, SESIS, SENAC, e o SINE – Sistema Nacional de Emprego. Já as faculdades de Maringá não foram citadas como bons agentes nesse processo, assim como a faculdade existente no município de Astorga.

Pode estar aí uma oportunidade de melhoria do ambiente empresarial. O Banco do Brasil também foi lembrado com agente de suporte ao empreendedorismo municipal:

> ... nós solicitamos um auxílio para o CESUMAR e não obtivemos sucesso, pelo jeito a parceria morreu na casca, temos parceria com o Nobel na área jurídica e com a UEM as parcerias são em análise de água e solo – A01.

5.1.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo

Existe interação com as demais secretarias para a elaboração de políticas e programas voltados ao empreendedorismo. Além disso, é comum consultar a associação comercial na elaboração de projetos voltados ao meio empresarial. Quanto à avaliação de políticas públicas esta se mostra deficiente no município:

> Olha, tem um acompanhamento tímido, nós não temos equipe necessária para fazer esse acompanhamento, necessitaríamos de uma estrutura maior, no momento não temos disponibilidade financeira para isso - A01.

Porém, quando questionado de quantas empresas foram criadas na última gestão este, na sua percepção, considera também nesse calculo as empresas informais. Essas empresas informais podem estar relacionadas ao que o GEM (2005) destaca como empreendedorismo por necessidade, em que o empresário necessita empreender para gerar auto-emprego.

> Foram criadas umas 60 empresas, umas maiores outras menores, algumas já fecharam também, lavanderia, estamparia, acabamento, lixação, então tem bastante empresas informais que, de certa forma, foram incentivadas indiretamente – A01.

Apesar de não ter um sistema e nem variáveis para o acompanhamento dos projetos implantados, o secretário, pela sua percepção do mercado, precisou quantas empresas foramcriadas na sua gestão. Demonstra a necessidade de uma estrutura específica para o acompanhamento dos projetos implantados. Lastres e Lemos (2003) afirmam que um dos desafios presentes ao desenvolvimento das políticas públicas voltadas para pequenas empresas é a falta de estatísticas que captem a realidade dessas empresas.

5.1.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo

O setor de confecções, que é o setor que mais emprega na cidade é visto como um setor ainda desarticulado e por isso dificulta as iniciativas nesse setor. Apesar de muito citado, o SEBRAE oferece cursos e treinamentos considerados caros pelos entrevistados, o que inviabiliza muito desses encontros na cidade, uma alternativa utilizada é o convite a professores da cidade para atuarem nesses cursos.

A burocracia brasileira para a abertura de uma empresa é citada como uma grande dificuldade no município:

> Outra dificuldade aqui é, na verdade, a dificuldade brasileira da burocracia, isso infelizmente é uma realidade do Brasil e não podemos fugir muito – A01.

Embora em gestões anteriores não houvesse bom relacionamento entre prefeitura e associação comercial, atualmente essa relação é vista como boa. A descontinuidade de projetos que incentive a exportação também é considerada uma dificuldade, uma vez que mensurar as empresas que exportam em Astorga, apesar de visualizar o potencial da produção para a exportação:

> Acredito eu que os cursos para exportação não virou nada. Não sei de nada de exportação, apesar de ter produto fabricado em Astorga que é exportado, mas não por empresa de Astorga, é o caso de Jeans que é exportado por empresas de São Paulo para vários países do mundo - A01.

No comércio, a pouca visão de futuro dos empresários também pode se considerar como dificuldade para se empreender novas oportunidades no município. Para o empresário entrevistado, os empresários de Astorga gastam mais energia em reclamar do mercado de Maringá do que tentar aprender com esse mercado e fazer melhor aos seus clientes. É destacado ainda o pouco profissionalismo na gestão dos negócios relacionados ao comércio na cidade. Na visão do empresário não basta o Sebrae ir ao estabelecimento comercial e dizer o que tem que mudar, o empresário tem que ter a capacidade de mudar o que é necessário e isso necessita de formação para que aconteça.

O setor de confecções, que gera boa parte dos empregos, é percebido como desarticulado, o que tem trazido dificuldades. Uma dessas dificuldades está no fato dos empresários em vários setores terem que formar uma mão-de-obra especializada, pela

indisponibilidade desta. No comércio existe pouca visão de futuro, o que diminui a intenção de investimentos nesse setor.

Para um dos entrevistados essa falta de sincronismo entre a associação comercial e a prefeitura trouxe atraso para o incentivo ao empreendedorismo na cidade, outro ponto apresentado é a descontinuidade de projetos como incentivo à exportação, por exemplo. Estes projetos muitas vezes acontecem em parceria com o SEBRAE, no entanto alguns cursos ainda são caros de acordo com a média de renda da cidade.

5.1.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo

Em Astorga existem projetos em todos os setores da economia local:

a) Nos três distritos de Astorga (Içara, Santa Zélia e Tupinambá), foram adquiridos tratores e máquinas e cedido em comodatos aos produtores. Isso fez com que melhorasse o desempenho da agricultura desses distritos, além de promover a interação entre os agricultores.

b) Além disso, foram incentivadas pequenas associações para construção de poços artesianos, isso resultou na formação de lideranças locais e melhorou a dinâmica e ajudou o desenvolvimento geral desses agricultores:

> Através do projeto Banco da Terra, nós implantamos dois grupos de produtores pequenos, fizemos pequenos assentamentos de cerca de 20 famílias, e continuamos dando curso e palestras para esse pessoal – A01.

c) Em parceria com o SENAR e SEBRAE implantou-se duas turmas do curso voltado à gestão da pequena propriedade rural que foi o Empreendedor Rural. Segundo os entrevistados esse curso trouxe melhoria na visão das oportunidades para agroindústria familiar.

d) No setor empresarial existe um projeto de uma escola profissionalizante em parceria com os empresários da associação comercial e com o SINE. Como suporte às empresas iniciantes, a prefeitura cede terrenos e barracões para os empresários trabalharem e, em alguns casos, instalações. O prazo máximo para ocupação é de seis meses, mas é possível a prorrogação por mais seis meses. O município tem lei específica para regulamentar essa concessão.

e) Outra política instituída pela prefeitura consiste no apoio aos empresários para participação em feiras internacionais: *"...teve empresário aqui que já visitou a*

Alemanha, Itália, foram ver novos horizontes e novas tecnologias, não eram empresários ricos e nem grande,s eram empresário pequenos – A01".

f) Um dos programas que promoveu a integração entre empresários de vários setores foi o fórum de desenvolvimento do programa PROAMUSEP, no qual participaram vereadores, vice-prefeitos, empresários.

g) No setor agronegócio um dos projetos foi o incentivo à criação de frango resultando na criação de um médio abatedouro, "*...e a criação do setor de frango vem crescendo* – A01".

h) Cursos para empresários e empregados já existem desde 2000 na associação comercial, mas tem se intensificado nas duas últimas gestões. Atualmente estes cursos são mais voltados para formação de currículo mínimo, e a associação fica mais com cursos profissionalizantes.

> Atualmente estamos focando em setores estratégicos da economia, no setor empresarial, trabalhamos com o setor de confecções, onde mantemos uma escola permanente de costura – A01.

Um dos entrevistados fez menção à participação no programa Pedagogia Empreendedora[8]:

> Falando em nível educacional, a uns três anos atrás, a prefeitura em parceria com a secretaria da educação e Sebrae começou um projeto chamado Pedagogia Empreendedora, eu participei, veio um pessoal de Minas Gerais dar a capacitação, nós conversamos com cerca de 50 professores na época e conversamos com várias turmas. Eu devo ter falado com uns 400 alunos nas escolas aqui do município – A02.

Com objetivo de melhorar a visão empresarial tem-se intensificado encontros, palestras, seminários focados em áreas deficientes do empresariado. Outro projeto que merece destaque é o Empreender em que foi conhecido em um encontro que representantes da associação comercial participaram:

> No final do ano passado, houve o encontro de associações comerciais do Paraná em Foz do Iguaçu, e lá nós conhecemos o projeto Empreender, esse projeto é uma parceria entre a FACIAP e o Sebrae e

[8] A Pedagogia Empreendedora é uma metodologia de ensino de empreendedorismo para a Educação Básica: educação infantil até o ensino médio, vinculado ao desenvolvimento local, sustentável por isto tem como alvo não só o indivíduo na comunidade. Este programa procura estimular a capacidade de escolha do aluno sem influenciar as suas decisões, preparando-o para as suas próprias opções, tratando o empreendedorismo como uma forma de ser e não somente de fazer, transportando o conceito que nasceu na empresa para todas as áreas da atividade humana.

> associações municipais onde são formados núcleos setoriais e vem um consultor que faz com que esses grupos interajam e somem para ter força e participar desse mercado competitivo. Nós temos já formados dois núcleos setoriais, um é o da agroindústria, composto por 27 pequenas empresas informais, e nós estamos procurando dar condições deles que entrem na formalidade e na Indústria de confecção, de marca própria e facção, hoje nós temos 35 Indústrias participando desse núcleo setorial, inclusive foi desse grupo que surgiu a necessidade de criação de um centro de capacitação para mão-de-obra especializada tanto da costura com em outros segmentos - A02.

Apesar de diversificado os programas voltados à promoção do empreendedorismo, em Astorga assim como em outros municípios, percebe-se a descontinuidade de projetos como é o caso da Pedagogia empreendedora. Para Julien (2005) o papel estimulador do setor público aumenta as capacidades de aprendizagem coletiva, dessa forma a importância da continuidade dos programas implantados no município.

Município Astorga	
Perfil do município	**Dados do perfil do município** O agronegócio é visto como o principal setor, responsável por boa parte do PIB municipal, é diversificado, sendo composto por pequenos e grandes produtores em setores como criação de frango, usina de álcool e açúcar, café, gado, soja e milho; Crescimento, nos últimos anos, da Indústria de confecções e a fábrica de caderno existente no município.;
	Composição do mercado de trabalho: Participação das mulheres no mercado de trabalho nos mais variados setores; Apontam-se poucos empregos para jovens qualificados e recém formados; Os trabalhadores de meia idade têm oportunidades na indústria de confecções; Destaque para o setor de construtoras no município; Ausência, no município, de profissionais com perfil de liderança com especialização; A proximidade com Maringá é vista como um benefício considerando a demanda existente nessa cidade; Tendência de abertura de empresas no setor comercial e pouca tendência no setor industrial; Redução na década de 1970 da população e percepção de envelhecimento das lideranças empresariais.
Empreendedorismo no município	**Sobre o empreendedorismo:** É visto como uma forma de demonstrar às pessoas que elas podem fazer mais do que tem feito; A educação desde o ensino básico é percebida como caminho para multiplicação do empreendedorismo, o que resultaria numa mudança social a partir dos valores do empreendedorismo. O município já participou de programas como a pedagogia empreendedora.
	Compreensão do ambiente empreendedor local: Descontinuidade de projetos por interesses políticos, questão ambiental que tem sido exigente na emissão de autorizações em indústrias poluentes. O município tem uma vocação para a pequena propriedade, o que pode ser visto como um ponto positivo; Na indústria de confecções existe uma parceria onde os empresários fornecem as máquinas e a prefeitura administra a escola de capacitação. Existe parceria entre associação comercial e secretaria de indústria e comércio; Necessidade de estímulo ao surgimento de novas lideranças, para melhoria do desempenho do setor empresarial.
	Agentes promotores do empreendedorismo: Os agentes citados foram a secretaria da indústria e comércio e o SINE, assim como o SEBRAE, SENAR, SESC, SENAI; As faculdades, inclusive a existente no município foram citadas como instituições que não tem conseguido auxiliar o município na promoção do empreendedorismo; No suporte financeiro o Banco do Brasil foi citado com importante agente.
	Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo:

	Os programas são apresentados às demais secretarias e estas apóiam de acordo com sua possibilidade; A associação comercial participa da formulação das políticas públicas; Necessidade de um sistema de definição de variáveis para o acompanhamento dos projetos implantados; Ausência de uma estrutura específica para o acompanhamento dos projetos implantados.
	Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo: O setor de confecções é considerado desarticulado; Os empresários em vários setores teremque formar uma mão-de-obra especializada, pela indisponibilidade desta; Descontinuidade de projetos como incentivo a exportação, por exemplo; O Sebrae disponibiliza alguns cursos que ainda são caros, de acordo com a média de renda da cidade.
Políticas públicas	**Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo:** Na área agrícola a prefeitura vem incentivando as associações de agricultores, disponibilizando máquinas e equipamentos para o auxílio na produção, além de cursos em várias áreas em parceria com SEBRAE, EMATER E SENAR;. Para os empresários disponibiliza-se terrenos, barracões e subsídios de aluguéis, além da escola profissionalizante mantida pela prefeitura; Procura-se promover a interação entre os empresários por meio de projetos como o PROAMUSEP, participação em comitivas oficiais e cursos e palestras na sede da associação comercial;

Quadro 08: Síntese dos resultados do município de Astorga

5.2 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE FLORESTA

Assim como vários municípios que compõem a região da AMUSEP, Floresta fez parte do projeto de colonização da Companhia de Terras Melhoramentos Norte do Paraná, atual Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A formação se deu pela expansão cafeeira com a migração de famílias do estado de São Paulo, Norte velho do Paraná (região de Jacarezinho), Santa Catarina e Minas Gerais.

Por iniciativa de colonizadores japoneses, instala-se em 1951 o primeiro empreendimento da futura cidade de Floresta, uma serraria com capital proveniente de uma processadora de arroz existente em Maringá na época. Atualmente predominam a mecanização agrícola com produção de soja, milho e trigo.

No que se refere aos dados econômicos, o município de Floresta apresenta em sua composição do Produto Interno Bruto a seguinte distribuição por setor: Agropecuária: 31.44%, Indústria: 2.73% e Serviços: 65.83%. Sendo os principais produtos no município a monocultura de Soja e Milho.

Desta forma, a distribuição dos estabelecimentos por setor compõe-se conforme Tabela 10:

SETOR	Nº Total de Estabelecimentos no Município
Indústria	15
Comércio Varejista	50
Comércio Atacadista	3

Tabela 10: Distribuição das Atividades Econômicas - Floresta.
Fonte: Amusep (2007)

5.2.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Floresta

A seguir, apresentam-se os dados do município de Floresta, focando o perfil do município, a questões relacionadas ao empreendedorismo e as políticas públicas. Ao final dessa sessão apresenta-se a síntese do material extraído das entrevistas.

5.2.1.1 Dados do perfil do município

No município de Floresta percebe-se a Agricultura como fundamental setor da economia, especialmente monocultura de soja e milho *"...Principalmente agricultura, a*

agricultura é o que na verdade prevalece na formação do PIB municipal, acaba sendo o setor mais importante – F01.”. Essa formação do setor agrícola de Floresta teve influência do êxodo rural das décadas de 70 e 80.

Além disso, a indústria de confecções e o comércio foram enfatizados, apesar do comércio, na visão dos entrevistados atender somente as necessidades básicas “*...o comércio aqui só atende as necessidades básicas* – F01”. No comércio, assim como na indústria, a pouca inovação envolvida nas atividades ilustra o que Bruyat e Julien (2000) classificam como reprodução empresarial, que compõe a heterogeneidade do fenômeno do campo do empreendedorismo. A reprodução empresarial se caracteriza como uma situação onde o negócio envolve uma baixa criação de valor, sendo usualmente pouco inovador, e pouco inclinado a mudanças individuais.

Os entrevistados não vêem o turismo no município como um segmento representativo, pelo menos no curto prazo, mas, a partir do desenvolvimento de projetos na área por iniciativa municipal e com parceria de instituições especializadas, no longo prazo, poderão se desenvolver em Floresta.

Salientando-se a origem da renda, nota-se uma concentração no setor agrícola. Esta concentração pode estar enfraquecendo o comércio e dificultando seu desenvolvimento:

> Notamos a cidade muito centralizada na questão agrícola, a renda forte mesmo está na agricultura, então o comércio tem um padrão pequeno, diminuindo assim nossa força para negociar como por exemplo, para contratar um técnico capacitado para qualificar as pessoas aqui de Floresta, partindo do comércio a realidade ainda não permite isso - F03.

> Eu acredito que a agricultura concentra riqueza, e os salários enfim... é baixo, existe dinheiro no município no que se refere a iniciativa privada, mas o pessoal não quer investir fora da área agrícola se o cara tem 100 alqueires de terra ele tem um resultado econômico bom ele vai comprar mais terra no Mato Grosso, se ele fosse diversificar as atividades e empreender, a geração de emprego e renda seria bem maior – F01.

A visão do problema de concentração de renda no setor agrícola pode vir a mudar à medida que programas municipais de incentivos de permanência no meio agrícola obtenham resultados esperados. Para um dos entrevistados, a questão do pequeno agricultor, com áreas pequenas de cerca de 10 alqueires a 20 alqueires e que tenham dois, três ou quatro filhos, tem incrementado a renda com o trabalho dos filhos na cidade, ou seja, uma diversificação da origem da renda entre o meio rural e urbano “*nós temos aqui uma situação onde o marido e a*

mulher trabalham na propriedade agrícola e os filhos têm empregos na cidade, isso complementa a renda familiar – F02".

O principal setor da economia de Floresta é a monocultura de soja e milho, tendo esse setor sido influenciado pelo êxodo rural dos anos 70 e 80. Existe ainda uma pequena indústria de confecções e o comércio local.

Pelos depoimentos obtidos, nota-se que não há investimentos no município e que a renda obtida é reinvestida em outros Estados, onde a terra é mais barata. Conforme já citado a concentração da riqueza na cidade é considerado um entrave ao investimento, "*Um agricultor compra uma colheitadeira por 600 mil reais, caso ele aplicasse esse dinheiro em barracões de frango ele estaria contribuindo muito mais com o município* - F01".

5.2.1.2 Composição do mercado de trabalho

A participação das mulheres no mercado de trabalho é representativa, tanto nas atividades operacionais, na indústria de confecções ou no comércio, como em postos de liderança nas empresas e na associação comercial: "*No comércio de Floresta existe grande número de mulheres que são responsáveis pela gestão dessas pequenas empresas, elas que são as empreendedoras* – F03".

Quanto ao desemprego, o município adota como política o transporte gratuito para os desempregados procurarem emprego em outros municípios (geralmente na cidade de Maringá):

> Isso acaba incentivando as pessoas a trabalharem em outras cidades, por que tem muito ramo de atividade que a pessoa não encontra aqui, desde empregada doméstica o mercado aqui é limitado – F01.

Os jovens têm dificuldades de se encaixarem no mercado de trabalho mais qualificado, mesmo porque esse mercado é pequeno em Floresta, principalmente os recém formados que querem trabalhar em sua área de formação.

Segundo um dos entrevistados, a faixa etária depois dos 40 anos não tem enfrentado dificuldades de colocação no mercado de trabalho - "*É que ta mais fácil pra esse pessoal de 40, 45 hoje aqui na cidade ele consegue um emprego do que o pessoal mais jovem* – F01". No entanto, para pessoal com idade avançada com 40 a 55 anos, não existem programas de incentivo e capacitação empreendedora, "*Um convênio mais específico voltado ao*

empreendedorismo é com o SEBRAE, SESI ou SENAI para este público com essa faixa etária (40 a 55 anos) nos não temos – F01".

Uma das desvantagens do mercado da cidade de Floresta está no apelo comercial somado ao profissionalismo do comércio da cidade de Maringá (um grande centro comercial próximo) que está bem à frente do comércio de Floresta: *"estamos muito perto de Maringá, e o comércio lá é bem profissional* – F01".

> *A tendência aqui do município é igual a dos países mais desenvolvidos, o Brasil ainda tá com cerca de 18% da população na área rural, no Estados Unidos me parece que tem apenas 3%, apesar do conceito de o que é Rural e o que é Urbano no Brasil ainda existem discordâncias, um exemplo é Floresta que parece mais um condomínio de agricultores, todos têm suas estruturas na cidade (máquinas e Equipamentos), assim, nem sei se Floresta pode se considerar urbano como as estatísticas mostram....Tem muita gente que saiu da área rural e volta e tem muita gente que nem era do meio urbano e vai para área agrícola, até mesmo com turismo rural* – F01.

No agronegócio a melhoria da renda através da geração de emprego poderia ser bem melhor, uma vez que existe apenas um barracão de frango tendo espaço e demanda para muitos outros.

Na percepção dos entrevistados, programas que incentivem a exportação são importantes, porém, para que esses programas venham a ser implantados, uma das atitudes seria a maior interação de entidades como a associação comercial e a secretaria de indústria e comércio com instituições com SEBRAE, SENAR, SENAC ou SESI localizadas em Maringá ou em outras cidades. Essa deficiência em parcerias pode estar relacionada a desarticulação empresarial:

> Mas também essa pouca parceria é culpa nossa....O que estamos indo fazer para buscar essas parcerias? Se não parte da gente como vamos cobrar resultados? então acho que é meio culpa nossa, por essa cultura do individualismo que ainda existe e que deve ser combatida reunindo os comerciantes, os agricultores e lideranças políticas e vamos trabalhar um projeto maior- F03

Observa-se assim que a situação deste município apresenta alguns problemas relacionados ao nível macroeconômico, que segundo Wennekers e Thurik (1999) tem grande importância que instituições de suporte promovam o empreendedorismo e estrutura empresarial que leve à variedade e competitividade.

5.2.2 Sobre o empreendedorismo

Sobre o empreendedorismo, cada entrevistado procurou responder a questão, ora utilizando o que aprendeu na sala de aula ou no dia-a-dia, ora utilizando exemplos. Para um dos entrevistados, empreendedorismo é aplicar conhecimento para melhorar a realidade, é ter vontade de mudar a realidade:

> Depois trabalhei na iniciativa privada, passei por empregos aí, inclusive empregos em Maringá, me tornei contador atuei profissionalmente, aí consegui então ir acumulando algumas coisinhas, aí me surgiu a idéia do porque vou continuar empregado se posso aplicar meus conhecimentos lá na minha cidade no comércio e também dar uma mão para as pessoas né? Então eu vejo isso, com um pouquinho de vontade de fazer as coisas um pouquinho diferente, a gente já começa a gerar empregos na cidade, coisa que, se eu não tivesse arregaçado as mangas talvez estivesse ainda dependendo de alguém para sobreviver, então eu não sei se isso traduz o empreendedorismo, mas eu estou buscando dar um exemplo – F03.

Na visão de Gifford (1998), isso significa a alocação de recursos empresariais como esforço para descobrir novas oportunidades de retorno financeiro, podendo assim "aquecer" determinado setor do mercado. "*É a situação onde o cidadão possa estar se capacitando, que ele tenha um planejamento antes de estar arriscando* – F02" Essa visão confirma a abordagem de Hisrich, (2004) que afirma que empreendedorismo é muito mais que apenas o aumento de produção e renda *per capita;* envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade.

Para outro entrevistado, o empreendedorismo está relacionado ao aumento de visão de negócio, seja pela alfabetização ou pela qualificação, uma vez que as exigências do mercado serão maiores no futuro:

> ... acreditamos que com a alfabetização também vem a consciência da necessidade de qualificação profissional para poder acessar o mercado ou diversos mercados de trabalho, ou seja, a pessoa pensar em ser um empregador e não procurar emprego, eu acho que para o futuro o interessante vai ser isso....o pessoal vai ter que ser empreendedor até por força da circunstância onde na medida que não exista emprego ele mesmo vai ter que gerar seu próprio negócio. A tendência do mundo é essa né?[...] a escola só nos preparou para sermos empregados – F03.

5.2.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local

Entre as variáveis que influenciam o empreendedorismo no município podem-se selecionar algumas que têm importância, como a pouca participação dos comerciantes nas decisões do comércio e na interação com o poder público, ou então, a importância que se dão em participação entre o público e o privado que não existe no município, mesmo na capacitação dos indivíduos ou de um setor específico. Wennekers e Thurik (1999) destacam que comunidades que promoveram em nível individual assim como os macros ambientes o empreendedorismo, se destacaram no cenário econômico local e mundial.

Existem potenciais no município que não estão sendo aproveitados:

> ...aproveitar os profissionais que estão em Floresta, que não são poucos,,,,tem muita gente trabalhando em Maringá, dando aula em faculdades e fora, como no Rio Grande do Sul, onde a gente tem pessoal que vão lá em eventos dar palestras e são os melhores, no entanto, aqui na sua terra eles não são valorizados- F03.

Os projetos de concessão de barracões parecem ser ferramentas que trazem resultados, mas existem preocupações de como essas concessões acontecem, pois quando os contratos não são bem elaborados a tendência é que as empresas somente permanecem quando ganham alguma coisa, e isso nem sempre é benéfico para a criação de ambiente empreendedor na cidade. No entanto, este é um projeto que melhora a agregação de valor no município.

Essa necessidade de agregação de valor passa pelo paradigma tecnológico que segundo (FERES; KEINERT, 2001) vem adquirindo um caráter estratégico para a inserção de economias nessas novas dinâmicas do mercado globalizado. Dessa forma, essas mudanças trazem novos parâmetros para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional e integração nacional.

A definição de leis municipais claras para pequenas e médias empresas, aliado à participação da sociedade em questões públicas contribuiria para a melhoria do processo. Julien (2005) afirma que o setor público tem que se preocupar em facilitar o processo empreendedor diminuindo algumas barreiras inúteis para a promoção do empreendedorismo, como é o caso dos impostos municipais que, em alguns casos, não surte efeito algum. Atividades relacionadas ao empreendedorismo social não acontecem no município, na visão

dos entrevistados, sendo, por vezes, confundidas com atividades empresariais em grupo visando unicamente a melhoria dos retornos.

5.2.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo

Entre os agentes promotores do empreendedorismo, no município de Floresta, a secretaria da Indústria e Comércio e a Associação Comercial foram mencionadas, embora esses agentes mostram-se dependentes de outras instituições, como o SEBRAE. Outras instituições têm alguma participação como o SENAI, as universidades (UEM e CESUMAR) e o SENAR em projetos como o empreendedor rural ou capacitações para pequenos grupos na agricultura familiar.

Entre as entidades da cidade que têm intensificado a atuação, está a associação comercial, "*A associação comercial no nosso caso ela vem num processo de recuperação, apesar de ainda ser frágil* - F03". Para isso Bridge, O´Niell e Cromie (2003), sugerem que estas mudanças sigam alguns objetivos como a revitalização de setores tradicionais e competitividade internacional; o aumento e fortalecimento de cadeias produtivas, uma melhor eficiência de mercado e a coesão social (incluindo mudança em questões como discriminações).

Considerando os agentes promotores do empreendedorismo, nota-se uma dependência de entidades de fora do município. A associação comercial tem concentrado esforços para se organizar, no entanto, ainda encontra-se em fase inicial de articulação das atividades junto aos empresários.

5.2.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo

Nota-se, além de dificuldades como a falta de disponibilidade financeira suficiente para implantação ou incremento de projetos como os barracões industriais, uma dependência ainda de iniciativas de fora do município, como por exemplo, de iniciativas federais para melhoria do ambiente que promova o empreendedorismo no município:

> Agora...devido à nova lei das micro e pequenas empresas que entrará em vigor, o município poderá determinar uma política dentro do município até com relação a isenção de impostos...enfim...toda a política de incentivos, isso pode influenciar bastante a atuação do município com relação a promoção do empreendedorismo, mas isso depende também muito da definição das leis municipais com relação a

> isso, que contemplem o incentivo a setores estratégicos para o município, pois isso tudo influencia no PIB, no IDH e na distribuição de renda – F01..

Ou então,

> Eu acredito que com o projeto da região metropolitana,[9] agora, os municípios poderão se organizar melhor na questão de definição de onde as empresas poderão ser construídas, como o loteamento para instalação de empresas ou até mesmo o projeto do pólo tecnológico, e os municípios reunidos no conselho dessa região metropolitana podem se aproveitar e pegar uma carona, pois vejo que para melhorar o IDH é necessário agregação de valor e geração de renda- F02.

Para Junqueira (1998), o processo de levar a decisão sobre políticas públicas para o âmbito do município, portanto, para seus cidadãos, exige, para sua operacionalização, a presença e a participação da sociedade civil.

No que se refere à interação entre as secretarias para elaboração dessas políticas ou programas, todas as iniciativas acontecem por meio de reunião semanal com o prefeito ou com o vice-prefeito, ocasião em que os projetos são apresentados:

> ...todas as secretarias acabam tendo que participar para que a coisa funcione, mesmo quando se trata de geração de emprego, alguma iniciativa na qualificação envolve sempre diretamente a área de saúde, de educação e de assistência social – F01.

Considerando a avaliação de políticas públicas voltadas à promoção do empreendedorismo, não existe uma forma ainda adequada de avaliação dos impactos de uma política pública, o que se utiliza atualmente e em tempos anteriores. São os contratos de concessão de espaço com o município que descrevem o número de empregos que devem ser gerados em determinado tempo, no entanto, quando esses números não são atingidos são renegociados com os empresários, na tentativa de não perder para outro municípios os postos de trabalho já criados, *"Tem leis para acompanhar a geração de emprego, em um caso um vereador questionou o não cumprimento dessa definição por uma empresa e ela por pouco não foi embora*- F02".

---

[9] O projeto Região Metropolitana de Maringá foi regulamentado pela lei complementar, 688/05, que diz respeito ao seu funcionamento criando o Sistema Gestor Metropolitano. Entre suas funções, caberá ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana estabelecer políticas e diretrizes de desenvolvimento regional, elaborar planos, programas e projetos de interesse conjunto e deliberar sobre investimentos do fundo de desenvolvimento de cada região metropolitana. A região metropolitana será constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba e Castelo Branco.

Outro reflexo desse sistema é a falta de precisão com relação à situação de mercado, "*...é bem verdade que algumas abrem outras fecham, em aquela rotatividade considerando que esta gestão está no sétimo ano...Não saberia te precisar quantas empresas foram criadas na minha gestão* – F01".

Para Carvalho (2005), uma dificuldade corrente, relacionada a políticas públicas é a negligência a métodos seguros para a mensuração dos resultados sociais, econômicos e políticos no país, região ou município. As políticas podem ser propostas e implementadas sem que exista um estudo mais aprofundado dos setores que serão supostamente beneficiados a curto, médio e longo prazo. Ruediger e Riccio (2005) sugerem basear essa análise na utilização de indicadores fidedignos, numa combinação adequada de metodologias quantitativas e qualitativas, orientadas para a interpretação da realidade, ou seja, basear o processo de reflexão em bases de dados que não apenas alimentam, mas também conferem uma dimensão temporal às estratégias implementadas, trazendo a vantagem de uma visão de longo prazo e a possibilidade de continuidade do processo.

Latres e Lemos (2003), destacam ainda a necessidade de reconhecer e tratar adequadamente os desafios colocados tanto ao desenvolvimento de empresas quanto às políticas para a sua promoção, os quais incluem:

- A falta de estatística e mesmo conceitos que captem a realidade destas empresas e particularmente as MPEs;
- O problema de as MPEs serem numerosas, heterogêneas, dispersas e pequenas demais;
- As inadequações, superposição e pouca coordenação de ações, as quais não têm continuidade;
- A ausência de enfoque de MPE como empreendimento economicamente viável, o que compromete a identificação de aproveitamento de oportunidades que levam a uma atuação sustentável.

Tanto a formulação quanto a avaliação das políticas públicas no município de Floresta, necessitam melhoria. Enfatiza-se nesse ponto a pouca disponibilidade financeira para implantação ou aprimoramento dos projetos já existentes, a dependência de projetos regionais como forma de incentivo a mudanças internas, com é o caso do projeto Região Metropolitana de Maringá. Com relação a Avaliação, não existem indicadores fidedignos que permitam a avaliação precisa dos resultados dos projetos implantados. Para Carvalho (2005) esses dados são importantes para a tomada de decisão quanto a políticas públicas.

5.2.2.4 Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo

A principal dificuldade apontada nas entrevistas foi a competitividade enfrentada pelos comerciantes de Floresta por estar próxima à Maringá[10]. A necessidade de competitividade é que tem desgastado os empresários, apesar de que vem gradativamente sendo diminuído a importância do mercado em Maringá, e visto como oportunidade. "*Realmente a competição com Maringá existe, no entanto é uma oportunidade a grande demanda que existe lá* – F01".

Aponta-se também a necessidade de distribuição de renda, além de não gerar demanda interna, as pessoas com maior disponibilidade de renda vão aos grandes centros comprarem suas necessidades.

Seria importante que os conhecimentos adquiridos com treinamentos, em projetos como os projetos implantados pelo Sebrae fossem aplicados pelas pessoas, mas isso nem sempre tem acontecido, apesar de a prefeitura se mostrar a favor do incentivo desses treinamentos:

> Não vejo isso como uma coisa que esteja acontecendo no município, penso que nesse caso em particular de Floresta, o prefeito tem uma boa visão disso, até tem a qualificação necessária para perceber que isso é uma necessidade para o município, até não sei por que não partiu para essa direção ainda em qualificar o pessoal daqui com mais intensidade – F03.

A associação comercial foi recentemente instalada no município:

> ...com pouco mais de um ano onde formamos a diretoria, e esse trabalho ele está numa fase inicial, mas hoje existe uma aproximação interessante, notamos as portas se abrindo à medida que vamos até a secretaria solicitamos a participação deles, a gente tende a ter maior ou menor resistência por parte de apoio da administração pública, mas essa parceria tá acontecendo, eu diria assim, de forma satisfatória. No entanto, entendo ainda que não é o ideal, acho que a associação comercial e a secretaria deveriam ficar mais próximos ainda, mas tá acontecendo, eu diria hoje, pra quem começou a pouco tempo, de forma satisfatória – F03.

[10] Maringá está há cerca de 20 quilômetros de Floresta. Essas cidades são ligadas por uma rodovia de pista dupla com boa qualidade.

Desta forma, a associação comercial ainda não conseguiu conscientizar os comerciantes da importância da qualificação da mão-de-obra envolvida no processo de produção e atendimento. Para isso é necessário promover palestras com os empresários com o objetivo de interação e comprometimento com a mudança. Esse é um ponto importante, pois os programas ou políticas públicas setoriais, segundo Castanhar (2005), dependem em parte do envolvimento dos empresários, até mesmo em saber quais são os instrumentos disponíveis e como utilizá-los, ou da necessidade de qualificar-se para ter acesso aos benefícios dessas políticas.

Foi sugerda também a nomeação de um secretário de cada área, da indústria e comércio, agricultura, turismo "*porque dá para se trabalhar melhor, dessa forma sobraria mais tempo para cada um trabalhar numa área* - F03". Para Pacheco 1999, isso exige dos gestores públicos vinculados às esferas municipais e estaduais maiores esforços de racionalidade e probidade no processo de gerenciamento dos recursos públicos e, isso impõe aos municípios um novo desafio, devendo estes serem mais competitivos, utilizando-se de estratégias que não se baseiem na guerra fiscal, pois esta leva a um jogo sem resultados, sendo o mais importante estabelecer um sistema virtuoso onde os resultados sejam positivos, com competição, com objetivos de desenvolvimento e, principalmente, com colaboração entre municípios e seus atores sociais.

Quanto à capacitação, a prefeitura tem dado apoio, porém, é necessário que estas capacitações efetivamente sejam aplicadas no mercado local. Outro ponto importante, a associação comercial que ainda é considerada nova e existindo a necessidade de uma maior aproximação com a prefeitura e as secretarias municipais.

5.2.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo

Entre os programas de incentivo ao empreendedorismo são apontados os seguintes projetos no município de Floresta:

a) Concessão de uso de barracões industriais em parceria com o governo Federal. Esses barracões são direcionados a empresas de utensílios de vestuário, confecções, prestadoras de serviços em confecções e cosméticos:

> Além das confecções, foram incentivadas empresas de cosméticos, marcenarias, que geram de 3 a 5 empregos, empresas que trabalham com fiação de lã de carneiro, tapetes, vidraçarias, exaustores, vasos, produtos com gesso, molduras, cooperativos de bordados – F01

b) Na indústria de confecções, que é um setor em crescimento no município, foram feitas qualificações da mão-de-obra para melhoria do desempenho dessas empresas:

> há 6 anos foi feito uma curso de qualificação para a indústria de confecção e foi treinada cerca de 100 mulheres e todas elas estão no mercado de trabalho hoje, a maiores em Floresta, em parceria com o Sebrae foram feitos alguns cursos, inclusive aquele curso Liderar– F02.

c) Implantação no ano passado, com verba do Ministério das Cidades, de um barracão para incubadora de empresas. Já existe quatro empresas, uma começou a dois ou três meses e já está com três funcionários fazendo molduras para quadros. Isso auxilia empresários iniciantes na gestão de suas empresas, além de subsídios temporários de luz, aluguel, espaço, infra-estrutura e apoio institucional.

Um ponto a ser citado é a descontinuidade de projetos importantes para o município como o PROAMUSEP. "*Na época dos estudos do PROAMUSEP, falava-se da agroindústria e indústria familiar, nós temos um potencial bastante bom para gerar renda e agregar valor a produção e isso não aconteceu* – F01*"*.

d) Na área rural, um projeto é o programa Fome Zero do Governo Federal, em parceria com o governo de Estado do Paraná e com o município, Floresta teve uma migração muito grande para a monocultura de soja e conseqüentemente todas as pessoas que estavam no campo vieram para a cidade e são poucos hoje que estão fazendo o processo inverso, com raras exceções em iniciativas de frutas.

> O programa em Floresta é um dos mais antigos no Estado. Já é o quarto ou quinto ano. Esse programa deu a possibilidade de alguns micro agricultores (32 famílias) que tão diversificando a produção, ou seja, diversificando a produção para poder atender o projeto compra direta, eu entendo como uma forma de empreender, numa realidade como a daqui que é basicamente cultura de soja e milho também é interessante pra melhorar o PIB essa diversificação com culturas que inclusive dá um resultado econômico melhor – F02.

e) Além disso, para o produtor familiar são ministrados cerca de quatro cursos por ano em Floresta, em parceria com Sindicato e SENAR, entre outros, com objetivo de

agregar valor a produção dessas pequenas propriedades, ou o incentivo a produção dos cítricos (laranjas) pelo pequeno agricultor.

f) Como suporte aos pequenos empresários, existe o Banco Social, que disponibiliza recursos a baixos juros, com objetivos de alavancagem desses pequenos empresários. Essa parceria acontece com o Governo Estadual.

Os programas e políticas voltadas ao empreendedorismo no município de Floresta procuram atender tanto os setores industrial, comercial e agrícola. No entanto, ainda percebe-se uma falta de articulação entre os empresários e o poder público. No setor agrícola, existem projetos para fortalecimento dos pequenos agricultores com alguns resultados que pode amenizar o problema da concentração de renda no setor agrícola de Floresta. O município tem incentivado o setor de confecções na capacitação e concessão de barracões por entender que este setor é estratégico à geração de emprego e renda no município.

Município Floresta	
Perfil do município	**Dados do perfil do município** O principal setor da economia de Floresta é a monocultura de soja e milho, tendo esse setor sido influenciado pelo êxodo rural dos anos 70 e 80; Existe uma pequena indústria de confecções e o comércio local; O comércio não é diversificado
	Composição do mercado de trabalho: As mulheres estão presentes no comércio, na indústria e participam como dirigentes na associação comercial; A prefeitura disponibiliza transporte aos trabalhadores para trabalharem em outros municípios; Os jovens procuram postos de trabalhos que exigem maior qualificação em municípios maiores como Maringá, principalmente os recém formados; Os entrevistados apresentaram preocupação com a concentração no setor agrícola e o pouco reinvestimento na diversificação da produção. A proximidade do grande mercado de Maringá e a falta de reinvestimento local podem explicar os problemas de competitividade. Necessidade de melhoria da articulação interna do município para melhorar a condição empresarial trazendo parcerias de instituições regionais. A associação comercial ainda é recente no município.
Empreendedorismo no município	**Sobre o empreendedorismo:** É visto como iniciativas das pessoas, muitas vezes de aplicar os conhecimentos adquiridos para abrir uma empresa gerando emprego e renda, para isso é importante a capacitação e o planejamento dos passos a serem seguidos. O empreendedorismo ainda é percebido como situações que podem mudar a vida das pessoas, para isso é necessário começar a capacitação da base, talvez iniciando pela alfabetização para iniciar a busca por outros conhecimentos.
	Compreensão do ambiente empreendedor local: Fraca articulação da prefeitura com os empresários; Os empresários não participam da tomada de decisões do setor público, mesmo que seja do seu interesse; Necessidade de definição de leis que beneficiem diretamente os pequenos empresários.
	Agentes promotores do empreendedorismo: Percebe-se uma dependência de entidades municipais com as de fora do município (SEBRAE, SENAR, SESI, Universidades); No setor agrícola existe a EMATER, pode intensificar os programas de capacitação no meio rural; A associação comercial tem concentrado esforços para se organizar, no entanto ainda encontra-se em fase inicial de articulação das atividades junto aos empresários.
	Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo: A avaliação das políticas públicas apresenta oportunidades de melhoria, como a pouca disponibilidade financeira para implantação ou aprimoramento dos projetos já existentes;

	A dependência de projetos regionais como forma de incentivo a mudanças internas, como é o caso do projeto Região Metropolitana de Maringá; Para avaliação não existem indicadores fidedignos que permitam a avaliação precisa dos resultados dos projetos implantados.
	Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo: São focados os aspectos da proximidade com um grande centro e a concentração do município; A prefeitura tem dado apoio nas capacitações dos empresários, porém, é necessário que estas capacitações efetivamente sejam aplicadas no mercado. Sugere-se também a nomeação de responsáveis por cada área que hoje são agrupadas em poucas secretarias.
Políticas públicas	**Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo:** Os programas e políticas voltados ao empreendedorismo no município de Floresta procuram atender tanto o setor industrial, comercial e agrícola; Percebe-se uma falta de articulação entre os empresários e o poder público; No setor agrícola, existem projetos para fortalecimento dos pequenos agricultores com alguns resultados que podem amenizar o problema da concentração de renda no setor agrícola; Incentivo no setor de confecções na capacitação e concessão de barracões por ser um setor estratégico a geração de emprego e renda no município.

Quadro 09: Síntese dos resultados do município de Floresta

5.3 HISTÓRICO E DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE IVATUBA

Ivatuba é um dos municípios vizinhos do município de Floresta, no entanto sua colonização aconteceu de forma diferenciada da maioria dos municípios da região. Os primeiros povoadores chegaram em meados de 1949, a partir da aquisição de terras da empresa Pareja e Cia. Ltda. Após a constituição da firma Grasso & Mazzucco Ltda, por alguns colonizadores, inicia-se um núcleo habitacional que originou a cidade de Ivatuba que se tornou município em 1960..

A composição do Produto Interno Bruto municipal, é formada pelos setores: Agropecuária com 48.20% de participação no PIB; a Indústria com 2.05% e o setor de Serviços com 49.76% (AMUSEP, 2007).

A população economicamente ativa em 2000 era de 1.385 habitantes, para uma população de cerca de 3.009 habitantes. Sendo os principais produtos Agrosilvopastoris: a soja, o milho e o trigo e a indústria predominante: a indústria do vestuário e a de calçados e tecidos. A Tabela 12 apresenta a distribuição de empresas por setor em Ivatuba:

SETOR	Nº Total de Estabelecimentos no Município
Indústria	2
Comércio Varejista	15
Comércio Atacadista	1

Tabela 11: Distribuição das Atividades Econômicas - Ivatuba.
Fonte: Amusep (2007)

5.3.1 Políticas públicas e o empreendedorismo no município de Ivatuba

Como forma de apresentação dos resultados das análises do município de Ivatuba, os dados foram separados em seções divididas em três áreas que tratam do perfil do município, do empreendedorismo e das políticas públicas para a promoção do empreendedorismo.

5.3.1.1 Dados do perfil do município

Na percepção dos entrevistados, a agricultura é o principal setor do município. Prevalece na agricultura de Ivatuba a monocultura de soja e de milho. Outro setor representativo é o setor de confecções, já o comércio é caracterizado por ser um setor pequeno comercializando somente produtos e serviços de primeira necessidade. A cidade de Ivatuba está à beira do Rio Ivaí, onde existe um condomínio com casas para pescaria e lazer e que, segundo os entrevistados, pode se transformar numa oportunidade de desenvolvimento do setor turístico na cidade, porém, isso não é explorado atualmente, a não ser o comércio que se beneficia do tráfego em destino ao condomínio que passa por dentro da cidade:

> ...o turismo aqui não é profissional, existe esse condomínio, mas o único benefício que temos é com relação ao pessoal que passa dentro da cidade e compra algumas coisinha – I01.

5.3.1.2 Composição do mercado de trabalho

No município a participação da mulher ocorre principalmente no setor de confecções: "*A mulher hoje aqui no município ela divide a mão-de-obra com os homens ou melhor, cerca de 55% da mão-de-obra é a mulher* – I01"

Outro entrevistado afirma que no setor de confecções, a força de trabalho é composta por cerca de 80% de mulheres, e essa participação é mais direcionada à operação do que ao gerenciamento desses empreendimentos, apesar de que existem mulheres gerenciando também.

Em relação às pessoas com mais idade, o município não tem muito a oferecer, as opções de emprego para essas pessoas geralmente se encontram fora do município:

> As pessoas com mais idade têm duas opções no município, ou trabalham em abatedouro de frango se tiverem até 40 anos e uma formação mínima ou trabalham numa usina de álcool próxima, para quem não tem estudo. Atualmente o município não tem capacitação para formação em outras atividades para que essa faixa etária trabalhe em outros setores – I02.

Para os jovens as opções, em sua maioria, também estão fora do município, uma vez que o município não consegue absorver a diversidades de profissões que se forma: "*Os jovens se formam e já tem arranjado local de trabalho em Maringá mesmo, aqui em Ivatuba jovem parado é pouco* – I01".

O emprego não é considerado um problema no município, provavelmente devido às ofertas de emprego da cidade de Maringá e região. "*Não, desemprego não é um problema, as*

cidades pequenas como Ivatuba servem como cidades dormitório – I01". No entanto, um dos entrevistados contraria, afirmando que a taxa de desemprego como consideravelmente alta e a prefeitura apresenta um quadro de funcionários desnecessário.

Quanto à oferta de emprego na cidade, tem-se que as pessoas com formação fundamental e média conseguem colocação em segmentos que exigem atividades braçais. Os pequenos agricultores, principalmente os que moram em vilas rurais, são quem tem aumentado os números do desemprego:

> "*O desemprego tem se concentrado nas vilas rurais, que são pessoas que foram para lá e não têm assim um grau de instrução, ou uma vivência, foi gente que vieram da agricultura para a cidade e depois foram para lá como um opção para continuar, mas que não tem uma visão de agronegócio, uma visão empresarial, basicamente mantém uma agricultura de subsistência que não é o ideal* – I02".

Um dos entrevistados menciona a existência de oportunidade no município inexploradas: *"No setor de confecção, a meu ver, teria condição de incentivar mais três fábricas tranqüilo, se criassem novas indústrias aqui, móveis, fábrica de roupas, melhoraria a renda na cidade* – I03".

5.3.2 Sobre o empreendedorismo

Um dos entrevistados vê o empreendedorismo como:

> Empreendedorismo é uma ciência, assim que você, busca algo que está praticamente "imperriado".... não anda a coisa e o sujeito faz funcionar. Empreender é você desenvolver uma área que está dormente, aproveitar um potencial que está ali, e você vê, qualquer ramo com artesanato, doces ou qualquer outra área de comestíveis, se você tiver treinamento e uma visão de negócio o empreendedorismo é assim você tem que ir buscar, é coisa que está aqui, tá na sua frente e você precisa abrir os olhos, a mente para desenvolver esse potencial que pode estar onde você está – I01.
>
> Afirma ainda:
>
> Empreender hoje é você desenvolver uma coisa que você pode fazer aqui dentro do seu município, há possibilidade, as parcerias isso dá o "start" e você fala...puxa, eu tenho potencial e estou parado! Então eu posso fazer algo aqui dentro. Então empreender significa você buscar dentro do seu próprio município uma atividade rentável com

> sustentabilidade que você possa ficar aqui, não sair do vínculo familiar, enfim, trabalhar aqui mesmo - I01.

Os outros entrevistados afirmam que o empreendedorismo pode promover o emprego através da micro e pequena empresa para pessoas que têm a capacidade de tocar o seu próprio negócio, e, "*Empreendedorismo é o sujeito ter peito e mudar a realidade pra melhor, criando emprego e renda para esse povo* – I02 ".

Essa visão de empreendedorismo corrobora com a visão de Bruyat e Julien (2002), que sugerem que o empreendedorismo compõe-se de dois elementos básicos o individual e a criação de valor, isso tem levado a criação tanto de valores individuais quando mudanças ambientais.

5.3.2.1 Compreensão do ambiente empreendedor local

Para um dos entrevistados, o que pode ter influenciado negativamente o empreendedorismo na cidade foi a evasão, que esteve relacionada às crises que sucederam historicamente, como a mobilidade social da década de 1970. Para Bresser-Prereira (1973), a mobilidade social foi um fenômeno resultante do moderno desenvolvimento econômico, além disso, Spindel (1976) afirma que essa mobilização da sociedade pode levar à deseconomias urbanas que ao mesmo tempo de exigirem maiores estruturas em grandes centros, diminuem a disponibilidade de força de trabalho e conseqüente diminuição da renda nas localidades de onde se originaram essas populações:

> O milagre econômico da década de 1970, as pessoas foram em busca de emprego e a população diminuiu muito. Atualmente essa evasão continua como os jovens, os jovens aqui se formam e a primeira coisa é fazer estágio em Maringá, outros vão para Curitiba, mas alguns ficam ajudando os pais, mas a maioria vai para o mercado em grandes cidades – I01.

Para os entrevistados, o empreendedorismo social não existe na cidade, e isso, caso existisse poderia ser uma variável favorável à melhoria do empreendedorismo na cidade. Um exemplo utilizado para tentar caracterizar o empreendedorismo social foi a formação de um grupo de investimento entre empresários para comprar terras na região. Oliveira, 2004 ressalta que um dos desafios ao empreendedorismo social é justamente a necessidade que esse movimento tem de capital social, que se preocupe em aplicar suas capacidades empreendedoras para gerar melhorias sociais.

A distância da rodovia que passa por Maringá é uma variável considerada desfavorável ao setor de confecções, uma vez que os municípios que estão a beira dessa rodovia têm preferência das grandes marcas de roupa de São Paulo para contratar facções:

> Estamos muito longe da rodovia e isso dificulta a vinda de empresas para cá, uma vez que o pessoal de São Paulo prefere os municípios que estão perto da rodovia com fácil acesso – I02.

Outro entrevistado afirma que são necessárias novas idéias no município:

> Eu acho que eles teriam que montar umas equipes como novo raciocínio pra ver se cria alguma coisa, só a prefeitura e o prefeito estão bitolados no serviço burocrático além da câmara de vereadores que é fraca por demais, eles não têm visão voltada a geração de emprego, isso dificulta tudo. Eles teriam que juntar as pessoas do comércio e mais outros setores para criarem novas idéias pra ver o que fazer com esse desemprego aqui nesse município pequeno – I03.

5.3.2.2 Agentes promotores do empreendedorismo

Quando um dos entrevistados foi questionado sobre as instituições que promovem o empreendedorismo na cidade, este respondeu que o SEBRAE é uma instituição importante para esse processo, apesar do SEBRAE não manter um posto de atendimento, um consultor constantemente no município.

Foram citados também a UEM, CESUMAR e o Instituto Adventista, como agentes importantes parcerias, principalmente nas áreas de estágios, recebimentos de bolsas e meia bolsa, projetos de estágios e como parceiras no PROAMUSEP (projeto que previa planejamento de iniciativas empreendedoras a partir de lideranças municipais).

O Fórum de Desenvolvimento resultante do PROAMUSEP foi lembrado como um programa que trouxe grande orientação às pessoas que buscavam mais conhecimentos e também buscavam uma formação voltada ao empreendedorismo. Atualmente o Fórum de Desenvolvimento que era formado por um grupo de lideranças da cidade encontra-se desativado.

O Banco Social também é citado por um dos entrevistados como um agente promotor do empreendedorismo. O Banco Social é uma parceria com o governo municipal e estadual, onde o micro e pequeno empresário têm acesso ao crédito com um juro abaixo da média de mercado.

Assim como nos outros municípios, apresenta-se a descontinuidade de projetos, como o fórum de desenvolvimento, isso pode estar associado ao limite de visão dos gestores governamentais da importância de políticas públicas definidas e contínuas.

5.3.2.3 Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo

É percebida a importância que as políticas e programas voltados ao empreendedorismo sejam elaborados em parcerias com as demais secretarias, apesar disso não acontece efetivamente atualmente:

> Ainda não elaboramos os programas de forma conjunta, mas acho isso muito importante porque as secretarias estão sempre envolvidas de alguma forma em todos os projetos do município – I01.

As parcerias com instituições de fora da cidade são consideradas importantes, para um dos entrevistados, as instituições de fora trazem para o município novas visões acerca do assunto, o que deve melhorar os resultados dos programas ou políticas.

Atualmente não existe acompanhamento dos programas e projetos voltados ao empreendedorismo no município, mas é um objetivo do entrevistado visitar todas as empresas da cidade e entender como se comporta os setores na cidade e aí elaborar políticas direcionadas e mecanismos de acompanhamento dos resultados, "*não existem atualmente variáveis confiáveis para o acompanhamento dos resultados do nosso trabalho, mas é um objetivo pessoal meu mudar isso* – I01".

No Banco Social o acompanhamento junto aos empresários é mais efetivo:

> Nos projetos de financiamento do Banco Social eu acompanho desde a compra do bem a ser financiado até o término do financiamento, minha meta aqui é de fazer uma visita mensal a cada beneficiado do Banco Social – I02.

O Banco Social já se encontra consolidado no que diz respeito a sua atuação como agente de fomento e como instituição importante para a formulação de políticas públicas, o Banco Social tem um papel importante no ambiente empreendedor de Ivatuba.

Como resultados, nos últimos seis anos foram criados oito empresas por incentivo do Banco Social, e existe um grande projeto de montagem de uma granja de frango e ovelhas que aguarda aprovação do IBAMA e a vigilância sanitária.

Atualmente os programas não são discutidos com as demais secretarias na sua elaboração ou implantação. Não existe atualmente um sistema formal de acompanhamento dos programas implantados.

5.3.2.4 Dificuldades apontadas para a promoção do empreendedorismo

A falta de estrutura empresarial para agregação na produção do município, para o secretário, é problema, e por isso pretende incentivar pequenas empresas para a geração de empregos em diversos setores, mas hoje parte do desemprego, principalmente para jovens está relacionada ao baixo grau de agregação das empresas do município. Para Hisrich (2004), a criação de algo novo com valor diferenciado no mercado tem grande importância para o empreendedorismo, pois podem levar o empreendedor à satisfação e independência econômica e pessoal, melhorando as condições sociais.

O transporte com o centro pólo também é considerado uma dificuldade para Ivatuba:

> Nós estamos aqui... Ivatuba hoje está considerada como área metropolitana de Maringá e tem uma coisa aqui que acho uma coisa incrível que é o meio de transporte, aqui em Ivatuba o transporte coletivo é uma lástima, é precário muitas pessoas que trabalham aqui não tem nem como se locomover daqui para outra cidade, mas já existe um projeto através de deputados para colocar Ivatuba nas mesmas condições de transporte com cidades próximas já têm - I01.

As dificuldades existentes hoje, que o secretário, são em parte conseqüências de uma visão equivocada das lideranças passadas:

> ...no passado Ivatuba foi um erro de logística, ou seja, o cidadão que administrava isso aqui não queria que a rodovia passasse por aqui, porque era a "ilha do sossego", essa rodovia (BR 369) ia passar por aqui, até o Instituto Adventista, ia ficar nas proximidades das cidades mas teve gente que foi contra, hoje lá tem 3 cursos superiores, tem ensino médio e a mão-de-obra que ela necessita pega em Floresta que está mais perto – I01.

Os entrevistados afirmaram não existirem projetos que promovam a exportação da produção municipal. Para eles, isso está relacionado à falta de mais empresas na cidade:

> Poderia melhorar se incentivassem novas indústrias, fábricas, por que o emprego aqui em Ivatuba é muito limitado uma vez que existe três ou quatro mercados, três ou quatro bares, e o restaurantezinho aqui que gera algum empreguinho e a prefeitura que tem um quadro de

> funcionários inchado, e só o pessoal em termos políticos que estão lá dentro – I03.

5.3.3 Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo

a) A principal política para incentivo a abertura de novas empresas no município tem sido a isenção de impostos e o subsídio do aluguel para pequenas empresas.
b) Além disso, existe o Banco Social que concede empréstimos com juros mais atrativos aos pequenos empresários da cidade. A maioria dos empresários têm empréstimos no Banco Social.
c) Existe um centro de capacitação para formação de mão-de-obra na cidade, que tem dificuldades com esse tipo de mão de obra mais especializada. Em alguns casos as pessoas vêm de propriedades rurais próximas ao município para trabalharem em confecções.
d) Considerando que esses incentivos ainda não absorvem toda a mão-de-obra da cidade, a prefeitura procura também criar frentes de trabalho, como oferecer transporte para trabalhadores em abatedouros próximos a Ivatuba, "*disponibilizamos no município transporte para os trabalhadores que conseguem trabalho em outros lugares como é o caso do pessoal que trabalha num abatedouro aqui perto* – I01"
e) Foi lembrado como projeto de formação de empreendedores para os jovens em Ivatuba o programa AJE:

> Para os jovens são promovidas capacitações, e incentivos à participação em projetos como o projeto AJE – Agência Juvenil de Empreendedorismo, onde os jovens são capacitados em Maringá para atuarem no município - I01.

Município Ivatuba	
Perfil do município	**Dados do perfil do município** A agricultura é o principal setor do município prevalecendo a monocultura de soja e de milho; Existe uma indústria de confecções que tem crescido e gerado empregos; O comércio é caracterizado por ser um setor pequeno comercializando somente produtos e serviços de primeira necessidade; Existe um condomínio próximo de casas para pescaria e lazer no Rio Ivaí que pode se transformar numa oportunidade de desenvolvimento do setor turístico, porém, isso não é explorado atualmente, a não ser o comércio que se beneficia do tráfego em destino ao condomínio que passa por dentro da cidade. Existe no município uma instituição de ensino superior: Instituto Adventista.
	Composição do mercado de trabalho: As mulheres têm participação na economia local, principalmente no setor de confecções; Para as pessoas com mais idade a opção é o transporte que o município oferece atualmente e a alternativa são os abatedouros de frango da região; Ausência de empregos para jovens com qualificação; Taxa de desemprego é pequena no município, mais isso ocorre pela oferta de trabalho em cidades próximas, como Maringá; O desemprego tem crescido entre os pequenos agricultores de vilas rurais; O ramo de confecções assim como o de móveis poderia gerar mais emprego caso o incentivo fosse maior, é um setor com potencial no município.
Empreendedorismo no município	**Sobre o empreendedorismo:** O empreendedorismo deve ser estimulado em cada pessoa, pois todos têm esses valores dentro de si o que necessitam é de estímulo para que isso mude a sua realidade e a realidade do ambiente em que vive; É visto ainda como a forma adequada de geração de emprego e renda.
	Compreensão do ambiente empreendedor local: A distância da principal rodovia da região pode estar dificultando contratos com grandes clientes de São Paulo; Necessidade de maior criatividade pelos gestores públicos; Relação de problemas atuais com acontecimentos históricos: mobilização social na década de 70.

	Agentes promotores do empreendedorismo: Os agentes promotores do empreendedorismo, geralmente são de fora da cidade, como o SEBRAE, por exemplo. A prefeitura, universidades e Banco Social são considerados agentes na promoção do empreendedorismo; Um agente existente no município e que não foi lembrado foi a EMATER, que em outros municípios analisados se mostrou atuante no que se refere ao empreendedorismo rural.
	Formulação e avaliação das Políticas Públicas voltadas ao empreendedorismo: Atualmente os programas não são discutidos com as demais secretarias na sua elaboração ou implantação; Não existe atualmente um sistema formal de acompanhamento do programas implantados, no entanto existe o objetivo de visitar todos os estabelecimentos para identificar as necessidades, isso já acontece no Banco Social.
	Dificuldades mencionadas para a promoção do empreendedorismo: Dificuldade para incentivar a agregação de valor da produção do município; Dificuldades com a falta de transporte da cidade, apesar de estar perto de Maringá; Número de empresas na cidade é pequeno, inviabilizando alguns projetos como é o caso do incentivo a exportação; Faltam projetos de iniciativa pública municipal para a promoção do crescimento empresarial.
Políticas públicas	**Políticas e programas municipais de incentivo ao empreendedorismo:** Aponta-se como principal política da prefeitura a isenção de impostos e em alguns casos existem subsídios de aluguéis para empresários iniciantes; Concessão de crédito por meio do Banco Social; O centro de capacitação da cidade não consegue formar mão-de-obra mais qualificada para o segmento de confecções. Para os jovens foi lembrado o projeto Agência Juvenil de Empreendedorismo;

Quadro 10: Síntese dos resultados do município de Ivatuba

Assim como nos municípios com maior variação do IDH-M, nos municípios com menor variação predomina no Produto Interno Bruto o setor agrícola, no entanto não é o setor que mais gera emprego. São predominantes a monocultura de milho e soja, produção de frango, café e gado.

No setor industrial é crescente o segmento de confecções. Especificamente em Astorga existe a preocupação por parte da secretaria de que estes empresários agreguem valor à sua produção desenvolvendo marcas próprias, já em Floresta e Ivatuba são predominantes empresas de confecções que terceirizam a produção (Facções).

Apesar de municípios como Ivatuba e Astorga apresentarem potenciais turísticos estes não tem programas para a exploração desse segmento. Um dos entrevistados de Floresta acha importante a exploração do Turismo, mas não percebe potencial na cidade.

Nestes municípios, a evasão de jovens recém formados é um problema enfatizado, no entanto, quando questionados sobre programas que promovam o empreendedorismo para os jovens, estes afirmam que os programas surgem de propostas de entidades externas como o SEBRAE e não por iniciativa municipal. Quanto às mulheres, existe participação tanto nos serviços operacionais como em cargos de liderança nas empresas ou nas entidades como associações comerciais, como é o caso de Floresta e Astorga.

Quanto ao ambiente empreendedor, o que se percebe nestes municípios é a falta de mão-de-obra qualificada e a intenção de se empreender no comércio que é visto como um setor que não traz renda para o município, ao contrário da indústria e serviços, isso foi percebido principalmente em Astorga. A proximidade com Maringá ora é colocada como uma dificuldade, ora como uma oportunidade pela demanda que concentra a grande questão e como competir com esse mercado estruturado.

Entre os agentes municipais que promovem o empreendedorismo estão a secretaria de indústria e comércio, a associação comercial e o Banco Social, no entanto as instituições regionais, como o sistema “S”, Universidades, EMATER e SEAB é quem propõem projetos voltados a promoção do empreendedorismo no município.

Entre as dificuldades de se empreender nos municípios que tiveram baixa variação do IDH-M está a desarticulação entre os empresários dos vários setores ou a dificuldade de sensibilização desses empresários. Enfatizaram-se também a descontinuidade dos projetos de entidades como o SEBRAE e a falta de aplicação dos conhecimentos adquiridos em cursos e treinamentos. Isso tem levado setores como o comércio a ter dificuldade de competitividade com mercados maiores como o de Maringá. No setor agrícola, afirma-se que a concentração

de renda é uma dificuldade para a geração de emprego e renda, principalmente nos municípios de Floresta e Ivatuba.

Com exceção de Astorga que procura formular suas políticas em parceria com outras secretarias e associação comercial, em Floresta e Ivatuba isso nem sempre acontece. Isso pode resultar em perda de força nos projetos à medida que os esforços não são concentrados entre os agentes municipais. Nenhum dos municípios com menos variação de IDH-M adota um sistema formal de acompanhamento dos projetos implantados, além de não controlarem números de projetos ou programas existentes no município. Isso também foi percebido nos municípios com maior variação do IDH-M.

Em Astorga e em Floresta existe um ambiente de cooperação entre os empresários do ramo industrial e comercial, além de algumas associações no meio rural, o que melhora o ambiente empreendedor, embora isso não tenha sido percebido em Ivatuba.

Na comparação com municípios com maior variação do IDH-M, nos municípios com menor variação percebe-se menos foco de atuação pelos agentes municipais no que se refere à formulação e condução dos programas voltados ao empreendedorismo. Especificamente em Ivatuba, notou-se uma dependência das instituições regionais para as atividades voltadas ao empreendedorismo.

6 ANÁLISE GERAL DOS DADOS

De acordo com os dados apresentados anteriormente puderam-se identificar alguns pontos explicativos sobre a elaboração e influência das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo nos municípios estudados. Desta forma, a seguir serão apresentados variáveis que influenciam os municípios e a região.

Todos os municípios estudados têm como principal setor da sua economia a agricultura, sendo que em alguns municípios tem maior diversidade produtiva como Astorga, Munhoz de Mello e Colorado. Em Ivatuba, Floresta e Presidente Castelo Branco predomina a monocultura da soja e milho. Cabe ressaltar o crescimento da cultura da cana-de-açúcar na região, que tem influenciado todos os municípios estudados, principalmente os municípios que apresentaram menor variação do IDH-M.

Uma das características comuns aos municípios refere-se ao período de fundação, que aconteceram entre o fim da década de 1940 e início da década de 1960, resultados dos movimentos de colonização da região. Esses municípios tiveram em comum, também, o êxodo rural ocorrido no fim dos anos 1970. Esse êxodo se deu em decorrência da crise do setor cafeeiro.

Entre os municípios estudados, pôde-se identificar agentes trabalhando em rede no município de Munhoz de Mello, além disso, emergiram nas análises dos dados a influência do voluntariado nesse município. Nos demais municípios o trabalho em rede pôde ser pouco percebido. Os agentes mais citados que, promovem o empreendedorismo nos municípios, estão no quadro II:

Agentes	Tipos de Ação
SEBRAE	Treinamentos e capacitação para empresários e grupos empresários, nas áreas de gestão e liderança.
EMATER	Capacitação no setor agrícola em áreas técnicas e de gestão.
UNIVERSIDADES	Apoio técnico em projetos dos municípios e trabalhos com estagiários
SENAR	Capacitação no setor agrícola em gestão da propriedade com objetivo de agregação de valor na produção.
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	Promoção de treinamentos e palestras geralmente em parceria com os demais agentes internos ou regionais.
SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Disponibilização de infra-estrutura para empresários novos e estabelecidos e articulação entre os agentes regionais em programas de promoção ao empreendedorismo.

Quadro 11: Agentes promotores do empreendedorismo nos municípios

Nos municípios com menor variação do IDH-M nota-se dependência de políticas externas, como a implantação do projeto regional da Região Metropolitana de Maringá, sendo que esses municípios são os que estão mais próximos a Maringá entre os municípios estudados.

Apesar da existência de projetos voltados ao empreendedorismo tanto no setor empresarial como no setor agrícola, é percebido nas análises que todos os municípios apresentam dificuldade em relação aos programas e projetos voltados ao empreendedorismo, especificamente no que se refere à descontinuidade de programas considerados importantes para o empreendedorismo municipal.

Os jovens encontram dificuldades de permanecerem nos municípios, depois de formados, pela falta de postos de trabalho que necessitam de mão-de-obra qualificada, o que tem levado os recém formados para grandes centros (Maringá, Londrina e Curitiba). Já para os jovens com pouca qualificação de trabalho, o setor canavieiro tem sido uma alternativa de renda. Para as mulheres o setor de confecções, que está presente em todos os municípios analisados, tem sido uma alternativa de trabalho. No entanto, no município de Presidente Castelo Branco o setor canavieiro, em alguns casos, tem sido a única alternativa de emprego, inclusive mulheres e jovens.

Nos municípios com maior variação do IDH-M nota-se maior participação das mulheres no comércio e em cargos de direção com as associações comerciais, bancos de fomento e instituições públicas (SINE). Nos municípios de Munhoz de Mello e Colorado foi enfatizada a importância das mulheres empreendedoras na economia local.

Quanto à gestão dos programas e projetos, nenhum município utiliza ou conhece ferramentas de acompanhamentos dos resultados. Percebe-se nos discursos maior preocupação com as condições para trazer empresários para a cidade do que para a implantação e condução de programas e projetos voltados ao empreendedorismo.

Considerando os objetivos do trabalho, a seguir serão apresentados os quadros com as sínteses das análises dos dados nos municípios estudados.

Munhoz de Mello
Agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo: No município se aponta a prefeitura municipal como agente atuante na promoção do ambiente empreendedor, isso ocorre por projetos internos do município ou através da articulação da prefeitura com instituições regionais. As instituições regionais mais lembradas foram o SEBRAE, a EMATER, a UEM, o CESUMAR e o IDR. O voluntariado tem sido responsável pela atuação em rede em vários projetos.
Compreensão dos agentes públicos sobre o empreendedorismo: Os agentes públicos afirmam que o empreendedorismo é uma forma de aproveitamento das oportunidades no município a partir dos potenciais criativos de cada um, isso pode estar sendo estimulado por processos coletivos. Outro ponto destacado no empreendedorismo são os resultados de qualidade que o estímulo ao empreendedorismo pode resultar, tem grande importância o empreendedorismo social.
Ações que permitam aos indivíduos adquirirem autonomia: Capacitação para pessoas com idade avançada e para jovens; O incentivo à organização dos agricultores em associações; O estímulo à participação de mulheres e jovens nos assuntos públicos do município; A participação dos conselhos municipais na elaboração de programas no município.
Programas e projetos municipais relacionados ao empreendedorismo: Entre os programas e projetos municipais foram apresentados: Cursos de capacitação em manufaturas para pessoas de idade avançada; Disponibilização de lotes no meio rural e cursos de gestão rural; Melhoria da produção e industrialização de leite; Incentivo ao plantio de uvas para produção de vinhos; Incentivo a formação de associações de produtores rurais; Parceria para participação dos jovens em programas que incentivem o empreendedorismo; Cursos profissionalizantes para jovens e adultos; Parcerias com empresas para iniciação de jovens através de estágios; Disponibilização de estrutura básica para novos empresários como barracões.

Quadro 12: Resultados da pesquisa em Munhoz de Mello e os objetivos da pesquisa

A atuação em rede e o voluntariado podem ser percebidos no município de Munhoz de Mello. Para Hastenreiter-Filho e Souza (2004) a abordagem de redes de cooperação emerge como uma ferramenta nas novas propostas de políticas públicas. Além disso, nota-se no município iniciativas de empreendedorismo social por meio do voluntariado. Para Vidal, Farias e Moreira (2004) isso permite o surgimento de redes de colaboração que pessoas excluídas possam desenvolver atividades em rede visando a geração de trabalho, assim como a distribuição de renda e conseqüente melhoria das dimensões humanas (afetivas, cognitivas e sociais).

A promoção do empreendedorismo em vários segmentos da economia também é notada em Munhoz de Mello, isso estaria garantindo as condições ideais do macro ambiente que levam ao crescimento econômico por meio da promoção do empreendedorismo, segundo Julien (2005).

Colorado
Agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo: Aponta-se como agente promotor do empreendedorismo em Colorado, a prefeitura, com a disponibilização de infra-estrutura e capacitação. Outra importante instituição é a Associação Comercial que apresenta boa interação com a prefeitura e outras instituições como a Agência do Trabalhador. Algumas instituições regionais foram lembradas como a EMATER, o SENAR e a SEAB e o SEBRAE que promovem cursos de capacitação no meio rural e no meio empresarial.
Compreensão dos agentes públicos sobre o empreendedorismo: Considerando a visão do empreendedorismo enfatiza-se a utilização de modernas técnicas de gestão empresarial como alternativa de desenvolvimento futuro dos empreendedores, além disso, aponta-se a importância da utilização dos conhecimentos adquiridos na abertura de uma nova empresa e melhoria da gestão. O empreendedorismo é visto como uma forma de melhoria social a partir da visão empreendedora.
Ações que permitam aos indivíduos adquirirem autonomia: Os cursos profissionalizantes para os jovens; Não existem programas específicos para as mulheres, apesar da participação expressiva no mercado de trabalho; Para as pessoas de idade avançada, não existem programas que se preocupem com a recolocação profissional ou capacitação voltada ao empreendedorismo.
Programas e projetos municipais relacionados ao empreendedorismo: Os programas e projetos municipais apresentados foram: Concessão de terrenos e infra-estrutura básica para novos empreendedores; Programa de regularização e revitalização do parque indústrial; Lei municipal que permite a concessão de espaços por desapropriação ou aluguel; Treinamento e capacitação no setor agrícola com objetivo de melhor gestão e diversificação da produção; Treinamentos voltados ao empreendedorismo para jovens;

Quadro 13: Resultados da pesquisa em Colorado e os objetivos da pesquisa

Em Colorado emergem dos dados pesquisados a ausência de programas para a parcela da sociedade com necessidade de programas e projetos que promovam autonomia para os jovens, mulheres e pessoas com idade avançada. Entre as sinalizações para gestores públicos brasileiros apontados pelo GEM (2005) está a necessidade de identificação dos indivíduos que estão fora do mercado formal de trabalho para que sejam dadas as devidas assessorias sobre oportunidades de negócios e abertura e gestão profissional, além do suporte financeiro para os futuros empreendedores. Lastres, Arroio e Lemos (2003) afirmam que políticas de incentivo aos marginalizados tem como vantagens a inclusão ao sistema produtivo de categorias que mais se expandiram nos últimos anos, estimulando o sistema produtivo local.

Observou-se também em Colorado a preocupação com condições para se empreender, neste caso refere-se a preocupação da prefeitura com a regularização do parque industrial. Para Hisrich (2004) essa é uma forma do poder público melhorar as condições do ambiente empreendedor trazendo segurança aos empresários e incentivando novos empreendedores a investir melhorando a dinâmica do desenvolvimento local.

Presidente Castelo Branco
Agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo: No município foi mencionada a parceria da secretaria de Indústria e Comércio com a associação comercial para a promoção de projetos. Essa parceria não é confirmada por todos os entrevistados. A associação comercial de Maringá é lembrada como parceira da associação comercial local. Na promoção do empreendedorismo no meio rural destaca-se a EMATER e o SENAR; Para os pequenos empresários são lembradas as parcerias com o SEBRAE, no entanto, atualmente necessita-se um estreitamento de relações com esta instituição; As universidades, como UEM, CESUMAR e UNINGÁ, foram designadas como instituições importantes nas atividades com estagiários. No suporte financeiro o Banco Social é uma instituição presente no município, mas que ainda apresenta grande burocracia.
Compreensão dos agentes públicos sobre o empreendedorismo: A inovação tecnológica é vista como importante para a melhoria da gestão das pequenas empresas e incentivo ao crescimento. Enfatiza-se ainda a necessidade crescente de geração de renda a partir do auto-emprego, para isso destaca-se a necessidade de capacitação em conteúdos relacionados ao empreendedorismo.
Ações que permitamaos indivíduos adquirirem autonomia: Apesar do município, assim como os demais municípios pesquisados, apresentar demandas em parcelas da população como os jovens e mulheres, não existem políticas específicas direcionadas ao empreendedorismo para estas pessoas, apesar de os entrevistados perceberem a necessidade de investimento nessas atividades.
Programas e projetos municipais relacionados ao empreendedorismo: Existe um projeto municipal em parceria com o Estado denominado Escola do Trabalho que procura ensinar conteúdos relacionados ao empreendedorismo; No meio rural em parceria com a EMATER procura-se incentivar o setor através de infra-estrutura e capacitação e diversas áreas; Para os empresários disponibilizam-se barracões e infra-estrutura básica para o funcionamento de novas empresas, assim como programas de capacitação; Existe um projeto de incentivo ao bordado, mas com dificuldade de funcionamento; A exportação não é uma prioridade dos projetos do município, existe a necessidade inicialmente de criação em profissionalização dos empresários da cidade.

Quadro 14: Resultados da pesquisa em Presidente Castelo Branco e os objetivos da pesquisa

Em Presidente Castelo Branco encontra-se um micro ambiente com características de *reprodução empresarial.* Segundo Bruyat e Julien (2000), a *reprodução empresarial* é a situação em que o negócio envolve uma baixa criação de valor, sendo usualmente pouco inovador e pouco inclinado a mudanças individuais.

Enfatiza-se também, no município, a influência da cultura canavieira como alternativa de renda dos desempregados, que tem levado jovens para o serviço braçal, além das mulheres com conhecimentos técnicos na área de confecções. Em alguns casos o setor canavieiro tem sido a única alternativa de renda para os trabalhadores da cidade.

Apontam-se também, problemas nas relações entre a secretaria de indústria e comércio e a associação comercial. Nesse ponto Julien (2005) apresenta o papel complementar do Estado na promoção do empreendedorismo, em que o poder público deve exercer os papéis de

orientação, ligação, apoio, estímulo e facilitação das articulações entres os agentes envolvidos na promoção do empreendedorismo.

Astorga
Agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo: A formulação dos programas e projetos acontece muitas vezes em parceria com outras secretarias municipais, ora por iniciativa interna, ora por iniciativa das instituições regionais. A associação comercial também participa na elaboração e aplicação dos programas voltados ao empreendedorismo; Além de estimularem programas e projetos, instituições regionais participam na condução desses programas, sendo elas o SINE o SEBRAE, SENAR, SESC, SENAI; No suporte financeiro o Banco do Brasil foi citado com importante agente.
Compreensão dos agentes públicos sobre o empreendedorismo: O empreendedorismo é tido como uma forma de visão de negócio que leva o empreendedor a conhecer melhor seu potencial e fazer mais do que tem feito; Como forma de multiplicação dos conhecimentos a educação desde o ensino básico é percebida como um bom caminho para multiplicação do empreendedorismo, o que resultaria numa mudança social a partir dos valores do empreendedorismo.
Ações que permitam aos indivíduos adquirirem autonomia: A preocupação com o poder público e assim como entidades como a associação comercial é de dar condições aos jovens e pessoas de idade avançada para se encaixaram no mercado de trabalho ou empreenderem e para isso existe a escola profissionalizante, além de cursos de capacitação em parceria com instituições de outras cidades, como Maringá, que ministram conteúdos relacionados ao empreendedorismo.
Programas e projetos municipais relacionados ao empreendedorismo: Na área agrícola a prefeitura vem incentivando as associações de agricultores, disponibilizando máquinas e equipamentos para o auxílio na produção, além de cursos em várias áreas em parceria com SEBRAE, EMATER e SENAR; Para os empresários disponibilizam-se terrenos, barracões e subsídios de aluguéis, além da escola profissionalizante mantida pela prefeitura; Procura-se promover a interação entre os empresários por meio de projetos com o PROAMUSEP, participação em comitivas oficiais e cursos e palestras na sede da associação comercial; Incentivo a projetos voltados ao empreendedorismo com a participação de jovens a exemplo do projeto Pedagogia Empreendedora onde os valores empreendedores são apresentados aos alunos desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Quadro 15: Resultados da pesquisa em Astorga e os objetivos da pesquisa

Em Astorga identifica-se uma boa relação entre a prefeitura e a associação comercial. Estas relações institucionais trazem para a dinâmica de mercado, agilidade. Essa agilidade é uma tendência para que os governos e o mercado local tenham condições de acompanharem as mudanças impostas pela globalização dos mercados (LATRES; ARROIO; LEMOS, 2003).

Assim como nos demais municípios pesquisados, em Astorga a descontinuidade de programas voltados ao empreendedorismo como o programa Pedagogia Empreendedora se mostra uma dificuldade à promoção do empreendedorismo, isso pode afetar um dos objetivos do empreendedorismo, segundo O´Niell e Cromie (2003), que diz respeito a melhor eficiência do mercado e a expansão da inovação e tecnologia.

Floresta
Agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo: Apesar dos programas serem discutidos no município com as demais secretarias municipais, percebe-se uma dependência dessas entidades municipais com as de fora do município (SEBRAE, SENAR, SESI, Universidades). No setor agrícola existe a EMATER com espaço para melhorar sua atuação na promoção do empreendedorismo rural, já a associação comercial ainda não tem atuado como entidade envolvida na formulação dos programas voltados ao empreendedorismo, pois se encontra em fase inicial de articulação das atividades junto aos empresários.
Compreensão dos agentes públicos sobre o empreendedorismo: O empreendedorismo é visto como as iniciativas de pessoas para aplicar seus conhecimentos adquiridos para abrir uma empresa gerando emprego e renda, para isso são importantes a capacitação e o planejamento dos passos a serem seguidos. É percebido ainda como as situações empresariais que podem mudar a vida das pessoas, para isso é necessário começar a capacitação da base, talvez iniciando pela alfabetização para iniciar a busca por outros conhecimentos.
Ações que permitam aos indivíduos adquirirem autonomia: A preocupação com o poder público assim como da associação comercial é permitir melhores condições aos jovens e pessoas de idade avançada de empreenderem, para isso existe uma escola profissionalizante onde são oferecidos cursos de capacitação relacionados ao empreendedorismo em parceria com instituições de outras cidades como Maringá.
Programas e projetos municipais relacionados ao empreendedorismo: Existe o projeto que disponibiliza barracões para empresas iniciantes no município; No setor agrícola existem projetos para fortalecimento dos pequenos agricultores com alguns resultados que podem amenizar o problema da concentração de renda no setor agrícola; Incentivo no setor de confecções na capacitação e concessão de barracões por ser um setor estratégico a geração de emprego e renda no município. Está presente no município o Banco Social que dá suporte financeiro aos pequenos empresários; Foi implantado há alguns anos uma incubadora de empresas que já está surtindo resultados.

Quadro 16: Resultados da pesquisa em Floresta e os objetivos da pesquisa

No município de Floresta observou-se dependência de programas e projetos de instituições regionais para a promoção do empreendedorismo. De acordo com Davidsson (2005) o incentivo ao empreendedorismo por meio de mudanças em políticas públicas deve ser organizado de forma sustentável, para isso é importante o equilíbrio entre as forças públicas e privadas no planejamento dessas políticas.

Floresta ainda apresenta influência no ambiente macro pela presença da monocultura de soja e milho, que tem direcionado os recursos do município para esta atividade exclusivamente e até levado a saída de recursos do município para outros estados por meio do investimento na agricultura. De acordo com a pesquisa de Wennekers e Thurik (1999), essas transferências de recursos financeiros do município podem influenciar a competitividade e o crescimento econômico pelas influências que causam no nível macroeconômico.

Ivatuba
Agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo: A prefeitura, universidades e contadores são considerados importantes agentes de promoção do empreendedorismo, no suporte financeiro é citado o Banco Social, no entanto, necessitam dos conhecimentos de instituições como o SEBRAE para implantar projetos voltados ao empreendedorismo; A EMATER apesar de estar presente no município, não foi lembrada como agente promotor de treinamento no meio rural com ocorreu em outros municípios estudados.
Compreensão dos agentes públicos sobre o empreendedorismo: O empreendedorismo deve ser estimulado em cada pessoa, pois todos têm esses valores dentro de si, o que necessitam é de estímulo para que isso mude a sua realidade e a realidade do ambiente em que vive, é visto também como a forma adequada de geração de emprego e renda.
Ações que permitam aos indivíduos adquirirem autotomia: Existiu em parceria com outras instituições como o SEBRAE a implantação do projeto de capacitação para jovens, no município, no entanto a maioria dos jovens deixa a cidade ao se formar; Não existe um programa específico para a promoção do empreendedorismo feminino; As pessoas de idade avançada não têm programas específicos para multiplicação dos conhecimentos relacionados ao empreendedorismo;
Programas e projetos municipais relacionados ao empreendedorismo: A principal política da prefeitura é a isenção de impostos e em alguns casos os subsídios de aluguéis para empresários iniciantes; Existe o Banco Social para dar suporte financeiro aos pequenos empreendedores; O centro de capacitação da cidade, não consegue formar mão-de-obra qualificada para o segmento de confecções; Para os jovens foi destacado o projeto Agência Juvenil de Empreendedorismo; Foi considerada a concessão de transporte de trabalhadores para outros municípios próximos como um programa de incentivo ao empreendedorismo.

Quadro 17: Resultados da pesquisa em Ivatuba e os objetivos da pesquisa

Identificou-se em Ivatuba um limitado número de programas para promoção do empreendedorismo. Para Tendler e Amorim (1996) isso reflete a realidade das políticas públicas no Brasil, que tem maior preocupação com demandas sociais como a desigualdade, a pobreza e o desemprego do que efetivamente como o impacto que pode causar no desenvolvimento econômico uma política de incentive o empreendedorismo. De acordo com Pacheco (1999) isso impõe aos municípios um novo desafio relacionado à competitividade em que são necessárias estratégias criativas de gestão que tenham objetivos de desenvolvimentos desses municípios.

Além das políticas públicas, percebe-se a deficiência na infra-estrutura de suporte ao empreendedorismo no município. Essa deficiência interfere no sucesso das políticas públicas para a promoção do empreendedorismo, uma vez que, segundo Castanhar (2005), empresas necessitam de infra-estrutura e que a utilização dessas seja eficiente.

Por fim, é apresentado o Quadro 18, com os principais dados sócio-econômicos dos municípios analisados.

		Municípios com maior variação de IDH-M			Municípios com menor variação de IDH-M		
Municípios		**Munhoz de Mello**	**Colorado**	**Castelo Branco**	**Astorga**	**Floresta**	**Ivatuba**
IDH –M	**1991**	0,661	0,678	0,648	0,705	0,729	0,73
	2000	0,767	0,782	0,742	0,75	0,773	0,768
	Var%	16,04%	15,34%	15,51%	6,38%	6,04%	5,21%
Indústria		5	81	20	100	15	2
Comércio Varejista		32	258	32	261	50	15
Comércio Atacadista		0	11	1	7	3	1
Serviços		5	54	12	46	0	0
População		3.233 hab.	22.424 hab.	4.802 hab.	24.508 hab.	5.562 hab.	3.009 hab.
Participação do PIB		Agropecuária 11%	Agropecuária 11% Indústria 38% Serviços 51%	Agropecuário 59% Indústria 1% Serviços 40%	Agropecuário 22 % Indústria 26% Serviços 52%	Agropecuário 31,4% Indústria 2,8% Serviços 65,8%	Agropecuário 48,2% Indústria 2% Serviços 49,8%
Ano de Emancipação		1955	1954	1954	1951	1951	1960
Produção predominante		Indústria de confecções, alimentos, soja, milho, pecuária de corte, aves de corte, café.	Pecuária de corte, cana-de-açúcar, indústria de móveis, confecções, alimentos.	Café, soja, laranja, cana-de-açúcar, móveis, confecções.	Aves de corte, soja, milho, café, indústria de alimentos, indústria química, material escolar.	Soja, Milho, Frutas, trigo, indústria do vestuário e acessórios.	Soja, Milho, Trigo, Indústria de vestuário e calçados.

Principais ações voltadas ao empreendedorismo	Capacitação para empresários; agricultores jovens e mulheres. Associativismo	Regularização do parque industrial; Treinamentos para empresários.	Escola profissionalizante para adultos; Concessão de infra-estrutura	Treinamentos para empresários e jovens; Associação para agricultores; Incentivos a viagem para empresários.	Projetos de fortalecimento de pequenos agricultores; Incentivo à indústria de confecções; Concessão de infra-estrutura; Incubadora de empresas.	Isenção de impostos; Concessão de Infra-estrutura; capacitação em empreendedorismo para jovens.

Quadro 18: Dados consolidados dos municípios pesquisados.

7 CONCLUSÃO

Devido ao número de variáveis envolvidas e à complexidade das relações entre as variáveis, as políticas públicas, em específico as voltadas para a promoção do empreendedorismo, são pouco pesquisadas ainda no Brasil. No entanto, esses estudos se mostram indispensáveis para o diagnóstico e melhoria das dinâmicas que envolvem a promoção do empreendedorismo nos municípios. Assim, a relevância desta pesquisa pode ser identificada pelos resultados apresentados nas análises dos conteúdos pesquisados nos municípios que compõem as unidades de análise desta pesquisa.

Evidencia-se nos resultados da pesquisa a dependência das secretarias de indústria e comércio da estrutura das entidades regionais de promoção ao empreendedorismo. Percebeu-se maior dependência nos municípios que apresentaram menor variação do IDH-M. Enfatiza-se que os projetos de entidades regionais são elaborados muitas vezes alheios às prioridades dos municípios onde serão aplicadas, isso poderia explicar as dificuldades desses municípios quanto à aplicação desses projetos e da continuidade dos mesmos.

Nos municípios com maior variação do IDH-M notou-se uma melhor interação entre o setor público e o setor privado, além de uma maior diversidade de programas e projetos. No entanto, no município de Presidente Castelo Branco isso não foi confirmado, ao contrário de Astorga que se enquadraria melhor a essa realidade, embora com menor variação de IDH-M.

O empreendedorismo, conforme se apresentam as análises, é visto como uma alternativa de geração de emprego e renda e conseqüente melhoria da condição social do município. As barreiras que impedem o crescimento do empreendedorismo também são claras, no entanto como superar essas barreiras ainda não parece definido entre os agentes municipais. Até porque outros problemas no macro ambiente estão presentes, tais como: a influência do setor de Cana-de-açúcar, emigração dos jovens e a monocultura da soja e milho.

Um dos objetivos desta pesquisa foi identificar ações que permitam aos indivíduos adquirirem autonomia entre as minorias nos municípios. Estas foram identificadas, no entanto a preocupação com as minorias parece ser maior nos municípios que apresentam maiores variações do IDH-M. Entre estas ações estão os programas para capacitação de pessoas com idade avançada, a promoção de capacitação voltada ao empreendedorismo para jovens e os incentivos quanto a participação das mulheres na gestão empresarial ou nos movimentos sociais, o que ficou evidente nos municípios de Munhoz de Mello e Colorado.

Entre os programas e projetos municipais relacionados ao empreendedorismo, pode-se ordenar uma divisão entre os dois municípios com maior variação do IDH-M e os demais

municípios pesquisados. Todos apresentam projetos nos setores da economia do município, no entanto, Munhoz de Mello e Colorado apresentam mais iniciativas municipais, enquanto os demais municípios demonstraram dependência das entidades regionais como o SEBRAE, EMATER, Universidades e Faculdades. Além disso, a quantidade de projetos nos municípios com menor variação do IDH-M é sensivelmente menor do que nos demais municípios analisados.

Assim, o pressuposto inicial que orientou este estudo, que há relação entre políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e a variação do IDH-M foi validado pelas análises, embora o resultado do município de Presidente Castelo Branco e Astorga não tenham se apresentado de forma nítida.

Optou-se por definir o título desta pesquisa como uma leitura sobre políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, pois, considerando o recorte temporal e o número de entrevistados nos municípios, são insuficientes para apresentar a abrangência que apresentasse a realidade relacionada às políticas públicas e ao empreendedorismo.

Por fim, como sugestão para estudos futuros, pondera-se a importância de estudos similares em outros estados brasileiros, uma vez que foi observada a atuação de órgãos e agentes nacionais nos municípios estudados.

8 REFERÊNCIAS

AMUSEP. Aspectos Econômicos do município de Astorga. Disponível em: < http://www.amusep.com.br/astorga/astorga.htm>. Acesso em: 28/04/2007.

AMUSEP. Histórico de Colorado. Disponível em: <http://www.amusep.com.br/colorado/colorado.htm>. Acesso em: 30/04/2007.

AMUSEP. Aspectos Econômicos do município de Floresta. Disponível em: <http://www.amusep.com.br/floresta/floresta.htm>. Acesso em: 28/04/2007.

AMUSEP. Aspectos Econômicos do município de Ivatuba.. Disponível em: <http://www.amusep.com.br/ivatuba/ivatuba.htm>. Acesso em: 28/04/2007.

AMUSEP. Histórico de Ivatuba. Disponível em: <http://www.amusep.com.br/ivatuba/ivatuba.htm>. Acesso em:28/04/2007.

AMUSEP. História da região da Amusep. Maringá, 2005. Disponível em: http://www.amusep.com.br/historia-1972-2000.htm. Acesso em 11/12/2005.

ARAÚJO, W. F. G. de. A parceria público-privada no project finance como estratégia de garantia de investimentos em infra-estrutura e seu papel na reforma do estado brasileiro. In: XXVIII-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2003, Atibaia. Anais... Atibaia.

ALDRICH, H. Learning Together: National differences in entrepreneurship research. In: Handbook of Entrepreneurship. Blackwell Business, 2000.

ANDREASSI, T. Impactos do Microcrédito junto ao Empreendedor de Pequenos Negócios: O Caso do Bancri/SC. In: XXVIII-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2003, Atibaia. Anais... Atibaia:

BAPTISTA, R.; PLANCK, M. Culture, Institutions and Government Attitudes towards New Firm Entry.In: III-CIPEAL – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EMPREENDEDORISMO DA AMERICA LATINA, 2004. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

BARON, J. *Thinking and deciding*. New York: Cambridge University Press. 1988.

BAUER, M W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUMOL, W. J. Formal entrepreneurship theory in economics: Existence and Bounds. *Journal of Business Venturing*. v.8, p. 197-210, 1993.

BECKER, H. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BIDERMAN, C.; BARBERIA, L. Local Economic Development in Brazil: Theory, Evidence, and Implications for Policy. In: XXIX-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2005, Brasília. **Anais**... Brasília: UFBR.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Mobilidade Social: uma avaliação comparativa. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO*. Rio de Janeiro. v. 13, p. 19-35, out/dez, 1973.

BRIDGE, S.; O´NEILL, K.; CROMIE, S. *Understanding enterprise, entrepreneurship and small business.* New York – NY: Palgrave Mcmillan, 2003.

BRUYAT, C.; JULIEN, P. A. Defining the field of research in Entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*. V.16, p. 165-180. 2000.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração Indústrial no Brasil.* 2. ed. Campinas-SP, UNICAMP, 1998.

CARVALHO, M. A. Uma Introdução à Análise de Políticas Públicas: Análise Custo-Benefício, Árvores de Decisão e Modelos de Multiatributos. In: XXIX-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2005, Brasília. **Anais**... Brasília: UFBR.

CASTANHAR, J. C. Capacitação empresarial. In: CASTANHAR, J. C. *Desenvolvimento e construção social**:** Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7º ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORREIA, P. C.; MAGALHÃES FILHO, F. B. de. A política neoliberal como redutora das possibilidades de criação de novos empreendimentos. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 294-312.

CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.

DAVIDSSON, P. *Researching Entrepreneurship*. NJ: Springer, 2005.

DELLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R.C. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: DELLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R.C. *Pesquisa qualitativa em administração: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DIAS, C. *Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas*, 1999.

DINIZ, E. Empresariado, Estado e Políticas Públicas no Brasil: Novas Tendências no Limiar do Novo Milênio, In: FERRAZ, CROCCO e ELIAS. *Liberalização Econômica e Desenvolvimento: modelos, políticas e restrições*, Futura, São Paulo, 2003.

DUARTE, F. R.; SANTOS, L. M. L. Empreendedorismo Social: o Projeto Londrina Mil ONGs. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 277-293.

FARIA, C. A. P. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – RBCS. São Paulo. v.18, n.51, fev. 2003.

FERES, F. L. C.; KEINERT, R. Planejamento Governamental e Política Regional: O Brasil Frente ao Novo Paradigma. In: XXV-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2001, Campinas. Anais... Campinas: Unicamp.

FERGUSON, M. Estratégias de governo eletrônico: o cenário nacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: 2002. p. 103-140

FIGUEIREDO, P. N. Aprendizagem tecnológica e inovação no contexto de Indústrialização recente. In: FIGUEIREDO, P. N. *Desenvolvimento e construção social**:** Políticas Públicas.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREITAS, A. A. F.;VIDAL, J. P.; PESSOA; R. W. A.;TIMBÓ, D. B. P. Ações de Apoio ao Empreendedorismo: Uma Análise do Desenvolvimento de Novos Negócios. In: XXVIII-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2004, Curitiba. **Anais**... Curitiba: UEM/UEM/UFPR.

FREY, K. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Orgs.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: 2002. p. 141-163

_____. Políticas Públicas: *Um debate conceitual e reflexões referentes a análise de política públicas no Brasil.* Instituto de Planejamento econômico e Social - IPEA. São Paulo. 2001.

FURLAN, W.; ALMEIDA, M. I. R. Fatores institucionais relevantes para a viabilidade do empreendedorismo e da organização empresarial em rede no Brasil. In: III-CIPEAL – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EMPREENDEDORISMO DA AMERICA LATINA, 2004. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

GALLINDO, F. M.; SANTOS, J.; CAVALCANTI, M. C. Gerenciamento estratégico da informação para micro e pequenas empresas. In: III-CIPEAL – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EMPREENDEDORISMO DA AMÉRICA LATINA, 2004. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

GARTNER, W. B.; SUE, B. Introduction to the special issue on qualitative methods in entrepreneurship reserarch. *Journal Busness Venturing*. New York. v.17, p. 387-395. 2002.

_____.A conceptual framework for describing the phenomenon of new venture creation. *Academy of Management Review.* Washington D.C. v. 10, n. 4, p. 696-709, 2001.

GIFFORD, S. Limited entrepreneurial attention and economic development. *Small Business Economic*. Newark, NJ v.10, p.17-30, 1998.

GEM 2004 - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Executive Report. London, 2005.

GEM 2005 - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Executive Report. London, 2006.

GODOI, C. K. Análise do Discurso na perspectiva da interpretação social dos discursos: uma possibilidade aberta aos estudos organizacionais. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*. Vol. 3, nº 2, mai./ago. 2005.

GÓMEZ, L.; VECIANA, J. M.; URBANO, D. Medidas de apoyo a la creación de empresas en el caribe colombiano: análisis de la oferta y la demanda de servicios. In: III-CIPEAL – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EMPREENDEDORISMO DA AMERICA LATINA, 2004. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2004

HAIR JR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SMOUEL, P. *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Bookman, 2005.

HARDMAN, F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20.* São Paulo: Ática, 1991.

HASTENREITER-FILHO, H. N.; SOUZA, C. M. Redes de Cooperação no Contexto das Políticas Públicas: Aspirações e Resultados dos Principais Programas Nacionais. In: XXVIII-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2005, Curitiba. **Anais**... Curitiba: UEM/UEM/UFPR.

HISRICH, R. D. Empreendedorismo. In: ROBERT, D. H.; MICHAEL, P. P.; trad. Lene Belon Ribeiro. – 5.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE-Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>, Acesso em: 02/07/2007.

JANNUZZI, P. M. Mobilidade social no Brasil ao final do século XX: uma avaliação dos efeitos da reestruturação produtiva. In: JANNUZZI, P. M. Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

JULIEN, P. A. *Entrepreneuriat regional et économic de la connaissance : une métaphore des romans policiers*. Ed. Collection Entrepreneuriat & PME. Universidade du Québec. Québec, Canadá, 2005.

JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 2, p. 11-22, 1998.

KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um trabalho conceitual.* São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

KIRZNER, I. M. Entrepreneurial discovery and the Competitive market process: an autrian approach. *Jounal of Economic Literature*. New York. v.35, p. 60-85. 1997.

LASTRES, H. M.; ARROIO, A.; LEMOS, C. *Políticas de apoio a pequenas empresas: do leito de Procusto à promoção de sistemas produtivos locais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

LAUFER, F. N. Managerial decision making in the laboratory. *Clinical Laboratory Management Review*, p.425-431. 1990.

LOPES, P. C. et al. Estratégias empreendedoras para a promoção da auto-sustentação de programas governamentais: o caso Platin. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 328-338.

MACHADO, H. P. V. Empreendedorismo, Gênero e Políticas Públicas. In: II EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2001, Londrina. **Anais**... Londrina: UEM/UEL, 2003, p. 378-393.

MACHADO, H. P. V.; SILVA, J. M.; CASTRO, S. C. Young people's entrepreneurship: the evaluation of an experience in training young entrepreneurs – juvenile entrepreneurship agency program. In: INT ENT 2006 – INTERNATIONALIZING ENTREPRENEURSHIP EDUCATION AND TRAINING, 2006, São Paulo, Anais...São Paulo: FGV/GVcenn, 2006, p. 1051-1075.

MACHADO, H. P. V.; CASTRO, S. C.; SILVA, J. M.; Teaching on entrepreneurship in Brazil for the establishment of technologically-based firms. In: INT ENT 2006 – INTERNATIONALIZING ENTREPRENEURSHIP EDUCATION AND TRAINING, 2006, São Paulo, Anais...São Paulo: FGV/GVcenn, 2006, p. 757-771.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5° ed. São Paulo: Atlas 2003.

MASON, J. *Qualitative Researchig*. London: Sage, 1996.

McDONALD, F.; KRAUSE, J.; SCHEMENGLER, H.; TÜSELMANN, H. J. Cautionus International Entrepreneurs: The Case of Mittelstand. *Journal of International Entrepreneurship*. vol. 1, p. 363-381, 2003.

MELAZZO,E.S.; GUIMARÃES,R.B.; ARCHANGELO,A.; ALMEIDA, A. L. J.; GOES, E. M.; GHAGAS, E. F.; SPOSITO, E. S.; MARTIN, E. S.; PIZZOL, R. J.; NASCIMENTO, R. M.; MAGALDI, S. B. Políticas públicas e exclusão social: a construção do debate no interior do Simespp. o IV FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FCT, 2003. Presidente Prudente. **Anais**... Presidente Prudente: UNESP.

MELO NETO, F. P. de FROES, C. *Empreendedorismo Social: a Transição para a Sociedade Sustentável.* Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENDES, J. T. G. *Economia: Fundamentos e aplicações.* São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MONTEIRO, J. V. *Fundamentos da política pública*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

MORT; G. S.; WEERAWARDENA, J.; CARNEGIE, K. Social entrepreneurship: Towards conceptualization. In: International Journal of Nonprofit and Voluntary sector Marketing. v. 8, n. 1, 2003. p.76-88.

MOURA, M. S.; CASTRO, R.; MELO, V. P.; LORDELO, J. A. C.; MEIRA, L. Desenvolvimento Local Sustentável: O Que Sinalizam as Práticas In: XXVI-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2002, Salvador. **Anais**... Salvador: UFBA.

OLIVEIRA, A. M.; BERNARDES, P.; CARVALHO-NETO, A. Tendências da economia e ajuste do mercado de trabalho brasileiro desde os anos 1990. In: E*&G Economia e Gestão*. Belo Horizonte, v.4, n.8, p. 167-170, 2004.

OLIVEIRA, D. C.; GUIMARÃES, L. O. Perfil Empreendedor e Ações de Apoio ao Empreendedorismo: o NAE/SEBRAE em questão. In: XXVIII-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2003, Atibaia. Anais... Atibaia.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perpectivas e desafios. In: *Revista FAE*, Curitiba, v.7, n. 2, p. 9-18, jul./dez., 2004.

OLIVEIRA, J. A. P. Repensando Políticas Públicas: Por Que Freqüentemente Falhamos no Planejamento? In: XXIX-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2005, Brasília. **Anais**... Brasília: UFBR.

PACHECO, R. S. Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros. In: *O Município no Século XXI: Cenários E Perspectivas*, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima . CEPAM, ED. ESP., 1999.

PECI, A.; COSTA, F. J. L. Redes para implementação de políticas públicas: Obstáculos e condições de funcionamento. In: XXVI-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2002, Salvador. **Anais**... Salvador: UFBA.

PEREIRA, P. A. P. *Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências.* Brasília: NEPPOS/CEAM/UnB, 1994.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. *Manual de Economia.* In: GREMAUD, A. P. et al. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PNUD- NAÇÕES UNIDAS. *Atlas do desenvolvimento Humano*. São Paulo, 2003. CD-ROM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA. Histórico do Município Disponível em <http://www.floresta.pr.gov.br/cidade/historia.php> Acessado em: 28/04/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. Histórico do Município de Floresta. Disponível em <http://www.astorga.pr.gov.br>. Acessado em: 28/04/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA. Histórico do Município de Ivatuba. Disponível em < http://www.ivatuba.pr.gov.br>. Acessado em: 28/04/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO. Histórico do Município de Munhoz de Mello. Disponível em < http://www.munhozdemello.pr.gov.br/historico.html>. Acessado em: 28/04/2007.

QUIVY, R.; CAMPENHOUYDT, L. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. In: Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres.... (et al.) – São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. 19. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

RUEDIGER, M. A.; RICCIO, V. O novo contrato social: desenvolvimento e justiça em uma sociedade complexa. In: **Desenvolvimento e construção social:** Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SAMPAIO, E. O. Uma Contribuição Teórica para releitura das políticas de desenvolvimento para o nordeste do Brasil 1960-2001. Salvador – Bahia, 2003. Tese de Doutorado - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Disponível em www.ufb.br.

SANTOS, F. C. G. Empreendedorismo utópico: políticas públicas de fomento ao empreendedorismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico local. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 249-262.

STEARNS, T. M.; HILLS, G. E. Entrepreneurship and new firm development: A definitional introduction. *Journal of Business Research*. New York. v.36, p. 1-4, 1996.

STOKEY, E.; ZECKHAUSER, R. J. A Primer for Policy Analysis. New York: W.W. Norton & Company. 1978.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. PODER MUNICIPAL, PARTICIPAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS INOVADORAS. In: EnAPG-ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EBAPE/FGV.

SANTOS**,** W.G. “A Pós-“Revolução” Brasileira”, in Jaguaribe, H. (org.), *Brasil, Sociedade Democrática,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SELLTIZ, C. et. al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 2° ed. São Paulo: Herder & Universidade de São Paulo, 1967.

SHANE, S. A. A general theory of entrepreneurship: the individual-opportunity nexus. Massachsetts-USA. Ed. Edward Elgar Publishing Inc 2003.

_____. Prior Knowledge and the discovery of entrepreneurrial opportunities. R.H. Smith School of business, University of Maryland. College Park Maryland. Organixation Science, 2000. Informs v.11 n. 04 July-August,2000 p. 448-469.

SHANE, S. A.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of managemente review*, 2000. v. 25, n. 1, p. 217-226.

SILVA , J. M.; MACHADO, H. V. Políticas e programas para a promoção do empreendedorismo: Iniciativas brasileiras e de países desenvolvidos. In: SLADE – ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTRATÉGIA, 2006, Camboriú- SC. **Anais**... Camboriú: UNIVALE.

SILVA, J. M.; CORREA, P. A. Governança eletrônica e o empreendedorismo: Uma análise dos sites das prefeituras do estado do Paraná. In: EnAPG- ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo, 2006.

SILVEIRA, C. M. Projeto nacional de desenvolvimento para micro e pequenas empresas. Serviço e Estudos de Realização Empresarial Social. Rio de Janeiro, 1994.

SIQUEIRA, M. Miranda; GUIMARÃES, L. O. Ensino na área de organizações: uma proposta multidimensional para formação e capacitação de empreendedores de pequenas e médias empresas. In: XXV-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2001, Campinas. Anais... Campinas: Unicamp.

SPINDEL, C. R. A metrópole e o migrante: região metropolitana de São Paulo. In. RAE – *Revista de Administraçãode empresas.,* Rio de Janeiro. v 16, p. 35-55. jul./ago., 1976.

STOKEY, E.; ZECKHAUSER, R. J. A Primer for Policy Analysis. New York: W.W. Norton & Company. 1978.

TENDLER, Judith; AMORIM, Mônica Alves. *Small firms and their helpers: lessons on demand*. World Development, v. 24, n. 3, p. 407-426,1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

VERGARA, S.C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

VIDAL, F. A. B.; FARIAS, I. Q.; MOREIRA, M. V. C. Empreendedorismo Social Promovendo a Inserção Cidadã de Famílias de Baixa Renda:o Caso da Fundesol/CE -

Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária.In: EnAPG- ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: EBAPE/FGV.

VIEIRA-FILHO, C. A.; MARCELINO, G. F. A Formulação de Políticas Públicas para o Comércio Eletrônico –Uma Comparação Brasil – Estado Unidos. In: XXV-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2001, Campinas. Anais... Campinas: Unicamp.

WENNEKERS, S.; THURIK, R. Linking Entrepreneurship and Economic Growth. In: *Small Business Economics.* Rotterdam Netherlands.: v.13, p.27–55, 1999.

WESTPHAL. M.F.; ZIGLIO E. Políticas públicas e investimentos: a intersetorialidade. In: Fundação Prefeito Faria Lima-Cepam, organizador. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima-Cepam;. p. 111-121, 1999.

ANEXO 01 – Relação entre questões e os objetivos da pesquisa

Questões para os secretários municipais	Objetivos Relacionados
1- Nome?	-----
2 - Quanto tempo atua como secretário municipal?	-----
3 - Quais são os principais setores da economia do município?	-----
4 - O desemprego é um problema no município?	Identificar a compreensão que agentes públicos que atuam em pequenos municípios têm sobre o empreendedorismo;
5 - Como é a participação das mulheres na economia municipal?	Identificar ações que promovam autonomia voltada a grupos de minorias nas políticas públicas municipais analisadas.
6 - As pessoas com mais idade (40 a 50 anos), têm tido suporte do governo municipal no que se refere a capacitação? Como?	Identificar ações que promovam autonomia voltada a grupos de minorias nas políticas públicas municipais analisadas.
7 - As pessoas que saem do meio rural e vem para a cidade têm feito o quê no município? Existem programas para inclusão dessas pessoas no mercado?	Identificar ações que promovam autonomia voltada a grupos de minorias nas políticas públicas municipais analisadas.
8 - Há muitos jovens desempregados? Qual a ocupação desses jovens no município?	Identificar ações que promovam autonomia voltada a grupos de minorias nas políticas públicas municipais analisadas.
9 - O que você entende por empreendedorismo?	Identificar a compreensão que agentes públicos que atuam em pequenos municípios têm sobre o empreendedorismo;
10 - No seu município, quais os órgãos têm atuado no incentivo à criação de novas empresas?	Identificar os agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo dos municípios analisados;
11 - O que o município tem promovido, nessa gestão para criar empresas?	Identificar e analisar políticas voltadas ao empreendedorismo nos três municípios que tiveram maior IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e nos três municípios que tiveram menor variação nas duas últimas medições (1991 e 2000) no Estado do Paraná; Identificar a compreensão que agentes públicos que atuam em pequenos municípios têm sobre o empreendedorismo;
12 - Quais iniciativas na sua gestão promovem as pessoas a iniciarem uma atividade econômica?	
13 - Que programas ou projetos o município dispõe por iniciativa do governo municipal, ou	Identificar os agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do

em parceria com o Estado e Federação, que promova o empreendedorismo?	empreendedorismo dos municípios analisados; Identificar programas e projetos municipais relacionados ao Empreendedorismo, derivados de políticas públicas nos municípios estudados.
14 - Existem parcerias com universidades para a capacitação de empresários estabelecidos e iniciantes?	Identificar os agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo dos municípios analisados;
15 - Quais são as dificuldades no município para a criação de empresas?	Identificar e analisar políticas voltadas ao empreendedorismo nos três municípios que tiveram maior IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e nos três municípios que tiveram menor variação nas duas últimas medições (1991 e 2000) no Estado do Paraná. Identificar a compreensão que agentes públicos que atuam em pequenos municípios têm sobre o empreendedorismo;
16 - Os programas e projetos implantados no município tem acompanhamento e avaliações dos resultados esperados?	Identificar programas e projetos municipais relacionados ao Empreendedorismo, derivados de políticas públicas nos municípios estudados.
17 - Existem outras instituições públicas ou privadas que promovam o empreendedorismo? Quais?	Identificar os agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo dos municípios analisados;
18 – No município já teve/existem iniciativas de Empreendedorismo Social? Comente.	Identificar ações que promovam autonomia voltada a grupos de minorias nas políticas públicas municipais analisadas.
19 - As secretarias municipais elaboram políticas para o empreendedorismo de forma conjunta? Comente	Identificar os agentes envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo dos municípios analisados;
20 – Quantas e que tipo de empresas foram criadas na sua gestão?	Identificar a compreensão que agentes públicos que atuam em pequenos municípios têm sobre o empreendedorismo;
21- Existe no município projetos, públicos ou privados, que incentivem a exportação da produção de empresas locais? Quais são?	Identificar e analisar políticas voltadas ao empreendedorismo nos três municípios que tiveram maior IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e nos três municípios que tiveram menor variação nas duas últimas medições (1991 e 2000) no Estado do Paraná; Identificar a compreensão que agentes públicos que atuam em pequenos municípios têm sobre o empreendedorismo;

Relação do questionário de entrevistas com os objetivos da pesquisa

ANEXO 02 – Registro das datas e tempo de duração das entrevistas nos municípios

Município	Entrevistado	Data	Duração da entrevista
Munhoz de Mello	Secretária atual	22/12/2006	51 min
Munhoz de Mello	Empresária	18/05/2007	35 min
Colorado	Secretário Atual	26/03/2007	30 min
Colorado	Secretário Anterior	26/03/2007	46 min
Colorado	Empresário	02/04/2007	1 h e 5 min
Castelo Branco	Secretário atual	26/02/2007	56 min
Castelo Branco	Empresário	05/03/2007	32 min
Astorga	Secretário atual	22/03/2007	1 h e 2 min
Astorga	Empresário	26/04/2007	47 min
Floresta	Secretário Atual	29/01/2007	36 min
Floresta	Secretário Anterior	29/01/2007	41 min
Floresta	Empresário	15/03/2007	38 min
Ivatuba	Secretário Atual	21/02/2007	44 min
Ivatuba	Gerente do Banco Social	21/02/2007	48 min
Ivatuba	Empresário	21/02/2007	32 min
		TOTAL	**11 H e 3 min**

Registro da data de entrevista e o tempo de duração.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo